



PUC-SP

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

MALU RODRIGUES DOS SANTOS

**MULHERES DO SERTÃO BAIANO E SUAS VIVÊNCIAS COM O
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: NARRATIVAS NO CONTEXTO
DE PANDEMIA DE COVID-19.**

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

São Paulo

2023

MALU RODRIGUES DOS SANTOS

MULHERES DO SERTÃO BAIANO E SUAS VIVÊNCIAS COM O
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: NARRATIVAS NO CONTEXTO DE
PANDEMIA DE COVID-19.

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social sob a orientação da Prof^a. Dra. Carla Cristina Garcia.

São Paulo

2023

Banca Examinadora

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

NÚMERO DO PROCESSO: 131708/2021-0

This study was financed in part by the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

PROCESS NUMBER: 131708/2021-0

AGRADECIMENTOS

Muitos sentimentos atravessam o processo da escrita e o maior deles é a sensação de que não seria possível concluir esse momento se não tivesse todas as pessoas que estiveram e estão comigo neste percurso.

Agradeço primeiramente com todo o meu amor à minha avó Maria Batista. Talvez ela não tenha dimensão de tudo o que me ensinou ao longo da vida, mas desde criança, observar a minha avó me encorajava, e continua encorajando, a conduzir a minha vida com base em tudo o que acredito. Ainda criança, mesmo sem saber nomear, tive a dimensão da força de uma mulher olhando para ela.

Agradeço também à minha avó Edeni Francisca (*in memoriam*), pelos ensinamentos por outra perspectiva que também me fortaleceram a seguir em busca daquilo que acreditava.

Desta maneira, agradeço a todas as mulheres que vieram antes de mim, abrindo caminhos para que fosse possível percorrer e assim desbravar novos percursos para as próximas mulheres que estão por vir.

Agradeço aos meus pais, Alex Cristiano e Andréa Rodrigues, que sempre apostaram no conhecimento como alternativa possível para uma vida mais digna. Eles me ensinaram desde muito cedo que o conhecimento liberta à medida que conseguimos atribuir sentido a incômodos antes não nomeados por falta de conhecimento. Agradeço também à minha irmã Laura Melina, que apesar de tão jovem em idade, me ensina constantemente sobre a coragem de enfrentar nossas batalhas.

Agradeço ao meu companheiro de vida, Rodrigo Matos, por todo suporte, amparo e acolhimento durante todos os processos do mestrado, desde quando era só um sonho, ainda em Salvador, até a materialização deste momento. Sem você nada disso seria possível. Obrigada por tanto! Obrigada por confiar em mim, no meu trabalho e na minha escrita. Todos os seus apontamentos me fizeram e me fazem mais forte no processo de confiar em mim mesma e no que eu posso fazer e realizar... “calei meus medos quando entrelacei meus dedos nos seus. Voei alto, tô me sentindo perto de Deus. Olha a coragem que seu riso me deu, foi tão forte o suporte, alguém de sorte sou eu.”

Agradeço aos meus avôs Antônio Rodrigues e Ariosvaldo dos Santos (*in memoriam*), por sempre terem sido fontes de amor inesgotáveis. Sorte grande na vida ter avôs como vocês, que mesmo dentro de uma cultura que propaga que homens não devem demonstrar seus sentimentos, nunca hesitaram em demonstrar o amor que sentem pelos seus.

Agradeço a todas as minhas tias e tios, em especial Adriana Rodrigues e Ariane Rodrigues por durante toda a vida apostarem em mim, ora como uma filha ora como uma irmã. Nossa relação sempre me deu forças para correr atrás dos meus sonhos.

Agradeço também aos meus primos pela relação de confiança e apoio seguro a quem recorrer quando preciso, em especial Laíse Amorim, que mesmo na distância sempre se fez presente. Nos momentos mais difíceis, ter a certeza de uma mensagem sua é um acalento.

Agradeço às amigas pela relação que construímos constantemente. Saber que tenho vocês é como observar que a vida sempre tem uma parte muito boa para ser vivida, independente das circunstâncias. Agradeço especialmente a Verônica Alves pelo amparo na graduação e por ter me ajudado a tornar esse mestrado possível com os apontamentos dos caminhos que deveriam ser percorridos.

Sobre os apontamentos do caminho, agradeço às colegas de NIP (Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa sobre Sexualidades, Feminismos, Gênero e Diferenças) Nathalí Grillo e Jamilie Souza, por terem ocupado um lugar de irmãs mais velhas que apontam a direção que devemos seguir, e Camila Nava, Tainá Farrielo e Natália Rodovalho pela parceria em desbravarmos juntas esse percurso. Sem o amparo de vocês não teria sido possível esse atravessamento. Muitas vezes saber que tínhamos umas às outras era a força necessária para seguir.

Agradeço à minha orientadora, Prof^a Dra Carla Cristina Garcia, pelo vasto conhecimento compartilhado e por apresentar autoras que anteriormente não conhecia, possibilitando através disto construir um formato de pesquisa no qual acredito. Sem este conhecimento não seria possível a construção desta dissertação.

Agradeço à Prof^a Dra Joana Azevêdo Lima, por ter me apresentado a psicologia social há 10 anos e a partir disso ter dado sentido ao meu caminho

profissional. Agradeço também à Prof^a Dra Cecília Pescatore Alves, que com seu acolhimento me acalmou muitas vezes nas angústias acadêmicas. Obrigada por terem trilhado esse caminho junto comigo e pelos apontamentos que fizeram com que fosse possível a conclusão deste trabalho.

Agradeço ao CNPq pela bolsa de estudos concedida, viabilizando esta pesquisa. Sem esse incentivo não teria sido possível a conclusão deste estudo.

Agradeço imensamente às minhas interlocutoras, Elle e Maria, pela confiança em relatar suas histórias e através de seus relatos compor esta dissertação, com narrativas tão significativos sobre a vida vivida e a partir disso ser possível a construção de um novo conhecimento.

Agradeço também à equipe do Centro de Referência de Atendimento à Mulher de Irecê por ter me recebido tão bem e ofertado todo suporte necessário para o encontro com as minhas interlocutoras.

Por fim, agradeço a Olaf, companheiro mais fiel nas leituras e escrita ao longo desses quase três anos.

Sem vocês não seria possível a construção desta pesquisa. As páginas que seguem tem um pouco de cada um de vocês. Obrigada!

RESUMO

Esta dissertação discute sobre os impactos no processo de emancipação das mulheres do sertão baiano através do Programa Bolsa Família (PBF) e a sua importância no contexto da pandemia de covid-19. Para isso foi traçado um percurso histórico dos programas de transferência de renda, assim como realizado a contextualização histórico-geográfica de quem são as mulheres do sertão baiano, analisando vivências femininas durante a pandemia por covid-19. Para a compreensão deste cenário, foi utilizado da metodologia de Narrativas de História de Vida e Projeto de Futuro, juntamente com as Epistemologias Feministas, tornando possível discutir estes processos em conjunto com as falas das interlocutoras que compõe esta pesquisa: duas mulheres ireceenses que descrevem suas experiências com o PBF e suas vivências no contexto de covid-19, no qual demonstram em suas narrativas o impacto das políticas sociais como mecanismo de emancipação em suas vidas.

Palavras-chave: Mulheres; Sertão Baiano; Programa Bolsa Família; Covid-19; Emancipação

ABSTRACT

This dissertation discusses the impacts on the process of emancipation of women in the backlands of Bahia supported by the Bolsa Família Program (PBF) and its importance in the context of the covid-19 pandemic. For this purpose, a historical trajectory of income transfer programs was traced, as well as a historical-geographical contextualization of who the women of the Bahian backlands are, analyzing female experiences during the Covid-19 pandemic. To understand this scenario, the methodology of Life History Narratives and Future Project was used together with Feminist Epistemologies, making it possible to discuss these processes, together with the speeches of the interlocutors who make up this research: two women from Irecê who describe their experiences with the PBF and their experiences in the context of covid-19, in which they demonstrate in their narratives the impact of social policies as a mechanism of emancipation in their lives.

Keywords: Women; Bahian backlands; Bolsa Família Program; Covid-19; Emancipation

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: JOGANDO MEU CORPO NO MUNDO, ANDANDO POR TODOS OS CANTOS E PELA LEI NATURAL DOS ENCONTROS, EU DEIXO E RECEBO UM TANTO.....	11
CAPÍTULO 1: É VOCÊ QUE AMA O PASSADO E QUE NÃO VÊ QUE O NOVO SEMPRE VEM: HISTÓRICO DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL.....	26
CAPÍTULO 2: DONA MARIA JÁ SE FOI, SÓ DEPOIS É QUE O SOL NASCE: MULHERES DO SERTÃO BAIANO.....	37
CAPÍTULO 3: É PRECISO ESTAR ATENTA E FORTE, NÃO TEMOS TEMPO DE TEMER A MORTE: DO CUIDADO PERIGOSO À PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO EM TEMPOS DE COVID-19.....	47
CAPÍTULO 4: QUEM TEM UMA AMIGA TEM TUDO – PERCURSOS METODOLÓGICOS.....	57
4.1 Analisando o percurso traçado.....	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS: APESAR DE VOCÊ – (HOJE) HÁ DE SER OUTRO DIA.....	94
REFERÊNCIAS	98

INTRODUÇÃO

JOGANDO MEU CORPO NO MUNDO, ANDANDO POR TODOS OS CANTOS E PELA LEI NATURAL DOS ENCONTROS, EU DEIXO E RECEBO UM TANTO

Esta dissertação tem como objetivo debater sobre as experiências das mulheres do sertão baiano com o Programa Bolsa Família (PBF) e suas vivências no contexto de pandemia de covid-19 através de suas narrativas. Além disso, fala também sobre quem escreve: uma mulher do sertão baiano, que hoje ocupa os lugares em que está devido a programas sociais que a trouxeram até aqui. Compõe este texto em conjunto com todas as mulheres que a ajudaram a chegar até aqui, as que ajudaram a permanecer e as que fizeram esta pesquisa acontecer.

Para falar a partir deste lugar, encontrei na psicologia social crítica um ambiente em que era capaz de falar sobre a vida vivida e sobre o cotidiano, no qual marcas aparecem e compõe este saber, sem a neutralidade de uma psicologia que patologiza pessoas. Ainda assim não era suficiente, pois precisava de mais direcionamento para poder falar exatamente o que se pretendia. E foi assim, que a Epistemologia Feminista chegou acrescentando o que faltava, apontando que os conhecimentos são situados e que neutralidade significa um ponto de vista masculino. Desta forma, os apontamentos desta dissertação seguirão este caminho.

Silvia Lane (1989), precursora na psicologia social brasileira, mencionava que as pessoas tinham dimensões históricas e sociais e que descartar este fato proporcionaria uma visão distorcida. Para a autora, não levar em consideração que transformamos o mundo enquanto também somos transformados implicaria construir uma psicologia sem compromisso com a transformação social. Desta forma, apenas descrever comportamentos ou focar em causa e efeito a partir das individualidades não causaria transformações, sendo somente uma ação conservadora que impediria que isto acontecesse.

Diante deste fato, torna-se impossível separar a pesquisadora, profissional, de quem escreve. O que escrevo parte também das minhas experiências enquanto mulher do sertão baiano, não sendo possível discorrer

sobre um conhecimento neutro e sem comprometimento. Do mesmo modo, também não é possível vivenciar o processo das entrevistas sem que isso interfira na minha existência e sem interferir na existência delas, uma vez que a minha presença naquele campo faz com que o que seja dito, seja relatado a partir desta relação.

A pesquisa será composta pelas relações de quem faz parte deste processo. É uma prática social na qual pesquisadora e entrevistada apresentam-se a partir de suas subjetividades que se materializam na relação desenvolvida, no qual os papéis se confundem e se alteram a todo tempo, ambas compondo o conhecimento em desenvolvimento (SILVIA LANE, 1989).¹

Para tornar este caminho possível utilizarei da metodologia de Narrativas de História de Vida e Projeto de Futuro, constituída por Cecília Pescatore Alves (2017), apoiando-se nos estudos de Ciampa (1987) a respeito do sintagma identidade-metamorfose-emancipação.

Para Cecília Alves (2017) a investigação das narrativas autobiográficas passa pelo processo no qual as narradoras não apenas pontuam características para se definirem, mas relatam sobre seus cotidianos, relações e sentimentos. Deste modo, ao relatarem suas histórias, trazem consigo tudo o que são, constituídas a partir da vivência com outras pessoas, e se modificam também à medida em que a narram seus relatos, nessa relação com a pesquisadora. Deste mesmo modo, a pesquisadora também já não é mais a mesma após ouvir aquela narrativa. E a partir disso, vamos nos constituindo e produzindo conhecimento.

As narrativas ecoam a partir das relações no mundo. Nas falas das interlocutoras será possível notar o quanto outras pessoas as compõe. Mesmo que alguns dos personagens das histórias narradas já não façam mais parte de suas vidas, de alguma forma deixaram marcas em quem as narra, possibilitando um espaço de temporalidade entre passado e futuro, que coexiste no presente do momento narrado (CECÍLIA ALVES, 2017).

Para a autora, o relato é capaz de representar duas posições: a primeira é a narrativa do próprio acontecimento e a segunda é a construção daquilo que

¹ Ao longo deste texto todas as mulheres serão referenciadas com nome e sobrenome, como um posicionamento político do NIP (Núcleo Inanna de Pesquisa sobre Sexualidades, Feminismos, Gênero e Diferenças da PUC-SP) a fim de enfatizar e enaltecer produções acadêmicas feitas por mulheres.

se deu após narrar sua história. Isso pois “a própria narrativa possibilita a articulação, através da memória e da linguagem, atribuindo novos sentidos à sua história e ao projeto do vir a ser” (CECÍLIA ALVES, 2017, p. 39). Desta forma, esta articulação se dá no momento narrado em relação ao que foi vivido no passado e qual pretensão futura com base naquilo que está sendo dito. Isto será observado no exemplo de Maria, uma das interlocutoras, que conta que tinha pena do seu ex-marido por ter saído de casa e não ter para onde ir, mas que após idas ao Centro de Referência da Mulher de Irecê, cidade campo desta pesquisa, através do auxílio jurídico oferecido no local, deu-se conta de que ela construíra sozinha aquela casa e que apesar do sentimento, ele não merecia ocupar aquele espaço. Logo, é nesta articulação no presente, entre passado e futuro que as transformações acontecem a cada momento.

Portanto, ao relatarem suas atividades no mundo em relação com o outro, o narrador permite ao investigador identificar o processo de identidade, assim como, possibilita fundamentar as condições sociais e historicamente engendradas que são reunidas em torno do indivíduo. Isto posto são possibilidades ou impedimentos de adquirir uma identidade marcada por princípios de autonomia e emancipação, ou mesmo possibilidades de romper com esse processo (CECÍLIA ALVES, 2017, p. 39).

Neste sentido, as pesquisas que utilizam deste método, tem como resultado a narrativa que foi constituída nesta relação entre pesquisadora e entrevistada, sendo todas elas coautoras deste conhecimento. Como é o caso desta dissertação, composta por todas as mulheres que me compõe e todas as mulheres que aparecem nas falas das minhas interlocutoras, “de modo que, uma nova personagem carrega consigo tantas outras já vividas e ou projetadas” (CECÍLIA ALVES, 2017, p. 40). Faz-se, assim, com que os sentidos e significados que ecoam a partir destas narrativas possibilitem processos de metamorfoses na constituição das identidades (CECÍLIA ALVES, 2017).

Pensar nesta relação entre pesquisadora e interlocutora remete ao conceito de *affidamento*. Este termo foi introduzido pelo grupo de feministas italianas e outros estudos feministas optaram por não traduzi-lo, já que perderia o impacto da palavra, além da dificuldade de uma tradução fidedigna. *Affidamento* refere-se à relação entre mulheres, reconhecendo suas semelhanças e diferenças. Vem do verbo *affidare*, que significa confiar,

autorizar, tornando possível a partir desta relação a constituição de novos conhecimentos (SALETA AGRA, 2013). Desta maneira, através desta relação de confiança entre mulheres é possível provocar mediações com um mundo patriarcal, fazendo com que esta relação seja a referência para construção de conhecimentos, e não mais partindo de um olhar masculino, modificando o conhecimento para que somente desta forma, seja construído por e para as mulheres. Neste sentido, fala-se em ética do *affidamento* como uma forma de reconhecer as experiências entre mulheres que não mais reproduzem uma norma, mas que validam e levam em consideração as suas vivências e desejos e a capacidade transformadora que tem esta relação no mundo permeado por um poder masculino (SALETA AGRA, 2013).

Pensando nisso, torna-se necessário desenvolver pesquisas que sejam comprometidas com a transformação social e que levem em consideração outras maneiras de construir conhecimento, que não tenham como única referência uma produção pautada em um viés masculino.

Nesta direção, tanto Silvia Lane como Martin Baró foram percussores dentro da psicologia, quando relatavam que era necessário construir uma psicologia para nossa gente e não mais reproduzir teorias que não fazem parte de nossa realidade. Os dois tinham como proposta no desenvolvimento de suas pesquisas o compromisso social e a transformação social, enquanto Silvia Lane desenvolvia estes estudos no Brasil, Martin Baró produzia em El Salvador (BADER SAWAIA, 2014).

O projeto de Martin Baró era a construção de uma psicologia latino-americana. O autor valorizava pesquisas produzidas em nosso território, além disso era também significativo que falássemos sobre nós, assim como, o envolvimento com nossas pesquisas, deixando de lado qualquer teoria que avaliasse a necessidade do distanciamento do campo. Para Martin Baró o envolvimento de pesquisadores com seus estudos seria capaz de construir uma psicologia comprometida com a libertação dos povos oprimidos (BADER SAWAIA, 2014).

O autor pontuava ainda sobre a necessidade de assumirmos nossa responsabilidade social enquanto psicólogas. Nesse sentido, ele elencou três pontos fundamentais para desempenhar esse papel profissional (BARÓ, 1996).

O primeiro ponto diz respeito sobre reavaliar a prática profissional, pois não caberia atuar a partir de esquemas teóricos já estabelecidos, visto que as demandas se modificam dependendo do momento histórico e cultural no qual está inserido e por isso a necessidade de voltar-se às questões que são apresentadas neste contexto.

O segundo ponto, depois de assimilado o primeiro, trata-se de compreender de qual lugar provém os estudos desenvolvidos na área, sendo estes do ponto de vista de classes dominantes. Então o saber psicológico é pautado a partir de um lugar que não se comunica com muitos dos lugares dos quais estamos inseridos. Dessa forma, não seria possível compreender os problemas que atingem determinadas populações, sem olharmos exatamente a partir daquela perspectiva histórica.

Por fim, o terceiro ponto diz respeito sobre a necessidade de repensar a construção do saber psicológico e a quem ele estaria servindo, para que dessa forma, estejamos comprometidos com a transformação social e envolvidos em pesquisas que sejam capazes de falar sobre a vida de pessoas que não estiveram incluídas anteriormente no desenvolvimento destes estudos. Somente dessa forma seríamos capazes de construir juntamente com nosso povo um conhecimento que seria capaz de dar conta da vida vivida, colocando o saber psicológico a serviço da nossa gente (BARÓ, 1996).

É neste contexto que se insere esta pesquisa, na tentativa de construir um conhecimento pautado nas mulheres do sertão baiano a partir de suas experiências com o PBF durante o cenário de pandemia de covid-19. Para que somente desta maneira, seja possível construir um conhecimento a respeito da vida destas mulheres, não aplicando sobre elas uma teoria já existente, que tenta dar conta de suas realidades, mas fazendo com que sejam elas, na junção desta relação entre nós, que faça emergir o conhecimento desenvolvido nesta pesquisa.

Além dos caminhos percorridos dentro da psicologia social para construção desta dissertação, torna-se necessário utilizar também das Epistemologias Feministas como norte na construção deste conhecimento. É na Epistemologia Feminista que encontramos um campo no qual é possível percorrer com tudo o que nós somos e com a forma com a qual construímos conhecimento, seja modificando regras, quebrando paradigmas ou indo na

direção contrária ao que se espera de uma pesquisa científica composta por distanciamento e neutralidade.

Donna Wilshire (1997) sinaliza sobre isso quando escreve a respeito da importância de repensar a construção do conhecimento. A autora sugere a necessidade de utilizar métodos diferentes nas pesquisas, para que dessa forma possamos analisar a construção destes estudos a partir de nossas perspectivas, visto que fomos ensinadas a olhar e desenvolver pesquisas a partir de imparcialidades, e tudo que fosse diferente disso era tido como errado, resultando em processos de exclusão na ciência. A autora pontua ainda sobre o quanto pesquisas corporificadas, no qual não assumem a pretensa neutralidade, costumam ser tidas como inaceitáveis ou inferiores. Para isso ela propõe que deixemos o nosso corpo assumir estes estudos, para que, desta forma, seja possível construir uma nova aprendizagem.

Pensar uma Epistemologia Feminista é visualizar que o conhecimento debatido no mundo não abarca as mulheres na história e para que mudanças ocorram na construção do conhecimento precisamos de uma epistemologia que seja feminista. Para que desta forma as mulheres possam ser legitimadas como sujeitos de conhecimento e visões parciais sobre a vida social da perspectiva masculina sejam revistas (SANDRA HARDING, 1987), construindo, assim, um conhecimento situado e responsável que seja capaz de abarcar as exclusões na produção do conhecimento (DAU GARCÍA DAUDER, 2003).

Neste sentido Sandra Harding (1987) pontua que epistemologias tidas como tradicionais excluíram as mulheres de serem vistas/lidas enquanto sujeitos do conhecimento, permitindo que a história tenha sido escrita do ponto de vista dos homens, tornando a ciência masculina. Desta forma, no processo de construção científica, por exemplo, todas as frases são construídas tendo o gênero masculino como sujeito, ratificando, assim, a necessidade do uso da Epistemologia Feminista em busca de tornar as mulheres sujeitos do conhecimento (SANDRA HARDING, 1987). Considerando que nossas vidas têm tanto impacto quanto a vida dos homens, torna-se de extrema necessidade de que os nossos discursos teóricos sejam capazes de dar conta com riqueza de detalhes do nosso cotidiano da mesma maneira que abordagens tradicionais costumam relatar sobre as vidas dos homens (SANDRA HARDING, 2019).

Neste contexto, pensando no desenvolvimento de nossas pesquisas, que dizem respeito sobre nossas vidas, e a importância delas para pensar questões sociais, é necessário também que nossas categorias analíticas sejam instáveis, visto que estamos em constante transformação, como pontua Sandra Harding:

Não passa de delírio imaginar que o feminismo chegue a uma teoria perfeita, a um paradigma de "ciência normal" com pressupostos conceituais e metodológicos aceitos por todas as correntes. As categorias analíticas feministas *devem* ser instáveis - teorias coerentes e consistentes em um mundo instável e incoerente são obstáculos tanto ao conhecimento quanto às práticas sociais (SANDRA HARDING, 2019, p. 99).

Apesar dos entraves de construir pesquisa desta maneira, a autora pontua ainda que as conclusões de pesquisas feministas costumam ser mais fidedignas com a realidade, a partir da fidelidade com as questões sociais que acontecem no mundo. Sandra Harding (2019) refere-se a essa forma de pesquisar como ciência alternativa e reforça sobre ser esta ciência a possibilidade de proporcionar uma compreensão mais completa e menos distorcida da realidade.

Sandra Harding (2019) pontua ainda o quanto utilizar das Epistemologias Feministas em nossas pesquisas é um ato revolucionário. Isto por nos ter sido negada a nossa posição de seres pensantes a partir da atribuição de irracionalidade às mulheres como sendo incapazes de desenvolver um pensamento científico. Entendia-se que poderíamos ser objetos de estudo para os homens, porém jamais sermos sujeitas da história. Assim, apenas os homens eram vistos como os formulares do conhecimento, sendo que entre eles, apenas os que pertenciam a determinada raça e classe eram vistos como detentores da uma capacidade inata do raciocínio capaz de produzir conhecimento.

Para Rosa Cobo (2019) o que distingue a pesquisa feminista é o marco teórico. Para isto é necessário realizar um giro epistemológico no qual a proposta é romper com o modo convencional de se fazer pesquisa, retomando a experiência das mulheres como recurso empírico. Nesse contexto, o próprio objeto de estudo é uma construção da pesquisadora, visto que não existe neutralidade nesta forma de pesquisar a vida das mulheres. Este encontro entre elas possibilita uma criação subjetiva, visto que elas nunca foram vistas a partir delas mesmas, apenas em consideração à figura masculina.

Para que as transformações possam ocorrer, torna-se necessário rever os métodos utilizados na forma de construir conhecimento. Carla Cristina Garcia (2011) descreve como o conhecimento pautado a partir do viés masculino é prejudicial para a vida das mulheres. A autora pontua sobre como o androcentrismo distorceu a ciência e entendeu como verdade o conhecimento pautado a partir da experiência masculina, fazendo com que este conhecimento seja questionável, visto que as mulheres foram desconsideradas na construção destes estudos.

Devido a isto, Rosa Cobo (2019) complementa para a importância de trabalhar com método qualitativo nas pesquisas feministas, já que a produção deste conhecimento é referente a um conhecido situado. Assim, leva em consideração o que emerge diante das relações presentes no desenvolvimento do estudo, sem hipótese prévia do que se pretende encontrar naquele terreno. Ela descreve ainda que métodos quantitativos seriam um reflexo do androcentrismo, pois nestas pesquisas pouco se ouve sobre as mulheres, desconsiderando suas vivências. Cabe pontuar, que os dados têm também sua importância, inclusive para verificar dados de violência, por exemplo. Mas é de extrema importância que para além de ter acesso aos dados, possamos também escrever sobre eles.

Nicole-Claude Mathieu relata que:

O problema do androcentrismo não reside, então, obrigatoriamente em certos conceitos – que podem apresentar uma visão ao menos parcialmente justa da realidade da opressão das mulheres -, mas, mais ainda, na aceitação implícita dessas realidades como uma coisa culturalmente (e com frequência “naturalmente”) universal, o que por muito tempo impediu qualquer questionamento, qualquer nova pesquisa sobre os mecanismos dessa opressão (NICOLE-CLAUDE MATHIEU, 2021, p. 158).

Desta maneira, entende-se que as pesquisas que foram feitas anteriormente não devam ser desconsideradas, mas torna-se necessário desnaturalizar o que antes era visto como universal. Isto pois, considera-se que este universal tenha como ponto de partida a figura de um homem branco, sendo imprescindível que se faça um giro epistemológico como sugerido pela Rosa Cobo.

Neste sentido, Nicole-Claude Mathieu retrata a respeito da obliteração feminina:

Por meio da análise dos ilogismos e das contradições na conceitualização e também na própria construção de frases extraídas do *corpus* sociológico, demonstrei como o geral e o masculino são pura e simplesmente identificados, e isto inconscientemente, causando a obliteração da categoria mulher como sujeito social, obliteração em dois sentidos: *aposição de uma marca* (pela particularização do feminino apenas) e, em consequência, *apagamento* (do feminino como sujeito) (NICOLE-CLAUDE MATHIEU, 2021, p.138).

Logo, romper com esta obliteração é tarefa central na vida das pesquisadoras. Isto pois, somente ouvindo mulheres e levando em consideração suas experiências é que vamos inseri-las na história do mundo como sujeitas. Cabe pontuar que muitas pesquisadoras já vem fazendo este trabalho nos últimos anos, porém não sendo citadas, deixando este conhecimento de lado em prol do que a academia considera importante na composição do texto. Enquanto discursos como este continuarem sendo perpetuados, as mulheres continuarão sendo obliteradas na construção do conhecimento.

Ainda temos muito a aprender com a Donna Haraway e o seu artigo Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Principalmente quando ela fala de um conhecimento situado e corporificado. Uma vez que não é possível construir um conhecimento sem corpo e sem localização, já que todo conhecimento tem um sujeito por trás do que está sendo escrito. Pensando nisso, como é possível que ao longo da vida a maioria das pesquisas que temos acesso venha somente de um lugar, no qual tem como ponto de partida a suposição de que todos os corpos são iguais? Não podemos continuar perpetuando este conhecimento. As Epistemologias Feministas estão presentes em nossas escritas para rompermos com isto e construirmos um conhecimento que seja possível falar a partir de um lugar de vozes que não foram ouvidas nesta construção. Como escreve Donna Haraway:

A questão da ciência para o feminismo diz respeito à objetividade como racionalidade posicionada. Suas imagens não são produtos da escapatória ou da transcendência de limites, isto é, visões de cima, mas sim a junção de visões parciais e de vozes vacilantes numa posição coletiva de sujeito que promete uma visão de meios de corporificação finita continuada, de viver dentro de limites e

contradições, isto é, visões desde algum lugar (DONNA HARAWAY, 1995, p. 34).

Neste cenário, torna-se fundamental construir um conhecimento posicionado, que esteja descrito de qual ponto está partindo, assim como descreve Nicole-Claude Mathieu e Donna Haraway. Somente desta forma vai ser possível inserir as mulheres na construção do conhecimento, transformando o que está posto como universal, revisando o que foi dito a respeito delas e possibilitando um lugar no mundo enquanto sujeitas.

Entendemos que as mulheres estão no processo de construção de uma nova linguagem, em que produz seus próprios argumentos advindo de suas premissas. Dentro do androcentrismo as mulheres notaram que elas não dispõem da linguagem e assim inicia-se a luta para criar ou ampliar uma linguagem em que seja capaz de abarcar outros sujeitos, construindo dessa forma novos significados na interpretação do mundo, como aponta Margareth Rago (1998). Para a autora, o feminismo estabelece uma nova associação entre teoria e prática e desse modo, como aponta:

Delineia-se um novo agente epistêmico, não isolado do mundo, mas inserido no coração dele, não isento e imparcial, mas subjetivo e afirmando sua particularidade. Ao contrário do desligamento do cientista em relação ao seu objeto de conhecimento, o que permitiria produzir um conhecimento neutro, livre de interferências subjetivas, clama-se pelo envolvimento do sujeito com seu objeto. Uma nova ideia da produção do conhecimento: não o cientista isolado em seu gabinete, testando seu método acabado na realidade empírica, livre das emoções desviantes do contato social, mas um processo de conhecimento construído por indivíduos em interação, em diálogo crítico, contrastando seus diferentes pontos de vista, alterando suas observações, teorias e hipóteses, sem um método pronto. Reafirma-se a ideia de que o caminho se constrói caminhando e interagindo (MARGARETH RAGO, 1998, p. 12).

Dessa maneira, não podemos perder de vista que o caminho se conhece andando e que as experiências das andanças das mulheres tem muito a dizer sobre o mundo, sobre a forma de produzir conhecimento e sobre reconhecimento. Dessa forma podemos observar de um ângulo diferente nosso lugar no mundo, uma vez que somente observando e reconhecendo essas diferenças é que finalmente faremos um furo na linguagem e assim existiremos.

Recentemente atravessamos anos pandêmicos e mesmo com o necessário processo de isolamento social, pouco pensado para quem mais

precisava, tivemos até então 701.494 óbitos confirmados pela covid-19 (MS, 2023). O primeiro óbito no Brasil ocorreu no dia 17 de março de 2020 e quase um ano depois do primeiro óbito, no dia 17 de janeiro de 2021, tivemos a primeira pessoa vacinada no país: Monica Calazans - uma mulher, enfermeira de um dos hospitais de referência no tratamento da covid-19 (BUTANTAN, 2022).

O processo de vacinação de Monica foi romantizado pelos meios de comunicação como sendo ela a representante da luta contra o coronavírus. Porém, apesar da sua justa representação dos profissionais de saúde, que lutaram incansavelmente pelos seus pacientes, é preciso olhar para imagem de Monica além do que foi romantizado. É preciso compreender como realmente ficaram as vidas das mulheres neste período, as suas condições de trabalho e o seu papel em casa junto aos seus núcleos familiares.

No contexto das epidemias, as mulheres são as mais expostas à contaminação pelo vírus. Denise Pimenta (2019) descreve este fato com precisão em sua tese de doutorado, sobre o que define como cuidado perigoso, na epidemia de ebola, assim como em (2020) quando escreve que “pandemia tem cara de mulher”. Para a autora, o cuidado perigoso se estabelece nestes contextos devido ao fato de serem as mulheres as responsáveis pelo cuidado dos enfermos, acarretando mais sobrecarga as suas rotinas, e expondo-as ao vírus. Inclusive quando esta mulher já sobrecarregada passa pelo processo de adoecimento, a responsável por sua saúde costuma ser outra mulher, desresponsabilizando os homens destes cuidados. Denise Pimenta (2020) relata que na convivência com suas interlocutoras em Serra Leoa não soube de nenhuma mulher que se desresponsabilizou destas tarefas de cuidado. Ela relata ainda que, apesar disto, estas mesmas mulheres não romantizavam este fardo, mas costumavam pontuar sobre as suas sobrecargas nestes contextos.

Para a autora, toda mulher serra-leonense, em algum registro, estava presente na linha de frente do combate ao ebola. Sendo ou não agentes de saúde, eram elas as responsáveis pelo cuidado primário. Não diferente, na pandemia de covid-19 no Brasil, 85% da enfermagem era composta por mulheres, demonstrando, portanto, a repetição deste fato, sendo as mulheres a base do cuidado na linha de frente da pandemia (DENISE PIMENTE, 2020).

Portanto, observa-se por que a pandemia tem cara de mulher, visto que além de serem elas a base da linha de frente do combate, são também as

responsáveis pelo cuidado e manutenção do funcionamento familiar neste período, sobrecarregando-as e consequentemente afetando-as física e psicologicamente. Além dos processos de vulnerabilidades expostos pelo vírus, muitas mulheres em tempos de confinamento ainda precisaram lidar com a pandemia da violência doméstica, que neste contexto teve índices ainda maiores. Denise Pimenta (2020) relata ainda que a pandemia além de ser generificada, é racializada e tem classe social, sendo, portanto, o rosto da pandemia o de uma mulher preta e periférica, afetando a base da pirâmide social brasileira (DENISE PIMENTA, 2020).

Pensando na produção científica, enquanto as publicações das mulheres caíram muito nesse período, as produções dos homens aumentaram em pelo menos 50%. Isto pois em processos de isolamento social os homens são desresponsabilizados das atividades domésticas, focando quase que exclusivamente em suas carreiras, enquanto as mulheres ficam sobrecarregadas com estas atividades, não conseguindo manter suas produções. Nesse sentido, elas tem muito mais a relatar sobre a pandemia do que os homens. Porém acontece o oposto na literatura científica. Devido a este fato, a autora Denise Pimenta (2020) levanta o questionamento: “a pandemia tem cara de mulher, mas, e a voz?”

Pensando em ampliar as vozes das mulheres no cenário da pandemia, essa pesquisa tem como eixo central as mulheres do sertão baiano e suas vivências nesse período junto às suas experiências com o PBF. Os processos de vulnerabilidade vivenciados pelas mulheres durante este período podem se intensificar em locais que já enfrentam outras questões sociais como a seca. Entretanto, apesar das dificuldades, o *afidamento* é uma característica presente e constante no sertão baiano. E foi neste contexto que oito mulheres criaram uma rede colaborativa, no qual puderam se reinventar no meio de uma grande crise.

No cenário em que as feiras livres foram proibidas, agricultores do sertão baiano ficaram sem local para efetuar suas vendas. Foi neste contexto que este grupo de mulheres decidiu abrir um hortifruti denominado por elas de “Prosperando”. A ideia era que houvesse um local onde agricultores pudessem deixar seus produtos e consumidores pudessem aos poucos realizar as compras mantendo assim o distanciamento social e a renda dessas famílias. Além de

frutas e verduras, eram deixadas também sacolas de pano que eram costuradas por uma das mulheres do grupo. Quem não tivesse condições financeiras para comprar as sacolas, poderia pegá-las emprestadas para levar seus itens para casa. Podemos notar através deste projeto o quanto o *affidamento* se faz necessário em contextos como este (FERNANDA SANTANA, 2020).

Uma das mulheres do grupo relata que durante a pandemia a solidariedade entre as mulheres acentuou-se ainda mais. Elas realizavam o controle do que era colhido, vendido e emprestado, para que dessa forma fosse mantido o controle da contribuição para suas famílias e comunidade. Para muitas mulheres sertanejas a dupla jornada sempre foi uma realidade e assim se manteve durante a pandemia. E foi deste modo, que o trabalho que era invisibilizado se tornou revolucionário dentro desta comunidade (FERNANDA SANTANA, 2020).

No contexto da pandemia, com maior vulnerabilidade e exposição das mulheres, programas como o Bolsa Família, que tem as mulheres chefes de família como principais responsáveis pelo repasse monetário, tornam-se ainda mais importante. Esta renda pode ofertar possibilidades de vivências diferentes no cenário pandêmico, como a possibilidade de saída de situações de violência. Por conta disso é necessário que ações políticas para enfrentamento de pandemias sejam pensadas a partir da perspectiva da desigualdade de gênero (MARLUCI DELAVI, PRISCILA MORTELARO E VANDA LÚCIA NASCIMENTO, 2021).

Historicamente, o PBF transformou a vida de muitas mulheres, especialmente no sertão baiano, promovendo autonomia e emancipação. Entretanto, quando as mulheres mais precisaram da consolidação de políticas públicas como o PBF, houve a sua extinção como programa e em tentativa eleitoreira, o ex-presidente Bolsonaro lançou um programa de transferência de renda sem critérios que pudessem beneficiar as mulheres, como acontecia com o PBF. Neste sentido pareceu sintomático o desejo de acabar especificamente com este programa, aparentando ser uma tentativa de controle de barrar mulheres nos seus processos emancipatórios.

Além de programas sociais já consolidados como o Programa Bolsa Família (PBF), deliberadamente extinto pelo antigo governo, torna-se necessário o desenvolvimento de pesquisas científicas que reflitam a vida vivida das

mulheres nesse contexto, reconhecendo e assegurando a importância e necessidade de os programas sociais serem pensados a partir da perspectiva feminina.

Neste sentido, constitui-se o objetivo dessa dissertação, no qual versa sobre refletir a respeito das experiências das mulheres do sertão baiano com o Programa Bolsa Família e suas vivências no contexto de pandemia de covid-19. Para isso, será utilizada a metodologia de Narrativas de História de Vida e Projeto de Futuro, para que a partir das narrativas das mulheres seja possível verificar como foi para elas a experiência com o PBF e a mudança dele no contexto da pandemia. Cabe pontuar que o PBF passou por mudanças durante o processo de construção dessa dissertação, estando em vigor no início do processo, passando pela sua substituição pelo Auxílio Brasil e seu posterior retorno.

Dessa maneira, a dissertação está dividida em quatro capítulos. O capítulo um “É você que ama o passado e que não vê que o novo sempre vem: histórico dos programas de transferência de renda no Brasil” reflete como os programas de transferência de renda foram surgindo, a quem era destinado no primeiro momento, como as mudanças foram acontecendo em cada momento histórico e a importância dos movimentos sociais para que essas mudanças acontecessem, além de pontuar como se consolidaram, os retrocessos pelo seu caminho e o seu retorno esperado. O nome deste capítulo refere-se a uma música composta no período da ditadura, em que movimentos conservadores não queriam o avanço de pautas sociais, negando-se a observar que o novo sempre vem. E que bom que vem!

O capítulo dois “dona Maria já se foi, só depois é que o sol nasce: mulheres do sertão baiano” contempla quem são as mulheres nordestinas e baianas, contando um pouco de suas histórias. Nesta etapa trago um breve relato de uma das mulheres mais importantes da minha vida, minha avó, nordestina-baiana, com a qual aprendi e continuo aprendendo muito com toda a sua vivência. O título deste capítulo também se refere a uma música e o sentido atribuído a ele é sobre a força das mulheres sertanejas em seguir adiante na busca dos seus sonhos, apesar das adversidades.

O terceiro capítulo “É preciso estar atenta e forte, não temos tempo de temer a morte: do cuidado perigoso a precarização do trabalho em tempos de

covid-19” retrata sobre a vida das mulheres na pandemia e as dificuldades enfrentadas neste contexto, no qual a sobrecarga que já era presente no cotidiano acentua-se neste cenário e do quanto a sobrevivência de pessoas próximas fica sob sua responsabilidade, gerando sobrecarga física e mental, enquanto tentam sobreviver ao vírus, à precarização dos seus trabalhos e às violências em casa. Assim como os outros capítulos, o nome aqui atribuído é de mais uma música, que busca demonstrar como as mulheres precisaram durante a pandemia, e ainda hoje precisam, estar atentas e fortes para lidar com as atribuições de seus cotidianos.

Por fim, o capítulo quatro “Quem tem uma amiga tem tudo – percursos metodológicos” descreve o caminho traçado por essa dissertação e acentua como as relações entre as mulheres são capazes de despertar potências e transformar vidas. Para possibilitar que isso seja possível, utilizarei do método Narrativas de História de Vida e Projeto de Futuro, já descrito acima, que tem como base nesta pesquisa as narrativas femininas. O título deste capítulo refere-se ao apoio em que tive no desenvolvimento desta pesquisa, assim como o apoio em que as interlocutoras tiveram de outras mulheres.

Todos os títulos retratados ao longo desta dissertação são trechos de músicas que me fizeram refletir e embalar o processo dessa escrita. O título dessa introdução não seria diferente, ao longo de toda essa produção recebi muito de todas as pessoas que passaram pelo meu caminho, assim como desejo ter deixado um outro tanto, enquanto jogava meu corpo no mundo, sendo uma sertaneja, desenvolvendo uma pesquisa em São Paulo.

CAPÍTULO 1

É VOCÊ QUE AMA O PASSADO E QUE NÃO VÊ QUE O NOVO SEMPRE VEM: HISTÓRICO DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL

A construção da assistência social no Brasil surge em meados do século XX, no qual o usuário era visto como favorecido e não como uma pessoa com direito aos serviços sociais. Os marcos iniciais de desenvolvimento de um Sistema de Proteção Social no Brasil localizam-se entre 1930 e 1945, momento em que o país passa por transformações sociais, deixando de ser agroexportador para urbano-industrial. Neste período surgem demandas da classe operária, configurando-se em maior nível somente na década de 1970, quando a economia nacional de base industrial estava estabelecida (ALAÍSA SIQUEIRA, 2008).

Para Alaísa Siqueira (2008), as políticas sociais possuem dois momentos significativos: o primeiro após 1930, sendo este o período inicial da construção do Sistema de Proteção Social, voltado para área trabalhista e previdenciária, e o segundo, após a Constituição Federal de 1988, em que expande a proteção social através da Seguridade Social.

O Sistema de Proteção Social no Brasil foi constituído primeiramente no campo da Previdência Social. Em 1923, a lei Eloy Chaves instituiu as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAP's), em que os empregados das empresas ferroviárias passaram a ser assegurados com aposentadorias por tempo de contribuição e invalidez, pensão por morte e assistência médica (Decreto nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923), estabelecendo, assim, um acordo individual e privado, não representando, portanto, um sistema público de Previdência Social.

Entre os anos de 1933 e 1938, implementou-se o Sistema Público de Previdência Social através dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP's). Neste modelo, o sistema seguia funcionando somente para os trabalhadores formais, excluindo desempregados e pessoas fora do mercado de trabalho formal (ALAÍSA SIQUEIRA, 2008).

A partir de 1970, no contexto da ditadura militar, o Sistema de Proteção Social Brasileiro passa pelo seu principal momento de desenvolvimento. Para

Maria Silva (2007) a intenção neste período foi minimizar a repressão da classe trabalhadora, buscando legitimar através da proteção social o regime de exceção. Porém, somente na década de 1980, período marcado pela ampliação dos movimentos sociais, através da rearticulação da política brasileira e surgimento de novos partidos políticos, como o Partido dos Trabalhadores, que ocorre o processo de unificação de lutas pela universalização dos direitos sociais, resultando na Constituição Federal de 1988. Constituiu-se, então, pela primeira vez no país, um sistema mais abrangente de Seguridade Social, composto pelas políticas de Previdência Social, Assistência Social e Saúde (MARIA SILVA, 2007).

Porém, apesar da política de Assistência Social ter sido assegurada por lei como direito universal, tendo que abranger a todos independentemente das suas contribuições, ela permaneceu sendo direcionada para quem comprovava renda de menos de 200 reais por pessoa ou estava incapacitado para trabalhar, contradizendo os princípios da Constituição (ALAÍSA SIQUEIRA, 2008).

Neste contexto de luta, a partir de 1991, inicia-se no Brasil o debate sobre Programas de Transferência de Renda. Neste mesmo ano o senador Eduardo Suplicy, do Partido dos Trabalhadores, apresenta o Projeto de Lei nº 80/1991, referindo-se ao Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), vindo posteriormente a ser aprovado pelo senado.

A partir disto a autora Maria Silva (2007) elenca cinco momentos históricos no desenvolvimento dos programas de transferência de renda. O primeiro momento ela define como sendo o ano de 1991, marcado pelo início do debate sobre o tema, que viria a se expandir nos próximos anos. O segundo como sendo a articulação de uma renda mínima familiar atrelada à educação, onde a transferência de um salário-mínimo à família estaria condicionada à manutenção dos filhos de sete a catorze anos frequentando a escola pública. Desta forma, a garantia do repasse do programa funcionaria como a comprovação do vínculo com a escola pública. O terceiro momento histórico elencado ocorre em 1995, quando iniciam-se as experiências deste modelo nas cidades de Campinas, Ribeirão Preto, Santos e em Brasília. Em 1996, dando continuidade às experiências com o programa, soma-se ao projeto a criação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), além do Benefício de Prestação Continuada – BPC.

O Benefício de Prestação Continuada era destinado para idosos com 65 anos ou mais e para pessoas consideradas não aptas ao trabalho. O valor do benefício era igual a um salário-mínimo e era destinado para famílias dos beneficiários com renda abaixo de $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo, que era 260 reais em 2004. Já o PETI era um benefício destinado para famílias com crianças entre sete e quinze anos trabalhando ou em risco de trabalhar. O valor era de 25 reais por criança nas áreas rurais e de 40 reais nas áreas urbanas e as famílias precisavam garantir 75% de presença escolar das crianças (SOARES, SOARES, MEDEIROS E OSÓRIO, 2006).

O quarto momento histórico do desenvolvimento dos Programas de Transferência de Renda acontece no penúltimo ano do governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso (1999-2002). Criam-se programas como o Bolsa Escola e Bolsa Alimentação, com significativa abrangência geográfica. Ainda no quarto momento se inicia o debate sobre a Renda de Cidadania, com a pretensão de ser destinada a todos os brasileiros de forma irrestrita, debate este promovido a partir do lançamento do livro do senador Eduardo Suplicy, sendo apresentado ainda o projeto de Renda Básica de Cidadania ao Congresso Nacional.

Em 2003, primeiro ano do primeiro mandato do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, inicia-se o quinto momento histórico. O novo governo estabelece como prioridade o enfrentamento da fome e da pobreza, tendo como a principal política do governo a Estratégia Fome Zero, tendo como norte:

Uma política econômica que considere a redistribuição de renda no país, a valorização da renda do trabalho, a geração de emprego, a proteção social do trabalhador, a inclusão de todos os trabalhadores formais ou informais, da cidade e do campo, num sistema nacional universal de Previdência Social, a efetivação de reforma agrária com assistência ao trabalhador do campo (MARIA SILVA, 2007, p. 1432).

Em outubro de 2003 é criado o Programa Bolsa Família, tendo como missão unificar os Programas de Transferência de Renda. Em 8 de janeiro de 2004, o projeto do senador Eduardo Suplicy foi sancionado com o objetivo de instituir uma Renda Básica de Cidadania de maneira gradual, que se iniciaria pelos mais pobres a partir de 2005, tendo como referência o Bolsa Família como marco inicial para condução da implantação da Renda Básica de Cidadania. Este

quinto momento é marcado pela unificação dos Programas de Transferência de Renda e pela ampliação do número de beneficiários do programa. A partir disto, pôde-se falar de uma Política Nacional de Transferência de Renda, estabelecida no eixo da proteção social no Brasil (MARIA SILVA, 2007).

Nas últimas décadas, desde a implantação dos programas de transferência de renda em 1990, ocorreram mudanças significativas nas políticas públicas de combate à fome até a sua consolidação. No início da sua implantação, as políticas eram efetivadas por meio da distribuição de alimentos. Posteriormente, como é hoje, o benefício passou a ser repassado em dinheiro, o que possibilitava maior autonomia aos beneficiários (VIVIANE ASSUNÇÃO, MARIA DO ROSÁRIO LEITÃO E INÁCIO, 2012). O modo de auxílio como transferência de renda possibilitou às famílias beneficiadas uma melhora na sua condição de vida, por proporcionar uma alimentação mais adequada, além da melhora na moradia e obtenção de bens de consumo. Apesar de não ser suficiente para uma mudança significativa, todos esses fatores contribuíram para a autonomia dos beneficiários (TESTA, PAULA FRONZA, MAIRA PETRINI E JANE PRATES, 2013).

O Programa Bolsa Família (PBF) foi institucionalizado como uma política nacional estruturada para o enfrentamento da pobreza. Esta ação visou garantir uma renda básica em conjunto ao acesso de direitos sociais, contribuindo para a promoção da inclusão social (TEREZA CAMPELLO, 2013). Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2020) cerca de 14 milhões de famílias são beneficiadas pelo PBF. Walquiria Rego e Alessandro Pinzani (2013) afirmam que por meio do Programa, essas famílias recebem, além do benefício financeiro direto, a possibilidade de ampliação da autonomia em suas vidas. Ainda segundo os autores, o Programa não garante a superação da pobreza, mas faz com que estes sujeitos identifiquem seus direitos e vislumbrem outras possíveis reivindicações.

Após a criação do PBF em 2003 ocorreu a unificação de diversos outros programas de transferência de renda como Fome Zero, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação (FLÁVIA PIRES, PATRÍCIA SANTOS E JÉSSICA SILVA, 2011). O repasse monetário do PBF era disposto preferencialmente para uma pessoa do sexo feminino, sendo ela mãe e/ou responsável pelo lar, dando à mulher a oportunidade de decisão independente,

nos permitindo refletir sobre uma possível mudança na conjuntura familiar em relação ao modelo de família tradicional (FLÁVIA PIRES et al, 2011). Essa possibilidade associada à inserção da mulher no mercado de trabalho, à atuação dos movimentos feministas pela igualdade de direitos e à melhoria educacional das mulheres possibilitou uma conjuntura de sociedade menos desigual (KALLINE LIRA, 2019). Vale ressaltar que anteriormente as mulheres não eram priorizadas no desenvolvimento destes programas.

Umas das motivações do PBF ter sido destinado principalmente para as mulheres foram as lutas dos movimentos feministas, que reivindicavam a inclusão da perspectiva de gênero na elaboração das políticas sociais. Foram também as mulheres as responsáveis por pontuar o crescimento da pobreza feminina, atravessado por um contexto histórico de trabalhos não remunerados (FERNANDA GOMES, 2015). Mesmo não deslocando estas mulheres da pobreza, a renda destinada a elas provoca sua maior autonomia:

Cabe lembrar que o fato de serem destinatárias de rendimento monetário não retirou essas mulheres da condição de pessoas pobres. Dispor de maior segurança relativamente à possibilidade de garantir alimentação à própria família, contudo, não tem um impacto meramente material, mas também psicológico. Este se dá pelo menos em dois níveis. Em um primeiro, as pessoas não precisam mais passar seu tempo pensando exclusivamente em procurar comida suficiente e podem dedicar-se a atividades (inclusive econômicas) diversificadas. Essa é uma forma de autonomização, de libertação da necessidade mais básica e imediata, a saber, da necessidade de alimentar-se. Em um segundo nível, ganham mais autonomia ao se tornarem responsáveis pela maneira como o dinheiro da bolsa é usado (WALQUIRIA REGO E ALESSANDRO PINZANI, 2013, p. 197-198).

Para Walquiria Rego e Alessandro Pinzani (2013) a autonomia não estaria voltada somente para dimensão individual, mas também para a vida social e política. A renda destinada para os beneficiários não seria apenas capaz de suprir condições materiais, mas promover um sentimento de identificação enquanto sujeito pertencente à nação, devido ao seu reconhecimento por parte do Estado, tornando suas necessidades objeto de direito. Por outro lado, exige-se que este sujeito cumpra também com deveres, o que para os autores possibilita o fortalecimento deste sujeito de se identificar enquanto cidadão. Isto pois entende-se não ser apenas um cliente que recebe serviços ofertados pelo Estado, mas um membro ativo do corpo político.

O PBF auxiliou na redução da pobreza e das desigualdades sociais que abarca parte do cenário brasileiro, composto por desigualdades de gênero, raça, renda e escolaridade. Assim, operando junto às famílias em situação de pobreza e identificando as vulnerabilidades sociais dessas famílias, o PBF pôde estimular às mulheres beneficiadas a exigirem os seus direitos referentes às políticas públicas que poderiam melhorar sua condição social (JUSSARA BRITO E ELENICE COSTA, 2015).

Em 2010 cerca de 7 milhões de mulheres no Brasil chefiavam famílias com filhos de até 15 anos. Dentre estas, por volta de 2 milhões encontravam-se na região Nordeste, sendo a Bahia o Estado com o maior número, aproximadamente 500 mil, segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (ATLAS BRASIL, 2013). Diante deste número, recorre a necessidade em entender as vivências e experiências destas mulheres com o PBF, para que assim, discutindo e problematizando tais dados, a sociedade compreenda as implicações da retirada deste benefício.

O PBF proporciona aumento ao acesso à saúde, viabilizando às mulheres acesso a avaliações de risco e apoio, especialmente para aquelas vítimas de violência por parceiros íntimos, resultando em uma diminuição do feminicídio em municípios de maior cobertura do Programa. Um outro fator agravante é que a baixa renda e a desigualdade social podem influenciar na ocorrência de suicídio, sendo o PBF neste cenário um alívio imediato da pobreza, tanto através da transferência de renda, quanto do aumento do acesso à saúde e educação. Essas variáveis podem colaborar na redução do estresse, no aumento da qualidade de vida e inclusive na redução de sintomas depressivos (MARIA ICHIHARA, DANDARA RAMOS, JOILDA NERY, JULIA PESCARINI, DAIANE MACHADO, FLÁVIA ALVES E BARRETO, 2018).

Recentemente, em outubro de 2021, após 18 anos da existência do Programa e da sua consolidação, em plena emergência sanitária e econômica pela pandemia da Covid-19, o Programa chegou ao fim, causando uma perda irreparável para os seus beneficiários e principalmente para as mulheres. O PBF, que foi responsável por tirar o Brasil do mapa da pobreza, chegando a receber premiações pela ONU, por interesses políticos, deixou de existir. Deste modo, propiciou a ampliação da pobreza no território nacional, considerando-se que eram confusos os critérios de inclusão do novo programa proposto pelo governo

do ex-presidente Jair Bolsonaro, uma vez que o PBF, além da renda, garantia também aos beneficiários direitos básicos, como educação e saúde (EDUARDA ANDRADE, 2021).

O Auxílio Brasil foi sancionado por lei em dezembro de 2021, no governo do presidente Jair Bolsonaro. Segundo dados do Ministério da Saúde (2021) o novo programa tinha condicionalidades similares ao PBF, como por exemplo, o acompanhamento da situação vacinal das crianças que compõe as famílias beneficiadas. Entretanto, o que se observou nos últimos dois anos foi um total descaso com as condicionantes do programa, como, por exemplo, o descaso com a cobertura do esquema vacinal, seja de adultos ou crianças. O programa foi constituído com certa urgência, o que demonstrava uma associação ao ciclo eleitoral. A instituição do Auxílio Brasil causou surpresa, pois não houve uma avaliação das vantagens, em vista ao PBF que era um programa consolidado há duas décadas, que tinha critérios nítidos comprometidos com a mobilidade social. Ao contrário disso, acrescentou complexidade e dúvidas para a rede de assistência social de como reduzir a situação de extrema pobreza no país (CECÍLIA MACHADO, 2021).

O cenário de pandemia devido à COVID-19 ocasionou consequências sociais e econômicas para as mulheres, corroborado por lacunas do Governo Bolsonaro em ofertar ações mais efetivas relacionadas à proteção social, como manutenção do PBF, o que criaria condições básicas que possibilitariam a saída destas mulheres de situação de violência. Pode-se pontuar, desta forma, a importância de que ações políticas para o combate à pandemia necessitariam ser pensadas através da perspectiva da desigualdade de gênero, evitando a redução ainda maior dos direitos conquistados (MARLUCI DELAVI, PRISCILA MORTELARO E VANDA LÚCIA NASCIMENTO, 2021).

Diante disso, os impactos econômicos e a ausência de políticas para manutenção do trabalho e da renda durante a pandemia ocasionou a menor taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho dos últimos trinta anos, resultando em mais de 8 milhões de mulheres fora do mercado de trabalho formal (JULIANE FURNO, FOGO, LÍGIA CARDOMINGO E TANIA PAES, 2021). As autoras pontuam ainda, que além de terem saído das suas atividades, estas mulheres deixaram de constar como desempregadas, visto que é considerada desempregada a pessoa que continua em busca de trabalho. Quando

questionadas pelo motivo de não estarem à procura de trabalho, conforme dados do terceiro trimestre de 2020, 26% informaram sobre a responsabilização com os afazeres domésticos, cuidados com os filhos ou com outros parentes, enquanto menos de 2% dos homens alegam este mesmo motivo (JULIANE FURNO, FOGO, LÍGIA CARDOMINGO E TANIA PAES, 2021).

Diferentemente da população feminina, que sofreu uma grande diminuição na participação no mercado de trabalho formal, ocasionando uma taxa de desocupação de 16,9% em setembro de 2020, a população masculina sentiu menos esta redução, resultando em 11,8% de desocupação, potencializando-se desigualdades históricas. Estes dados refletem o quanto é atribuído a elas o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos, reforçando desigualdades existentes no mercado de trabalho, que se acentuaram na pandemia, no contexto de creches e escolas fechadas (DANYELLA BRITO, 2020).

Danyella Brito (2020) pontua ainda que são as nordestinas as mais atingidas pelo desemprego. Neste mesmo período a taxa de desocupação feminina no Nordeste chegou a 19,9%, sendo este valor mais que o dobro da mesma taxa para homens no Sul e Centro-Oeste. Outro dado relevante é que além de serem as mulheres as que mais estão saindo do mercado de trabalho formal, são elas também as que mais tem dificuldade para retornar. Em julho de 2020, o mercado voltou a recontratar e no período de três meses foram criadas 697,3 mil vagas, sendo 77% delas destinadas para homens (JULIANE FURNO, FOGO, LÍGIA CARDOMINGO E TANIA PAES, 2021), enfatizando desta forma o quanto o cenário de pandemia devido a covid-19 deixa marcas expressivas na vida das mulheres.

As consequências do fechamento de creches ou do adoecimento familiar, recaíram sobre as mulheres que tem a responsabilidade do cuidado, o que afetou sua permanência no mercado de trabalho. Deste modo, para que as mulheres consigam manter suas atividades laborais, torna-se necessário que o Estado forneça suporte educacional e de saúde, visto que elas desempenham 20 horas semanais no trabalho doméstico, mais que o dobro desempenhado pelos homens (JULIANE FURNO, FOGO, LÍGIA CARDOMINGO E TANIA PAES, 2021).

Diante do contexto de pandemia devido à covid-19, acentuaram-se as questões referentes ao cuidado. Nesta conjuntura, com o isolamento social, por exemplo, e a maior permanência dos familiares em casa, principalmente de idosos e crianças, aumentou-se o tempo de trabalho das mulheres com os afazeres domésticos. Por outro lado, paralelamente muitas mulheres tentavam manter o seu cargo no mercado de trabalho associado às tarefas domésticas. A exemplo disso, um dos efeitos desse cenário foi a diminuição da produção de artigos científicos pelas mulheres, enquanto a produção feita por homens aumentou, visto que no processo de isolamento eles foram desresponsabilizados das atividades domésticas (JULIANE FURNO, FOGO, LÍGIA CARDOMINGO E TANIA PAES, 2021).

Com a derrota de Bolsonaro nas urnas eletrônicas em 2022 e a volta de Lula para o seu terceiro mandato em 2023, retorna também o PBF, sendo relançado em 02 de março de 2023. O governo enfatiza não se tratar apenas de um programa de transferência de renda, pois além de garantir a renda básica também busca o fortalecimento e integração das políticas públicas, para que essas famílias tenham acesso a direitos básicos como saúde e educação. O Programa se compromete ainda com articulação com outras políticas como assistência social, esporte, ciência e trabalho, para que assim seja possível a transformação social (MDS, 2023).

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome lançou no início de 2023 uma cartilha sobre o PBF, em que consta os novos benefícios que o Programa traz de destaque em seu novo formato. Uma das novidades é que todas as famílias receberão o valor mínimo de R\$ 600,00 e que famílias com crianças entre 0 e 6 anos terão um acréscimo de R\$ 150,00 por criança. Além disso, crianças, gestantes e adolescentes de até 18 anos terão direito a um adicional de R\$ 50,00. Outro ponto significativo para as famílias que estão entrando no mercado de trabalho e que venham a aumentar a sua renda, é que o benefício não será imediatamente cortado, permanecendo por 24 meses com 50% do valor e em caso de necessidade de retorno ao programa, as famílias já beneficiadas anteriormente terão prioridade.

Retornam também as condicionalidades do Programa nas áreas de saúde e educação, a fim de fortalecer o acesso aos direitos sociais básicos. Deste modo, retornam o acompanhamento pré-natal, o calendário de vacinação

atualizado, o acompanhamento nutricional das crianças abaixo de 7 anos e a frequência escolar das crianças de 4 a 18 anos, sendo 60% para crianças de 4 a 5 anos e 75% de 6 a 18 anos.

Neste mês de março de 2023 em que marca o retorno do Programa, o Sudeste é a região que terá o maior número de novas concessões, sendo 283.640 famílias, além de ser também a região com maior número de saídas neste mês, sendo 591.376. O Nordeste fica atrás somente do Sudeste no aspecto de saídas do Programa. A estimativa é de que 506.368 famílias deixem o Programa nesta região. As saídas não retrataram somente a ascensão familiar, mas também cancelamentos devidos irregularidades, entre elas 393 mil famílias registradas como unipessoais (famílias compostas por uma única pessoa). A secretária de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único pontua que este não seria o único motivo para retiradas destes beneficiários, sendo também por estarem acima do critério de renda admitido (MDS, 2023).

Para França (2023) o cancelamento do Programa para famílias unipessoais ocorreu devido às fraudes envolvendo o benefício. O autor relata que essas fraudes começaram com a criação do Auxílio Brasil, visto que o pagamento era efetuado tendo como base apenas o titular da inscrição no Cadastro Único, ignorando as condições de vida dos inscritos. Desta forma possibilitou-se a criação de cadastros falsos, alegando pertencer ao grupo das famílias unipessoais. Neste aspecto, nota-se como o Auxílio Brasil, programa anterior em vigor, não seguia criteriosamente aspectos relevantes para manutenção do Programa, aparentando mais uma vez ser uma medida eleitoreira.

Durante o início da pesquisa de campo, tive uma conversa informal com uma amiga que trabalha na rede de assistência social na cidade de Irecê – Bahia, local da minha pesquisa. Ela relatou que as mulheres usuárias do serviço estavam insatisfeitas com a forma com que o repasse do Programa estava acontecendo, sem os critérios anteriores, como por exemplo serem elas as responsáveis pelo recebimento do valor destinado à família, possibilitando que os homens se aproveitassem desta situação para aumentar suas rendas individuais, não destinando o benefício para as necessidades familiares.

Neste sentido, o capítulo a seguir se propõe a descrever quem são as mulheres do sertão baiano, pontuando sobre processos de estigma social, que

levam à sua exclusão e dificultam o acesso aos seus direitos. Além de demonstrar como ao longo dos anos as mulheres do sertão baiano foram retratadas pela mídia e como isso reforçou processos vivenciados por elas.

CAPÍTULO 2

DONA MARIA JÁ SE FOI, SÓ DEPOIS É QUE O SOL NASCE: MULHERES DO SERTÃO BAIANO

Historicamente o termo sertão foi estabelecido para nomear espaços orientados pela natureza. Sertão refere-se à localização das regiões do interior dos estados nordestinos, que tem como principais características a vegetação de caatinga, o solo seco, poucas chuvas e temperaturas elevadas. Devido ao clima e a estas outras características, foi muitas vezes estigmatizado como um lugar socioeconomicamente atrasado (KALINNE LIRA, 2019).

Neste contexto, a mulher nordestina por muito tempo fez parte do imaginário social como uma legítima representante do cangaço, através da imagem de Maria Bonita, por exemplo (sendo o cangaço um fenômeno social que aconteceu no Nordeste entre as décadas de 1920 a 1940, através do qual cangaceiros e cangaceiras demonstravam sua insatisfação pelas condições sociopolíticas da época). Deste modo, reforçou estereótipos de uma localização hostil e violenta, resultando deste período, o estigma de “mulher macho” para referir que elas seriam capazes de desempenhar os papéis socialmente denominados como masculinos (KALINNE LIRA, 2019).

Desta forma, historicamente, a identidade das mulheres do sertão passou a ser constituída em relação ao homem sertanejo, subtendendo que as mulheres precisariam ter características socialmente atreladas ao masculino, como força e coragem, e que somente dessa forma ela poderia sobreviver à natureza deste lugar, considerado hostil. Anteriormente a este período, no século XIX no sertão brasileiro as mulheres eram limitadas ao espaço privado, independente da sua classe social, levando-as a serem desconsideradas como cidadãs políticas. Neste período, a imagem da mulher sertaneja era embasada nas questões de seca e pobreza, não sendo o campo público, desde o econômico ao cultural, a elas designado (KALINNE LIRA, 2019).

As mudanças na forma que a mulher sertaneja era vista, começaram acontecer no século XXI. Neste momento, os papéis de esposa e mãe, atrelados às questões de seca e pobreza tiveram a possibilidade de serem ressignificados, visto que essas mulheres começaram a ocupar outros lugares, com a inserção

no mercado de trabalho formal, além da influência do movimento feminista em busca de direitos e do avanço da ciência em relação a métodos contraceptivos. O aumento do acesso à educação e à saúde pública também tiveram grande influência para esta mudança (KALINNE LIRA, 2019). Neste sentido, pode-se inferir que ter acesso a direitos básicos, é um potencial de ação transformador na forma em que essa mulher se vê e na forma em que é vista, possibilitando-a sair deste lugar pré-estabelecido e da violência e padecimento por ele proporcionado.

Denise Jodelet (2001) quando escreve sobre os processos psicossociais da exclusão pontua sobre a contribuição das representações sociais na comunicação midiática no processo de exclusão social. Para a autora, os estereótipos dos indivíduos representados reforçam preconceitos no discurso social, fazendo com que determinados grupos sejam desumanizados e deslegitimados de normas e valores sociais, contribuindo para expressões de desprezo e violências.

O processo de exclusão social interfere na subjetividade da pessoa excluída que busca reconhecimento e dignidade enquanto sujeitos de direito. A constituição pela identidade de cada pessoa é um processo que perpassa pelas estruturantes hierarquizadas e excludentes da nossa sociedade (BADER SAWAIA, 2001). Neste sentido, Sawaia pontua:

O clamor pela identidade, quer para negá-la, reforçá-la ou construí-la, é parte do confronto de poder na dialética da inclusão/exclusão e sua construção ocorre pela negação dos direitos e pela afirmação de privilégios. Ela exclui e inclui parcelas da população dos direitos de cidadania, sem prejuízo à ordem e harmonia social. Esse processo, na maioria das vezes, é sutil como, por exemplo, a definição da identidade da mulher pelas características específicas da vida privada e a justificativa de que ela se origina ou na "natureza humana" ou na vontade e escolha livre: "eu gosto, eu quero". Dessa forma, inclui-se a mulher pela exclusão da vida pública, responsabilizando-a pela situação. (2001, p. 124).

Para esta conjuntura Bader Sawaia (2009) estabelece o conceito de sofrimento ético-político, no qual as vivências de desigualdades sociais podem se tornar uma forma de padecimento. Dessa forma, o sofrimento causado pela conjuntura social faz com que sujeitos excluídos de direitos sintam-se sem valor ou inúteis para a sociedade, devido à impossibilidade de desenvolverem seu potencial como indivíduo (BADER SAWAIA, 2001).

Neste contexto, podemos observar o quanto muitas mulheres vivenciam o processo do sofrimento ético-político, visto que suas vidas são marcadas por esta dinâmica que deslegitima parte das atividades que desempenham. Isto ocorre pela ausência da possibilidade de expressão das suas dores ao serem tratadas como inferiores ou sem valor perante a organização social e pela desconsideração dos seus desejos e afetos (BADER SAWAIA, 2001).

O documentário “Severinas”, produzido por Eliza Capai no sertão do Piauí com mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família e seus familiares, tentou discutir a definição e as dinâmicas do que é ser mulher e como estas se constituem junto ao benefício nesta região. Já na abertura do documentário, um homem definido como “Chefe”, inicia falando que para ele a qualidade do homem é superior à da mulher, pois “o homem é o gigante da mulher”. Por outro lado, Luzia, filha de “Chefe”, demonstra dificuldade em definir o que é ser mulher, enquanto a sua filha, neta de “Chefe” fala com mais tranquilidade que não tem pretensão em se casar e diz ter o sonho de se tornar médica ou advogada.

Em outro trecho, Norma, outra entrevistada e contemporânea de Luzia, relata sobre como sonhava em ter um bom marido, ao mesmo tempo em que fala sobre as dificuldades que tem no atual casamento e que teve no anterior. Ela diz que hoje sonha que suas filhas tenham um futuro diferente através dos estudos. Norma conta que pensou em ir morar em São Paulo para criar os filhos, mas foi com a ajuda do Bolsa Família que ela conseguiu permanecer em sua cidade. Conta ainda que “a vida mudou mesmo. Mudou! Eu tirava bem pouquinho, eu tirava R\$ 42,00. Aí eu fui fazer cadastramento do Bolsa Família, do cartão, aí levei o registro deles e colocaram eles no cadastro. Agora está com duas vezes que tirou R\$ 200,00. Mudou porque eu pego meu dinheirinho e compro minhas coisinhas assim, mesmo ele xingando. Eu não dou ele, que ele tem o dele. Ele não me dá nem R\$ 1,00. Bota pra comer dentro de casa, mas não me dá nem R\$ 1,00, nem 10 centavos. Oxe... e eu vou mentir? Verdade dói, mas tem que dizer.”

A partir destes relatos é possível observar mudanças significativas na vida dessas mulheres através do repasse do benefício do Programa Bolsa Família. Isto desde o poder de escolha do que comprar para casa, às mudanças em seus posicionamentos e do quanto isso já pode ser observado no comportamento de

suas filhas, que agora, através de outras possibilidades potencializadas pelo benefício, são capazes de ter sonhos diferentes dos que ela tivera.

Miridan Falci (2006) descreve a respeito da cultura de imposição sobre as mulheres nordestinas no século XIX, desde seus comportamentos e pensamentos a posturas e atitudes. Por este motivo, há dificuldade histórica de reconhecimento das mulheres que ocuparam a região nordeste neste período. Muitas dessas mulheres eram analfabetas e quem poderia ter falado sobre elas após suas mortes, não o fizeram – nada escreveram sobre suas vivências. Como pontua a autora “tiveram, no seu dia-a-dia de trabalho, de lutar pela sobrevivência. Se sonharam, para poder sobreviver, não podemos saber.” (MIRIDAN FALCI, 2006, p. 242).

Escrever sobre isso me faz recordar a história da minha avó: uma mulher nascida em 1955, que foi impedida de estudar por conta das atividades domésticas que eram impostas a ela e à sua irmã. Ao serem privadas de frequentar a escola, seus pais alegavam que a alfabetização seria utilizada exclusivamente para "escrever cartas aos seus namorados". E assim como os pais delas, os pais da minha bisavó também o fizera. Para que isso fosse modificado dentro deste ciclo familiar, as irmãs mais novas da minha avó precisaram reivindicar por seus direitos literalmente através de gritos, sendo, então, levadas à escola. Cabe aqui pontuar, ainda, que todos os homens da família frequentaram a escola, mesmo o irmão mais velho da minha avó.

Norma Teles (2006) pontua que as representações artísticas tiveram grande influência no processo de sedimentação referente aos papéis que foram atribuídos a homens e mulheres, reafirmando valores já atribuídos às mulheres como delicadeza e maternidade.

Nesse contexto do impacto das representações artísticas, Carla Paiva (2014) desenvolve sua tese de doutorado sobre a representação de mulheres nordestinas a partir de quatro filmes nacionais da década 1980. A autora observa que na maioria dos filmes o nordestino é pensando no masculino. Analisando o período de 1920 até a década de 1980, mais de 50 filmes sobre o Nordeste foram produzidos e em grande parte deles, as mulheres eram coadjuvantes. Definindo a construção da identidade regional nordestina a partir do que se entende por “cabra macho”, atribuindo aspectos relacionadas a força e virilidade. Dessa forma, sendo os homens mais uma vez, representantes universais, reforçando o

domínio e poder masculino através da autorrepresentação, centrado no campo da cultura.

Ainda nesse sentido, uma outra característica, já comentada anteriormente, atribuída a mulheres nordestinas a partir dos filmes é a de “mulher-macho”, termo usado para definir mulheres que assumem atividades socialmente atribuídas ao masculino. Quando não retratadas dessa forma, essas mulheres ocupam o lugar dos estereótipos femininos do mundo patriarcal, como mães, avós, esposas, santas e amantes, sendo reduzidas ao espaço privado e excluídas do centro das narrativas, como se existisse a intenção de demonstrar que essas circunstâncias fazem parte dos seus destinos e não houvesse mais nada para ser explorado por elas, permanecendo em um lugar de submissão, onde a emancipação não é possível (CARLA PAIVA, 2014).

Maria Lúcia Nogueira (2015) faz uma análise de escritos de mulheres baianas no século XX, entre as décadas de 1920 e 1960, com autorrelatos de diferentes gerações. A autora relata que apesar da ausência de uniformidade das vivências relatadas, gerados por interferência dos seus lugares de origem, classes sociais e níveis de escolaridade, todas convergiam no anseio por mudanças, problematizando costumes conservadores e recusando as posições ocupadas por suas ancestrais. Ela relata que nos escritos estudados era possível identificar a presença de embates e conflitos necessários pela manutenção dos seus processos emancipatórios, já que as expectativas sobre os seus supostos papéis estavam atrelados a normas de controle impostas por instituições junto ao Estado (MARIA LÚCIA NOGUEIRA, 2015).

A partir dos escritos foi possível identificar duas formas na constituição das subjetividades femininas da época. A autora denomina que a primeira geração de escritoras do século XX eram mais tímidas sobre suas visões de mundo em relação a questões femininas, tendo uma aproximação maior com os lugares de suas vivências e descrevendo sobre integração familiar e em sociedade, reivindicando, ainda assim, suas ocupações tanto na vida privada quanto na pública. Já a segunda geração de escritoras tinha processos identitários mais flexíveis e abertos ao novo. Esta geração defendia condições de igualdade entre feminino e masculino, sendo reconhecidas pela força da luta do movimento feminista. As mulheres que escreveram na década de 1920, pertencentes à primeira geração, voltavam seus relatos sobre o sofrimento

gerado pelas desigualdades sociais, enquanto as das décadas de 1950 e 1960, pertencentes à segunda geração, voltavam sua atenção para reivindicações de direitos, evidenciando o novo e o diferente (MARIA LÚCIA NOGUEIRA, 2015). Cabe pontuar que estas só avançaram em seus escritos por conta das mulheres que vieram antes e abriram espaço para a escrita feminina.

Ainda pensando na representação do imaginário social das mulheres baianas, formulados muitas vezes a partir de informações divulgadas pela publicidade e propaganda, muito se pensa que Salvador, capital da Bahia, representa todo território baiano, inclusive quando se refere a autodeclaração étnico-racial. Um levantamento feito por universidades brasileiras ressalta que Salvador é a cidade mais negra fora do continente africano (SAYONARA MORENO, 2016). Porém, esse dado é bem discrepante quando fazemos um recorte entre a capital baiana e o estado da Bahia, visto que em Salvador 80% da população é negra, enquanto no estado essa proporção é de apenas 20%.

Este dado por si só já aponta para as diferenças apresentadas entre capital e estado. Quando se desenvolve uma pesquisa com recorte baiano, pode-se esperar que sejam relatadas sobre a vida de pessoas negras, demonstrando talvez um processo de xenofobia intrínseca ao que se recebe de informações vinculadas ao imaginário social, quando se generaliza uma parte da população baiana para o todo, baseando-se em dados da capital.

Nesse sentido, Dantas (2013) faz uma análise dos preconceitos reproduzidos nas propagandas turísticas do governo da Bahia, apontando para uma soteropolitanização, quando reduz todo estado a cultura e tradição presente em Salvador, retratando de maneira muito diferente o real e idealizado entre as identidades da população baiana.

É preciso entender que a Bahia é muito mais que Salvador. Seria bom também que o governo do estado soubesse diferenciar o estado da capital nas suas propagandas, e não reduzi-lo. Mostrar a diversidade de culturas, povos e costumes que o estado agrega, que dependendo da região, seja ela norte ou sul, os costumes se transformam e se reinventam. Mostrar que nem tudo é praia, como a maioria dos turistas acham. A Bahia é um dos únicos estados no país que possui uma variação linguística (sotaque) dentro de seu próprio território, onde as vezes um vocábulo dito na região sul do estado seria incompreendido no agreste do sertão baiano (DANTAS, 2013, p. 123).

Neste contexto das diferenças entre estado e capital, cabe pontuar que esta pesquisa se refere a um recorte do sertão baiano ireceense. Local de cultura e população diferente da capital Salvador. Aqui falas minhas se misturam com as das interlocutoras, também ireceenses, pontuando sobre experiências no sertão da Bahia, sendo as interlocutoras duas mulheres, um que se autodeclara branca e a outra parda.

Paula Ferreira (2022) descreve sobre uma política de identidade de invisibilidade. A autora relata que esta política era marcada pelo desprezo direcionado a pessoas estigmatizadas como excluídas a partir do seu desamparo e reconhecimento exclusivo como força de trabalho. Neste contexto, a divisão sexual do trabalho definiu historicamente o que seria trabalho de mulher, suas competências e os lugares que estas mulheres deveriam ocupar. Estas definições trouxeram consequências históricas, visto que a identidade feminina passou a ser postulada a partir destas divisões, definindo assim “muitas das percepções sobre quem somos no mundo, o que representamos para as pessoas próximas e o nosso papel na sociedade estão relacionadas à divisão sexual do trabalho”. (FLÁVIA BIROLI, 2018, não paginado).

Neste contexto, torna-se importante pontuarmos sobre o sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação. Cecília Alves (2021) descreve isto muito bem quando escreve que o processo de identidade se inicia no seguimento da formação social, dando continuidade através da metamorfose que é constituída no movimento histórico, para assim desencadear na busca pela emancipação que constituem as pessoas em individualidades, assim como em coletividades. A autora relata ainda que:

Considera-se que o humano está sempre em processo contínuo de movimento e que depende fundamentalmente das relações e das atividades sociais que desempenha na vida cotidiana, e estas, por sua vez, se estabelecem no contexto da sociedade e no período histórico que vivemos, mas são passíveis de constantes transformações de acordo com as necessidades que se configuram no próprio processo de inter-relações (CECÍLIA ALVES, 2021, p.18-19).

Nesse sentido, pensar em grupos de conscientização para mulheres torna-se necessário, para que seja possível para elas reconhecerem-se umas nas outras. A autora Dau García Dauder (2019) descreve a respeito de grupos de conscientização formados por mulheres. Esses grupos eram constituídos

para que elas pudessem compartilhar suas vivências, desde questões do cotidiano até questões políticas. A autora menciona sobre a importância destes grupos dentro de um contexto de uma psicologia neutra que colocava a mulher em um lugar patológico.

Os grupos de conscientização formado por mulheres tinha como objetivo promover a tomada de consciência, para que estas mulheres reconhecessem violências que eram naturalizadas pelo social, fazendo-as se sentir inadequadas (DAU GARCÍA DAUDER, 2019). O ato de tomar consciência considera dar-se conta de que os comportamentos são atravessados de acordo com os papéis sociais desempenhados, sendo estes, por sua vez, constituídos dentro de um sistema capitalista e permeado por relações de poder (SILVA E MARIA DO CARMO GUEDES, 2015).

Nos grupos de reflexão formado por mulheres, por mais que a intenção desses grupos não fosse de funcionar como terapia, esses encontros provocavam efeitos terapêuticos. Isto pois a possibilidade de ouvir umas às outras fazia com que entendessem que os problemas presentes em suas vidas não se tratava de questões individuais, mas faziam parte do coletivo. Isto tornava os encontros ainda mais potentes, visto que a partir das reflexões em conjunto, elas poderiam estruturar as revoluções que eram necessárias enfrentar (DAU GARCÍA DAUDER, 2019). Além disso, proporcionava o poder de transformação de pensamentos e sentimento de inadequação, tornando esses encontros de extrema importância dentro de um contexto de desqualificação da sua identidade e dos seus direitos.

Pensando nos processos de transformação a partir de grupos de consciência, as políticas de identidade conceitualizadas por Ciampa (2014) torna-se ainda mais relevante. O autor pontua sobre as diferenças entre identidades políticas e políticas de identidade. Para ele os estigmas direcionados para determinados grupos compõe identidades políticas. Em contrapartida a este fato a política de identidade é constituída no processo de metamorfose, relatado anteriormente a partir de Cecília Alves (2021). A metamorfose acontece nos processos de narrativas de histórias de vida, que por muitas vezes compõe junto a um projeto de futuro. Com isso, podemos notar agora o quanto os relatos femininos nos grupos de conscientização faziam com que essas mulheres se compusessem a partir desses relatos, não aceitando identidades pré-

estabelecidas e possibilitando apresentar em suas vivências fragmentos emancipatórios.

Na medida em que as pessoas passam por processos estigmatizantes, espera-se destes sujeitos determinadas formas de ser e agir no mundo, impondo a elas uma identidade política. Na direção contrária a este fato, Ciampa (2014) avalia que as pessoas deveriam desenvolver suas próprias identidades, buscando processos de igualdades e diferenças nos grupos aos quais pertence. Para o autor, a construção desta identidade envolve lutas por emancipação que revelem opressões em seus contextos. Para isso, torna-se necessário que as pessoas estejam em contato com processos de socialização para que, a partir do ouvir o outro, possa tomar consciência de si, e assim ter a possibilidade de desenvolver sua autonomia.

No momento em que sujeitos e sujeitas tomam consciência de si e de seus projetos de vida, deixam de reproduzir o que foi imposto pela política de identidade, podendo com isso, vivenciar processos de autonomia e emancipação. Um estudo de caso apresentado por Ciampa e Dantas (2014) sinalizou que quando esta identidade, antes composta por estigmas, transforma-se em outra identidade pós-convencional, a pessoa sente-se mais fortalecida para recorrer a mudanças na sua forma de ser no mundo, pois consegue visualizar com mais nitidez seu projeto de vida, composto por autonomia e emancipação, modificando sua postura política de ser para si.

Pensando nos processos de transformação, foi no início da pandemia, que uma mulher ireceense lançou uma cartilha sobre violência doméstica. A autoria é de Luzia Nunes (2020) e ela começa sua escrita se apresentando e contando o seu relato de violência vivenciada. Porém, o texto passa por outros caminhos significativos. Além do relato das violências, ela conta também sobre a formação de sua rede de apoio e a importância dessas pessoas em sua vida, demonstrando a força dessa relação através de ajudas diversas que contribuíram para saída dessa relação violenta.

Uma outra parte que compõe a cartilha foi elaborada por profissionais da área que atuam em Irecê, relatando sobre os caminhos para denúncia e os locais que poderia buscar ajudar na cidade. Após a publicação, ainda durante a pandemia, a cartilha foi distribuída nos comércios da cidade, além de ter sido deixada no projeto “Casinha de Livros”, que consiste em caixas de madeiras

espelhadas pela cidade para doação de livros, possibilitando que mulheres pudessem retirar seus exemplares sem serem observadas fazendo isso. Especialmente no contexto de pandemia, em que o isolamento social fez com que as mulheres mantivessem contato diário e constante com seus agressores, estas medidas foram necessárias.

Foi ainda na pandemia, em março de 2021, que foi inaugurado o Núcleo Especializado de Atendimento à Mulher (NEAM) em Irecê. O Núcleo foi uma grande conquista para cidade, visto que a partir de sua inauguração, as denúncias de violência doméstica puderam ser feitas no local, com uma delegada mulher. O contexto anterior ao NEAM era de as denúncias serem dirigidas à delegacia geral da cidade, sem o apoio ofertado hoje pelo Núcleo através das profissionais que foram capacitadas para atendimento ao público feminino, ofertando atendimento mais profissional e acolhedor. Além disso, o Núcleo também tem como objetivo promover ações de conscientização contra a cultura do machismo na cidade (ABREU, 2021) e tratando-se do contexto da pandemia, estas ações se tornaram ainda mais significativas.

No contexto da dimensão da pandemia de covid-19 os dados são de extrema importância para que seja possível verificar verdadeiramente como ficaram a vida das mulheres durante e após esse período. Gostaria que fosse possível nesta dissertação trazer dados referente a cidade de Irecê – Bahia. Porém, os meios de comunicação e dados disponíveis estão desatualizados e, assim como em todo o Brasil, os dados não possuem separação por sexo. Nesse sentido, buscando respostas para essas questões, entrei em contato com a Prefeitura da cidade e até o presente momento não obtive resposta. Espero que seja possível até a publicação desta pesquisa ter acesso a essas informações para tornar público o rosto e a voz das mulheres na pandemia.

Enquanto não é possível ter dados específicos da Prefeitura de Irecê, o capítulo a seguir pontua dados significativos sobre a pandemia e o impacto deste recorte histórico na vida das mulheres. Debate questões sobre o cuidado que destinaram a outras pessoas durante este período, apontando processos de adoecimento físico e mental ao exercerem a função de cuidadora, assim como também aponta para a falta de cuidado por parte do Estado com a vida das mulheres e como isso atravessou suas vidas.

CAPÍTULO 3

É PRECISO ESTAR ATENTA E FORTE, NÃO TEMOS TEMPO DE TEMER A MORTE: DO CUIDADO PERIGOSO À PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO EM TEMPOS DE COVID-19.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) foi alertada pela China no dia 31 de dezembro de 2019 sobre casos graves de pneumonia advindos de Wuhan, província de Hubei, referindo-se a um novo vírus que até então não tinha sido identificado em seres humanos. Uma semana após o alerta, no dia 7 de janeiro de 2020, as autoridades chinesas confirmaram a identificação da causa da então pneumonia. O novo vírus recém identificado foi, então, nomeado temporariamente de 2019-nCoV (DOMINICHI DE SÁ, 2020).

No dia 9 de janeiro, ainda na China, ocorreu a primeira morte decorrente do novo vírus e no dia 23 de janeiro Wuhan foi colocada em quarentena. Foi em fevereiro que a OMS passou a utilizar oficialmente o termo covid-19, tendo nomenclatura definitiva de Sars-CoV-2. Ainda em fevereiro, no dia 26, o Brasil registrou o primeiro caso. Já no dia 28 do mesmo mês foi alterado de elevado para muito elevado o risco global do coronavírus (DOMINICHI DE SÁ, 2020). No dia 11 de março de 2020 a OMS reconheceu a natureza global da doença, com a existência de surtos de covid-19 em várias regiões do mundo, caracterizando a covid-19 como uma pandemia (OPAS, 2020).

O primeiro caso de covid-19 confirmado no Brasil foi na região Sudeste, na cidade de São Paulo. Tratava-se de um homem de 61 anos, recém-chegado de uma viagem da Itália. Após 25 dias da confirmação deste caso, no dia 22 de março, todos os estados e o Distrito Federal já tinham notificado casos da doença.

O primeiro óbito também ocorreu em São Paulo, 20 dias após a confirmação do primeiro caso no país, no dia 17 de março. O último estado a registrar a sua primeira morte pela doença foi Tocantins, no Norte do país, 29 dias após o primeiro óbito registrado. Já o último estado a confirmar seu primeiro

caso de covid-19 foi Roraima, no dia 22 de março, praticamente um mês depois da primeira confirmação no país (CAVALCANTE, SANTOS, BREMM, ANDRÉA LOBO, MACÁRIO, OLIVEIRA E FRANÇA, 2020).

Segundo dados do Ministério da Saúde (2023) até o dia 06 de março deste ano já são 699.310 óbitos por covid-19 em todo o país, tendo a região Sudeste a maior taxa de mortalidade, sendo de 336.439, seguido do Nordeste com 134.711, tendo a Bahia 31.459 óbitos.

Uma pesquisa realizada pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) em 2022 mostrou que a pandemia de covid-19 impactou desproporcionalmente as mulheres nas Américas, aumentando desta forma desigualdades de gênero na saúde. O relatório foi lançado no último ano, no dia 8 de março de 2022, apontando que a desigualdade de gênero foi acentuada pela pandemia, em áreas como emprego, saúde e bem-estar social.

O relatório aponta ainda que o papel de cuidadora expôs mulheres a um risco maior de contrair o vírus. Além de serem elas a maior parte de profissionais de saúde na linha frente no combate à doença, o que resultou em 72% de todos os casos de covid-19 entre os profissionais de saúde, eram elas também as responsáveis pela maior parte das tarefas em casa, realizando 80% destas atividades (OPAS, 2022).

O relatório apontou que apesar de desenvolverem menos quadros graves do que os homens, as mulheres apresentavam diagnóstico mais tardio e mortes mais precoces, sugerindo não terem recebido os cuidados necessários para o quadro. O relatório aponta ainda que dados sobre gênero não tem aparecido nas análises que mostram os efeitos diretos e indiretos da pandemia, o que dificulta a compreensão das consequências da covid-19 entre homens e mulheres (OPAS, 2022).

Um estudo brasileiro apontou que as mulheres foram as mais infectadas pelo vírus, somando 56%. Já os óbitos ocorreram 55% nos homens, com média de idade entre pessoas infectadas de 44 anos e maior proporção de infectados na faixa entre 30-39 anos, com as mortes ocorrendo em sua maioria nos pacientes acima de 60 anos. Os autores relatam ainda que as mulheres tiveram mais acesso aos serviços de saúde, enquanto os homens apresentaram resistência em buscar ajuda, o que poderia ter justificado a maior incidência de taxa de óbitos ser entre eles. Ainda segundo os pesquisadores, estas

características foram compatíveis com o perfil epidemiológico mundial (NASCIMENTO, PINTO, VALÉRIA FERNANDES, ROMERO, OLIVEIRA, MILENA MARCOLINO, MARIA FATIMA LEITE, 2020).

Em paralelo ao cenário da pandemia da covid-19, a autora Denise Pimenta (2019), em sua tese de doutorado, relata sobre as mulheres na epidemia de ebola em Serra Leoa. Denise pontua que as interlocutoras da pesquisa evidenciavam que foram as mulheres as que mais morreram nesta epidemia, atribuindo este fato aos cuidados e afazeres destinados a elas. Para estas mulheres os papéis de gênero atribuídos a um dos sexos fizeram com que mulheres ficassem mais expostas ao vírus. Apesar disso, assim como no Brasil, faltam estatísticas organizadas por sexo para as mortes nos canais oficiais, tendo dados do Censo apontando dados diferentes, no qual os homens teriam sido os que mais morreram por ebola. Segundo a autora, isso seria relacionado ao fato de que em geral o homem da casa seria o responsável por responder à pesquisa, visto que para ser lembrado depois de falecido dependeria de quem estivesse narrando a história, costumando os personagens das narrativas entre homens e mulheres serem diferentes nas perspectivas de cada um.

Neste ponto, enxergo diferenças entre as narrativas dos homens e das mulheres, sendo diferentes os personagens que emergem de suas lembranças. Realizando um mapa do parentesco na comunidade de Komende-Luyama pude perceber que a mulher é a primeira a ser colocada à disposição do trabalho do cuidado e correr riscos, porém, não é a primeira a ser lembrada, para não dizer que pode ser a primeira a ser esquecida (DENISE PIMENTA, 2019, p. 143).

A autora utiliza o termo “cuidado perigoso” para se referir a essas atividades desempenhadas pelas mulheres. Isto pois, além da exaustão física e mental acarretada por todas as atividades domésticas desempenhadas, haveria ainda a exposição destas mulheres a possíveis doenças contagiosas neste processo, uma vez que os cuidados dos enfermos ficam também em suas responsabilidades.

Para Debora Diniz em “Zika: do sertão nordestino à ameaça global”, as mulheres que adoeciam eram aquelas de quem ignoramos rostos e biografias em uma geopolítica da estratificação social (2016, p. 16). E assim podemos perceber o quanto o cuidado perigoso faz parte do cotidiano das mulheres nos

cenários de epidemias. Foi assim com ebola em Serra Leoa, com o zika-vírus e com a covid-19 no Brasil.

No capítulo um do livro *Mulheres, Tempos e Trabalhos*, Carla Garcia (2018) relata sobre a importância de nomear as Tarefas das Mulheres, título que dá nome ao capítulo. A autora discorre sobre abordagens da linguística a partir do feminismo da diferença, visto que quando as mulheres decidem nomear e colocar em circulação novas palavras, isso possibilita dar um novo significado dentro da linguagem e da cultura, tornando visível atividades antes não vistas.

Nesse contexto, o termo trabalho remete a atividades remuneradas, estando direcionado ao desenvolvimento da sociedade industrial. Por conta disso, a autora sugere utilizar o conceito de tarefas civilizadoras para definir atividades desempenhadas pelas mulheres que não estavam vinculadas ao mercado de trabalho. Carla Garcia (2018) relata ainda que a palavra civilizadora exerce duas funções, uma seria correlacionada à própria civilização da tarefa, enquanto a outra agregaria valor e potência dentro das atividades humanas.

Reforçando a importância das mulheres em situações catastróficas, Carla Garcia (2018) relembra o acidente nuclear de Chernobyl e do quanto foram as mulheres que garantiram a sobrevivência do grupo. Em contextos como este, em que faltam serviços sociais, costumam ser as mulheres as responsabilizadas pelas pessoas que convivem próximo a elas. Além dos cuidados fornecidos por estas mulheres, elas ainda promovem amparo psicológico e econômico para a família. “Tanto no dia a dia quanto na adversidade e nas catástrofes, a tarefa das mulheres é uma tarefa civilizadora” (CARLA GARCIA, 2018, p. 28).

O fato destas atividades não terem sido historicamente nomeadas, tornou-as desumanizadas. Por este motivo que há importância em nomear atividades referentes ao cuidado, historicamente desempenhadas pelas mulheres. Assim, pensando em como estas mulheres se constituem também a partir destas relações, torna-se necessário nomear estas atividades como tarefas civilizadoras, a fim de retirá-las da animalidade e passando então a ser considerada como expressão da humanidade (CARLA GARCIA, 2018).

Muitas vezes nas relações de poder vigentes na sociedade, a construção social identitária da mulher esteve atrelada com a obrigação dos afazeres domésticos, representando uma composição desigual entre homens e mulheres na responsabilidade por este trabalho. O processo de naturalização desta

composição desencadeou em sobrecarga e adoecimento, levando a uma exaustão com os cuidados destinados aos membros familiares. Estes cuidados foram ainda mais intensificados no contexto de pandemia, tomando mais tempo da vida das mulheres e com isso aumentando suas duplas e triplas jornadas, afetando a sua saúde e qualidade de vida (SHIRLEY MÂCEDO, 2020).

Nota-se, então, o quanto a dupla ou tripla jornada desconsiderou os limites destas mulheres, ao se incentivar a sua ocupação no mercado de trabalho formal sem antes modificar estruturas familiares, considerando a possibilidade da sua dupla presença (CARLA GARCIA, 2018). A autora pontua ainda que:

A categoria da dupla presença deu a esta experiência uma dimensão de maior complexidade, ressaltando como a característica desta nova etapa da condição feminina frente à anterior prioridade dada ao trabalho doméstico era a equiparação das exigências e valores do profissional e do familiar a gestão da presença simultânea em ambas esferas e, ao mesmo tempo, a articulação de dois mundos aparentemente separados porque produção e reprodução exigem das mulheres lógicas de atuação e aceitação de valores contrapostos que, como muitos estudos demonstram, dão lugar ao “mal estar da emancipação” e provocam uma relação de ambivalência/ambiguidade na construção identitária das mulheres (CARLA GARCIA, 2018, p. 18).

Desta forma, processos emancipatórios precisam ser situados e não generalistas e neutros. Isto, pois não levar em consideração as diferenças existentes entre grupos diferentes é negar para estes grupos o acesso a direitos básicos, materializando, deste modo, uma forma de violência contra eles, fazendo com que estas pessoas se sintam inadequadas quando não pertencentes ao que se tenta universalizar. Fernanda Bragato descreve isso muito bem quando relata:

É possível concluir que há discursos criadores de preconceitos e discriminação – como racismo, xenofobia, machismo e outros – e que eles estão na base da privação seletiva de direitos humanos. Via de regra, o aplicador do Direito parte da premissa da universalidade dos direitos humanos e ignora as barreiras que lhe impedem o acesso, atribuindo a todos, negros, índios e brancos, mulheres e homens, hetero e homossexuais uma mesma condição jurídica que não se verifica no mundo real, marcado em grande escala por relações assimétricas e injustas de poder calcadas em históricos discursos desumanizantes. (FERNANDA BRAGATO, 2016, p. 1821).

Para a autora, características atribuídas às mulheres fizeram com que elas fossem excluídas do que se entende pela composição de ser humano,

tirando sua racionalidade e atribuindo características “como a loucura, caprichos, paixões ardentes, vícios servis, graça e atratividade” (FERNANDA BRAGATO, 2016, p.1809). Entendia-se que com estas características não era possível atribuí-las racionalidade e autonomia, conferindo-as desta forma um lugar infantilizado.

Com isso, os direitos humanos foram destinados para aquelas pessoas que eram consideradas humanas. Porém para serem assim consideradas era preciso ser considerado como ser racional, característica esta não atribuída às mulheres, não sendo elas, portanto, dignas de serem reconhecidas como sujeitas de direitos. Neste sentido, apenas uma parte da humanidade poderia ser considerada como apta a ter os seus direitos assegurados, sendo este o homem branco, visto como detentor de uma racionalidade atribuída apenas a este grupo (FERNANDA BRAGATO, 2016).

Em vista disso, faz-se urgente o debate sobre os direitos das mulheres. É imprescindível torná-las sujeitas de direitos, seja tendo mais acesso aos direitos já conquistados ou através de lutas pela conquista de novos direitos. Podendo, desta maneira, estarem mais asseguradas, impactando diretamente em suas subjetividades.

Teresa Lauretis (2000) relata sobre a inexistência da mulher nos discursos enquanto sujeitas. Mesmo que falassem a seu respeito todo o tempo, elas eram vistas apenas como objeto. Assim, além de ausente nos discursos, eram também prisioneiras nestes, pois só existiam em posição de inferioridade e submissão em relação aos homens.

A partir da reflexão da invisibilidade das mulheres nos discursos e as implicações de como estas surgiam nos mesmos, deu-se conta de que este seria um ponto de partida de enfrentamento constante, visto que a compreensão da constituição do sujeito social depende de fatores como linguagem, subjetividade e consciências, entre outros. Sendo assim, notou-se a importância em lutar pelo reconhecimento das mulheres em suas individualidades. Não apenas como um ser universal que daria conta do que é ser mulher, mas levando em consideração os processos subjetivos destas mulheres que foram constituídas enquanto objetos. Este fato teria implicação considerável na forma em que se reconhecem ou deixam de se reconhecer enquanto sujeitas, uma vez que este reconhecimento foi atravessado pela ausência das mulheres nos discursos e

quando presente referiram-se a fatores biológicos determinantes que ditavam o modo do que seria uma mulher. Logo, a partir disto, pensando nas implicações das subjetividades femininas, estes fatores se tornaram um campo de conhecimento que o saber feminista se propôs a reivindicar (TERESA LAURETIS, 2000).

Somente em meados da década de 1980, através dos escritos de mulheres negras e lésbicas, a compreensão do social como um campo de conhecimento composto por diversas relações de poder se apresentou como uma forma de prática política, sendo assim possível pensar a busca da subjetividade das mulheres que anteriormente não eram vistas. Isto pois suas vivências eram universalizadas por um saber de base ocidental no qual formulava suas práticas e discursos apenas pela classe, sem levar em consideração outras diferenças de poder, como raça e gênero (TERESA LAURETIS, 2000).

Em vista disso, os escritos da década de 1980 foram constituídos através das críticas feministas ao feminismo que até então era desenvolvido, interrompendo um discurso feminista que tinha como único ponto de partida a diferença sexual entre homem e mulher. “Nós nos vimos apenas com olhos masculinos. Nós pensávamos que nossa fala era sintomática ou não autorizada, e que a nossa escrita, na melhor das hipóteses, poderia expressar o silêncio das mulheres na linguagem dos homens” (TERESA LAURETIS, 2000, p. 130). É a partir desta formulação que a autora dá luz através da sua escrita sobre os sujeitos excêntricos que tiveram as suas vivências anuladas durante anos de desenvolvimento do feminismo.

Teresa Lauretis (2000) propõe a posição de um sujeito excêntrico, sendo estas mulheres, lésbicas, negras e outras consideradas como inapropriadas, uma posição marcada através das práticas de deslocamento político e pessoal, que sejam capazes de ultrapassar os limites que foram impostos entre corpos, identidades constituídas e discursos.

Para que os limites sejam ultrapassados e novas formas de identidades constituídas, fundamenta-se a necessidade em desenvolver pesquisas que possam potencializar a voz das mulheres, considerando suas realidades a partir dos seus próprios olhares. Uma vez que, a única maneira de evitar erros no desenvolvimento das pesquisas é levando em conta o conhecimento da

população a ser estudada, ouvindo-as e tornando-as protagonistas da construção deste conhecimento (DONNA HARAWAY, 1995). Com isso, torna-se necessário retirar o homem como sendo a medida universal. Carla Garcia (2015) quando pontua sobre o androcentrismo relata de como a realidade foi distorcida e a ciência deformada quando definiram o homem como sendo a representação da humanidade, subentendendo que necessidades femininas possam ser averiguadas a partir deste viés. Para a autora, basear-se em pesquisas exclusivamente da perspectiva masculina e a partir disso universalizar para todo o resto do mundo produz lacunas e confusões.

Nesse contexto, diante da pandemia de covid-19, por mais que os dados demonstrem que foram os homens os que mais morreram devido ao vírus, é imprescindível contextualizar esse dado e reforçar a necessidade de que políticas públicas, sendo em contextos de pandemia ou não, precisam ser averiguadas a partir da perspectiva feminina.

Foram as mulheres em sua maioria que estiverem na linha de frente do covid-19, representando 70% das profissionais de saúde do mundo e 86% na região das Américas na área da enfermagem. São elas também a maioria na economia informal, sendo estes lugares de maior exposição para contaminação, como aponta um levantamento elaborado pela equipe do Sistema de Gestão de Incidentes e Escritório de Equidade, Gênero e Diversidade Cultural da OPAS entre janeiro de 2020 a janeiro de 2021.

Ainda de acordo com esse levantamento, em 31 de janeiro de 2021, mais de 1,3 milhão de casos infectados por covid-19 nas Américas teria ocorrido em profissionais de saúde, tendo mais de 6 mil morrido pela doença. Destes casos, as mulheres representaram 72%. Apesar da infecção por covid-19 ser menos grave em mulheres, as consequências sociais da pandemia acentuam desigualdades sociais já presentes na vida das mulheres. Além da contaminação e da sobrecarga advinda dos cuidados, os índices de violência doméstica aumentaram em muitos países. Devido a todo esse cenário, o enfrentamento as pandemias devem discutir os impactos de gênero, em que as mulheres estejam presente nas tomadas de decisões governamentais, em que os presentes avaliem planos socioeconômicos tendo como foco as mulheres. Para que isso seja possível, estudos com foco em mulheres são fundamentais, apontando em dados os efeitos diferentes nas vidas de homens e mulheres.

Kamila Scalzer e Milena Nardi (2020) fazem um percurso histórico da luta pelos direitos das mulheres e do quanto as conquistas feministas estiveram atreladas a momentos de crise. Elas questionam se não seria a pandemia de covid-19 e todas as consequências vivenciadas pelas mulheres motivo que poderia causar revoluções, fazendo com que questionamentos fossem levantados quando apontados enfoques sobre as experiências femininas nesse cenário, visto que em tempos de crise são geralmente as mulheres que assumem funções essenciais para toda sociedade, apesar de continuarem sendo minoria nas bancadas dos governos e consequentemente nas participações das tomadas de decisões públicas.

As autoras pontuam ainda que devido ao isolamento social, como medida para contensão do vírus, muitas atividades precisaram ser suspensas. Porém, as atividades domésticas seguiram normalmente ou mais intensificadas. A reflexão que elas propõem perpassa um cenário do que aconteceria caso as mulheres suspendessem também essas atividades e como isso atingiria principalmente crianças e idosos, mostrando o quanto este trabalho invisível é essencial para vida humana. Assim, reforça a importância de trazer à tona o processo de naturalização da reprodução social nas tarefas dos cuidados.

Ainda no contexto dos trabalhos invisibilizados, por muitas vezes o trabalho das mulheres agricultoras também não era reconhecido. A mulher era vista como alguém que auxiliava o seu marido nos afazeres rurais, porém em muitos cenários era ela quem desempenhavam todo o trabalho necessário no plantio e na colheita. Pensando nisso, ainda durante a pandemia em 2021, o governo da Bahia lançou o projeto “Bahia Mais Forte, Terra Legal”, com o objetivo de entregar títulos de propriedade rural às agricultoras, reconhecendo em cartório as titularidades das terras em todo território baiano.

Com a consolidação deste projeto, em março deste ano (2023) foi desenvolvido um subprojeto intitulado como “Donas da Terra”, que tem como objetivo destinar os títulos às mulheres donas de suas terras, garantindo direitos jurídicos, antes ausentes em seu trabalho devido a processos de não reconhecimento. Dessa forma, ainda no mês de março foram entregues 462 títulos de terra em benefício das mulheres rurais da Bahia (ASCOM/SDR, 2023).

No território de Irecê, ainda no lançamento do projeto em 2021, foram entregues 304 títulos, não sendo estes distintos por gênero. Porém, em uma

reportagem encontrada sobre a entrega dos títulos na cidade, a foto que compõe a cobertura deste dia constam três mulheres recebendo seus títulos, assim como os depoimentos destas três mulheres (ASCOM/CAR, 2021).

Maria de Lourdes, uma das entrevistadas, relata sobre a importância em ter o seu título e considera não ser importante somente para ela, mas para toda família. Ela relata: “sou agricultora familiar há 40 anos e receber este documento que comprova que a terra é minha é muito importante pois sonhávamos com esse título, me sinto privilegiada”. Este relato demonstra como há mais de 40 anos, são muitas as mulheres que gerenciam suas terras.

Josefa, outra mulher beneficiada com o título do projeto, relata sobre a dificuldade em enfrentar a seca e as facilidades que o título pode ocasionar, como recorrer a créditos bancários e busca por outros auxílios para melhoria da infraestrutura de sua propriedade. Ela conta ainda que estava dependendo deste documento para solicitar energia elétrica para sua propriedade.

Por fim, temos o relato de Marine, que conta ter quatro filhos e sempre ter trabalhado com a agricultura familiar. Ela relata que a terra é a sua fonte de sobrevivência e que ter a sua terra documentada é muito importante. Para ela, se não fosse este projeto, ela não teria condições de conseguir esta documentação. Dessa maneira, notamos, mais uma vez, a importância de termos políticas públicas desenvolvidas a partir da perspectiva de gênero, pois somente dessa forma teremos mudanças significativas em nossas vidas.

E para que seja possível pontuar com mais precisão sobre as mudanças significativas que buscamos, é preciso que mulheres inseridas nesta realidade do sertão baiano possam retratar as suas experiências com o Programa Bolsa Família e suas vivências no contexto de pandemia. Apontando, assim, caminhos de reflexão para pensarmos a construção da realidade que queremos transformar. Para isso, a partir de agora as falas de Elle e Maria apontarão para estes caminhos.

CAPÍTULO 4

QUEM TEM UMA AMIGA TEM TUDO – PERCURSOS METODOLÓGICOS

Começo essa escrita refletindo sobre o valor das amizades, as trocas pelos caminhos e como estas são importantes nos percursos das nossas vidas. Verônica é uma grande amiga que fiz no período da faculdade. Ingressamos juntas no mesmo curso, período e mesma instituição. Uma jovem que, assim como eu, vinha de Irecê, sertão da Bahia, localizado a quase 600 km de distância da capital Salvador. Por incrível que pareça, até então não nos conhecíamos, mas vindo do mesmo lugar, o vínculo foi quase imediato. Durante os cinco anos de graduação nos aproximamos das temáticas que envolvia o mundo feminino e ao fim da graduação nossos caminhos se distanciaram. Verônica retorna para Irecê e começa a trabalhar no Centro de Referência da Mulher (CRAM), enquanto eu vou para São Paulo, em busca do mestrado em que pudesse desenvolver as reflexões que eu fazia desde o período da faculdade. Anos depois Verônica deixa este serviço, porém mantém proximidade com o setor.

Quando começo a pensar no meu campo de pesquisa, automaticamente me lembro do trabalho que Verônica desenvolveu em Irecê. Diversos motivos, entre eles a síndrome da impostora, faziam com que eu adiasse o contato com o meu campo, pois achava que nunca estava pronta para esse momento. Ao entrar em contato, Verônica prontamente se disponibiliza em me ajudar e de imediato me passa o contato de Taise, então coordenadora do setor.

Taise é uma querida desde o primeiro contato, colocando-se sempre à disposição para ajudar no que fosse necessário. Conto para ela sobre minha pesquisa e ela relata que 70% das mulheres que frequentavam o CRAM possuem o benefício do Programa Bolsa Família. Ela pergunta quantas entrevistas pretendia realizar e eu respondo que seriam duas.

Taise informa que Lidineia, a assistente social do CRAM, vai entrar em contato comigo para saber a respeito dos critérios da entrevista para, então, realizar o agendamento. Passo as informações para ela e aguardo o retorno. Dois dias se passaram até que Taise entra em contato de volta, avisando que

tinha agendado para aquele mesmo dia, duas entrevistas. Era uma segunda-feira e seria às 15h.

Chego ao CRAM às 14:30. Antes da entrevista queria conversar um pouco com Taise, a fim de contar mais a respeito da minha pesquisa e saber como estava sendo o trabalho em Irecê. Ela conta, por exemplo, sobre a parceria com os bares da cidade em ofertar ajuda para mulheres em situação de perigo nesses estabelecidos. Fala ainda sobre a lei que foi institucionalizada na cidade para que todos os bares tivessem o protocolo para oferecer esta ajuda, caso necessário. Atualmente os bares que não informam sobre o modo de auxílio às mulheres podem ser multados pela vigilância sanitária. Taise fala também sobre sua preocupação com tantos feminicídios na região – dois somente naquela última semana – deixando a cidade em luto.

Enquanto conversamos, chega a primeira entrevistada. Taise me apresenta, fala sobre a pesquisa e de imediato já comenta sobre o sigilo. Reforço sua fala e a primeira mulher aceita participar da pesquisa. Dirigimo-nos para a sala que Taise havia reservado para nosso encontro. Cabe pontuar que a relação com as interlocutoras se deu por meio desta instituição na qual elas são assistidas com apoio jurídico, psicológico e social.

Chegando na sala me apresento mais uma vez, falo que sou de Irecê, mas que atualmente moro em São Paulo, lugar onde desenvolvo minha pesquisa. Apresento o termo de consentimento livre e esclarecido e pergunto se ela concorda com os pontos que foram colocados. Ela responde que sim, exceto com a gravação, pois não se sente segura em ter sua voz gravada. Concordo e aviso que o seu nome não será mencionado em nenhuma das minhas escritas.

Apresento a vocês a primeira entrevistada. Chama-se Maria, nome fictício dado por ela, sendo escolhido por conta da quantidade de Marias pelo Brasil, tornando mais difícil a sua identificação. Maria me parece uma mulher tímida e aparentemente não me parece estar muito confortável em falar com uma pessoa que até então não conhecia.

Começa falando poucas coisas a respeito do Programa, mas logo me conta que tem três filhos e que um deles está prestes a concluir a graduação. Fala com orgulho dos filhos. Diz que geralmente mães tem tendência em falar bem dos seus, mas que ela faz isso não por serem seus filhos, mas sim por serem bons meninos. Fala que mesmo com a ausência do pai nunca deram

trabalho e sempre foram meninos estudiosos. Maria me conta que trabalhava no mercado de trabalho formal há cerca de cinco anos e que nessa época tinha tentado conseguir o benefício, negado em razão do seu emprego. Diz que há cerca de dois anos após a primeira tentativa conseguiu ser contemplada, já que tinha ficado desempregada. Ela conta que foi difícil ficar sem o trabalho, mas que a renda destinada a ela contribuía muito em casa, ajudando com a alimentação das crianças e com outras coisas que eles viessem a precisar. Diz que nunca precisou gastar com material escolar, pois os filhos estudavam em instituições que forneciam todo o material.

Nesse momento pergunto sobre o impacto em sua autonomia, nas escolhas em que conseguia fazer com essa renda. Ela responde que não tinha muitas escolhas, que era mais para a alimentação da família, mas que era uma garantia de que toda família comeria. Maria fala que nesse primeiro momento, recebia um pouco mais de sessenta reais e que todo esse dinheiro era destinado para a família. Porém, teve um momento em que o marido insistiu muito para que ela dividisse a metade do valor com ele e para que ele parasse de “indagar” ela repassava metade da renda. Pergunto se a parte do dinheiro que ficava com ele era destinado também para a família e ela responde que não. Diz que a parte que ficava com o marido, ele gastava na rua com bebidas.

Procuro saber como ela se sentia com isso e ela diz que ficava triste, pois tirava dos filhos para ele gastar. Então, ela começa a relatar que devido às muitas frustrações que foi passando pela vida já não consegue mais trabalhar fora de casa. Conta que está depressiva e todos os dias toma cerca de quatro medicamentos diferentes. Neste momento, conta ainda que o CRAM está ajudando-a na justiça contra este ex-marido, pois atualmente ele está tentando passar para ele a casa que é dela. Ela fala que no primeiro momento ficou com pena dele e eu questiono o motivo deste sentimento. Ela responde que é por ele não ter nada, assim como ela. Mas diz que depois de ter pensado melhor percebeu que foi ela quem fez tudo para construir a casa e que ele nunca contribuiu com nada, não merecendo ter uma casa que não era dele, mesmo tendo morado lá por um tempo. Relata ainda que sentia essa pena, pois ela tem a casa do pai para ir e que ele não tinha outros lugares, mas que mesmo assim ele não merecia.

Maria complementa dizendo que em razão de todos esses problemas se sente triste, sozinha e isolada, principalmente por estar fora do trabalho. Diz que quando ia para o trabalho tinha contato com outras pessoas e que agora não tem mais, somente com seu pai e os filhos, mas que os filhos ficam um bom tempo fora de casa devido às aulas. Ela conta que tem dias que faz todo o trabalho doméstico, não consegue ficar parada, muitas vezes faz duas vezes as mesmas coisas e que gosta dessa rotina, porque isso ajuda a passar o tempo. Diz ainda que esses dias são melhores do que os dias que ela não consegue levantar da cama por ficar sem energia em razão da quantidade de remédios. Ela me conta um pouco mais da sua experiência com o Programa, diz que ajuda, mas que preferia estar trabalhando e fica triste por não conseguir trabalhar.

Pergunto como ficou a vivência com o Programa no período da pandemia. Ela disse que continuou recebendo normalmente, que nunca ficou sem receber e que no início da pandemia teve um aumento, apesar de que no último ano já havia ocorrido uma redução, ficando ainda assim um valor maior do que o anterior com o Programa Bolsa Família (PBF). Questiono o que ela achou desses valores e mudanças. Ela responde que nada mudou para ela, “ficou a mesma coisa”, pois ela consegue comprar hoje, mesmo com o aumento dessa renda, os mesmos itens que comprava há cinco anos com o valor que ela recebia do PBF. Ela comenta que tudo está muito caro, mas que consegue manter bem a alimentação dos filhos. Quando ela comenta sobre a alimentação dos filhos, pergunto sobre as condicionalidades do Programa. Ela responde que não é um problema para ela. Conta ainda que uma vez por ano ela recebe um comunicado para comparecer ao PSF para conferência das vacinas, peso dos filhos e verificar a frequência escolar. Diz que nunca teve problema com isso, que os filhos gostam de estudar e que as vacinas e a alimentação estão sempre em dia, além de o peso sempre estar como esperado.

Começo a encaminhar nossa conversa para uma finalização. Maria complementa falando que gosta muito do Programa, que a ajuda muito e aos filhos, mais os filhos, porque tudo é para eles, nada fica com ela. Ainda menciona mais uma vez que ajuda principalmente na parte da alimentação e assim nós encerramos. Agradeço a disponibilidade de Maria em me ajudar e pontuo, assim como fiz no início, mesmo não tendo mencionado anteriormente nessa escrita, que mais do que os livros, quem mais pode nos ensinar são as experiências

femininas, mostrando-nos através de suas falas detalhes que muitas vezes ficam despercebidos quando falamos somente sobre a transferência de renda, sem levar em consideração as experiências das mulheres beneficiadas.

Depois de falar sobre Maria, chega o momento de apresentar-lhes Elle. Elle já está à minha espera quando finalizo a entrevista com Maria. Estava conversando com Taise na recepção. Taise segue o mesmo protocolo em me apresentar, falar sobre a pesquisa e o sigilo e assim nos dirigimos para mesma sala da entrevista anterior.

Elle se apresenta de uma forma diferente de Maria. Aparentemente não está tímida e me parece ter intimidade com a equipe. Entro na sala perguntando a Elle se ela frequenta o CRAM. Ela responde que sim e logo começa a contar que ninguém mandou ela ir para lá. Fala que sempre passava em frente, ficava vendo, até que certo dia resolveu entrar, tendo sido uma ótima decisão. Diz que gosta muito de todo mundo da equipe, que se apegou às pessoas que trabalham no local e que quando sai alguém ela fica triste. Conta ainda que fica feliz quando encontra pela rua as pessoas que já trabalharam no CRAM, porque foram pessoas que já a ajudaram muito.

Passado este primeiro contato, apresento-me mais uma vez, falo sobre minha pesquisa, explico sobre o termo de consentimento livre e esclarecido e pergunto se ela está de acordo em dar essa entrevista. Ela responde que sim. Assim como Maria, Elle fala que prefere que eu escreva suas falas, preferindo não ter sua voz gravada. Respeito a sua decisão e iniciamos nossa conversa sobre o Programa.

Começo perguntando como foi no início quando ela foi beneficiada pelo PBF e em qual ano ela começou a receber o benefício. Ela responde que faz tempo que tem o Programa, que o filho mais velho já está com 17 anos e quando ela conseguiu, ele estava com 02 anos. Diz ainda que demorou para conseguir, pois já estava tentando há mais de um ano. Peço então para que ela fale um pouco sobre sua experiência com o PBF. Elle, então, diz que “foi o que melhorou minha vida”, pois foi em um período em que não estava trabalhando e não tinha ajuda de ninguém. O pai da criança também não ajudava, como Elle pontua, “ele só fez”, depois mudou-se para Paraíba e de vez em quando mandava algum dinheiro para o filho. Elle segue relatando que é muito grata ao Programa e que

mesmo sendo um dinheiro pouco no início ajudou em muitas coisas com as crianças.

Pergunto de quanto era a renda no início e ela responde que era um pouco mais de 70 reais, mas que dava para comprar as coisas. Ela diz que “não dava pra comprar tudo, mas comprava comida e conseguia comprar as coisas na prestação”. Elle comenta que na época muitas coisas eram vendidas dessa forma, com prestações baixas, de 10 a 20 reais, e que assim ela ia tendo suas coisas. Questiono se ela conseguia fazer escolhas diferentes a partir do recebimento dessa renda e ela responde que sim e pontua mais uma vez sua gratidão em ter conseguido, por ela conseguir dar as coisas para os filhos. Diz que comprava o que os filhos queriam, o material escolar que precisavam e diz que as escolhas eram sempre direcionadas para eles: “era um dinheiro que tinha compromisso”. Elle complementa que “nunca tirei um real disso pra beber ou fazer outras coisas, porque vejo muita gente por aí que gasta esse dinheiro com outras coisas”. Nesse momento ela conta ainda que conhece gente que não segue as condicionalidades do Programa e que mesmo assim continua recebendo. Diz ainda que sempre seguia tudo certo e que, apesar disso, o Conselho Tutelar tirou os filhos dela.

Até então Elle estava sorridente e aparentemente tranquila em contar sobre sua experiência, mas percebo uma certa tristeza quando comenta sobre este fato. Ela segue contando que sempre ofereceu tudo do melhor para eles, mas que a casa dela não é uma casa de luxo e que os meninos davam trabalho. Então certo dia o Conselho Tutelar passou lá e tomou as crianças dela. Pergunto então se ela continua tendo contato com os filhos e ela responde que sim, que eles ficaram com os seus pais e que hoje, mesmo o mais velho estando com 17 anos e o mais novo com 10, eles não querem voltar a morar com ela. Nas palavras de Elle “eles não querem morar na minha casa porque não tem luxo lá, as paredes são um pouco assim, mas é a casa deles. Porque a casa do avô não é a casa deles”.

Pergunto então sobre o segundo filho de Elle, pois até então ela tinha falado apenas sobre o mais velho. Ela me conta que tem outro filho de 10 anos e que o pai desse era um rapaz que já tinha passado pela vida dela, antes do pai do filho mais velho. “Não sei se você está sabendo, se as meninas aqui já te contaram”, aceno com a cabeça falando que não. “Ele já tentou me matar duas

vezes, estrangulada”. Comento que deve ter sido muito difícil passar por isso, ela responde que sim e que “agora não quero mais nem saber dele, as pessoas pergunta, e ele lá? Digo que não quero mais saber”. Segue falando que não quer saber mesmo, ainda mais agora que seu filho mais velho já tem 17 anos e que se esse homem fizesse alguma coisa com ela, poderia acontecer uma tragédia. “Quando vejo as notícias desses homicídios” (refere-se aos feminicídios) “sempre penso que poderia ser eu. Tive sorte de tá aqui ainda. Tem dias que nem durmo, pensando nisso que aconteceu comigo. Quando vejo já tá clareando o dia e eu não posso dormir até tarde, porque tô na casa dos outros. Agora eu fico na casa de uma amiga, não quero ficar lá na minha casa sozinha e na casa dos outros não pode dormir até tarde, né? Depois disso não quero nem saber mais de homem, tomei nojo”.

Elle conta que fazia uma caixinha com o dinheiro que o pai do filho mais velho mandava e que certa vez o pai do filho mais novo pediu o dinheiro da caixinha emprestado para comprar uma moto. Ela emprestou e ele nunca devolveu o dinheiro, com a justificativa de que eles teriam feito um acordo onde ele ajudaria com a casa, mas nunca ajudou. Fala ainda que ele não ajuda financeiramente e que o que o filho costuma receber é proveniente do pai dela. Elle comenta que liga para ele para falar que o pai dela não tem obrigação, “que ele é avô e é o pai quem tem que fazer essas coisas”, mesmo assim ele não ajuda. Pergunto se em algum momento ele já solicitou também a renda do PBF. Ela diz que não e que mesmo se fosse solicitado, não o daria, visto que o dinheiro para ela é dos filhos e que reparte com o pai dela para auxiliar no sustento dos filhos.

Elle comenta que é uma renda que “alivia”, mas que ela preferia mesmo era trabalhar. Diz ainda que se estivesse com os seus pais estaria melhor neste momento, “sem ter ido atrás do pai do filho mais velho, eu teria mais coisas agora”. Segue falando “não é verdade isso que o povo fala que as mulheres ficaram preguiçosas depois disso. Eu queria ter um trabalho, mas se você tiver um trabalho, você pode perder o dinheiro. Quem fala isso, não sabe o que a pessoa *veve (sic)*”.

“Eu sou muito grata por receber esse dinheiro. Foi até com esse dinheiro que eu consegui comprar dois quartos”. A partir disso, Elle relata sua experiência com o Programa no período da pandemia. “Logo quando começou a pandemia,

quem era mãe solteira recebia mil e poucos reais, foi com esse dinheiro que eu comprei esses dois quattrôs. Fica em um corredor assim, mas meus meninos já falaram que não vão morar lá comigo, porque eles não mora em lugar assim, isso eles diz pra mim”. Pergunto então como ela se sente em ouvir isso dos filhos e ela responde que fica triste, que queria os filhos com ela e que seria uma motivação a mais para ela “continuar em busca das suas coisas”, complementa falando que com esta postura dos filhos não sente vontade em continuar sua busca. “Se fosse outra pessoa passando por tudo o que eu passo, eu digo que não aguentava, porque eu já passei por coisa demais. Minha amiga fica falando pra eu me apegar a Deus, mas tem dias que é difícil”.

Pergunto então dos quartos. Elle fala que só construiu metade, porque depois de um tempo recebendo “mil e pouco”, a renda diminuiu pela metade e que depois diminui ainda mais, não conseguindo dar continuidade. Diz ainda que tudo está muito caro e que agora não consegue ter o mesmo poder de compra. Pergunto como foi a transição do Programa para ela. Elle responde que foi tudo bem. “Chama Auxílio agora, né? Tem gente que diz que só consegue quem tá do lado, mas eu acho que não é verdade, porque eles não tem como saber quem tá de qual lado. Eu tô achando organizando, parece que agora é até mais fácil pra conseguir, antes você esperava um tempo, agora é só ir lá pedir. Lembro que quando consegui o Bolsa Família, uma amiga pegou a senha pra mim, quando eu cheguei lá, ela já tava com minha senha e eu disse pra ela ‘se eu conseguir, vou te dá metade’. No dia que eu consegui liguei pra ela. Ela não tava mais morando aqui em Irecê, aí ela disse ‘eu não quero não, mas se você quiser pode dar a mãe’. Aí eu fui lá e dei metade pra mãe dela, que pra mim é como se fosse uma segunda mãe. E agora não tem mais isso de esperar assim”.

Encaminhando para finalização da nossa conversa, pergunto como tem sido agora para ela. Elle responde que fica feliz em continuar recebendo o benefício: “nunca deixei de receber nenhum mês desde quando passei a receber. É como eu disse a você, sou muito grata por isso, porque a gente tem que ser grato a todo mundo que ajuda a gente. Lá onde você mora tem essas pastorais assim que ajuda? Aqui tem e eu sou grata a eles também, aqui também (no CRAM) não tenho o que falar, mas o que eu queria mesmo era ter um trabalho”.

Então para finalizar reforço sobre o sigilo e conto que pretendo usar outro nome para contar sua história. Pergunto se ela quer dar o nome que utilizarei. Elle fala que antes de ter seus filhos, ela trabalhava para uma família e que gostava muito do seu trabalho. Ela diz que eles a chamavam dessa forma: Elle. Pergunto se era somente Elle ou Ellen e ela disse que Elle mesmo. Ela diz que adorava quando era chamada assim e que hoje em dia ninguém a chama dessa maneira.

Achei significativo o nome escolhido por ela ser de uma lembrança que remete a uma época de sua vida em que não tinha filhos e tinha um trabalho. Da mesma maneira em que gostaria de estar agora: trabalhando! E como também ecoa a fala que ela teria mais “coisas”, caso não tivesse ido atrás do pai do filho mais velho.

Passado um ano que tive o primeiro contato com as entrevistadas, resolvo entrar em contato novamente, visto que tivemos mudanças em relação ao Bolsa Família desde quando nos falamos na última vez. Faço o mesmo caminho que fiz no primeiro momento para entrar em contato com elas. Primeiro entro em contato com Taise, coordenadora do setor, que me responde prontamente falando que seria possível agendarmos novas entrevistas e que para isso eu entrasse em contato com a assistente social do Centro de Referência da Mulher (CRAM), que ela agendaria as entrevistas.

Sigo as orientações que foram passadas e mando mensagem para Lidineia. Eu a tinha conhecido no ano passado, no primeiro momento das entrevistas. Comunico que gostaria de agendar novas entrevistas com as mesmas mulheres que falei no último ano. Confirmamos os dados delas e ela fica de entrar em contato.

Cabe salientar que este contato foi realizado no mês de junho, período de forte cultura de festas juninas na cidade. Neste período, assim como muitos moradores amam e vivenciam os festejos juninos, outros aproveitam o feriado, pausas e recesso para descansar. E foi o que aconteceu com as minhas entrevistadas.

Lidineia retorna minha mensagem alguns dias depois, falando que as duas interlocutoras não estavam na cidade. Elas tinham viajado e até o momento estavam sem data para retornar, estavam visitando familiares que moram fora de Irecê e alguns até em outros estados. Mas, para minha grata surpresa, as

duas se disponibilizaram a falar comigo virtualmente. Lidineia me passa o contato do WhatsApp® das entrevistadas e pede que eu entre em contato por mensagem me apresentando novamente, pois elas não atendem ligações de números desconhecidos, assim como não respondem mensagem de remetente desconhecido. Nesse caso Lidineia deixou avisado que eu entraria em contato e que elas me identificariam pelo meu nome já presente na primeira mensagem do contato. E assim o faço. Acho importante pontuar isto, visto que diz respeito à segurança dessas mulheres que já sofreram violência doméstica.

Na primeira mensagem enviada me apresento a partir do meu nome, relembro sobre nossa última conversa e pergunto se lembram de mim. As duas muito solícitas respondem que se lembram e que estavam disponíveis para agendarmos novas conversas.

A partir de agora irei relatar cada experiência deste contato individualmente. Isso pois, por mais que sejam mulheres baianas, ireceense e beneficiárias do Bolsa Família, cada uma tem experiências diferentes para falar a partir desse lugar que não é definidor sobre quem elas são, ou que esperam que elas sejam.

O primeiro contato do WhatsApp® que Lidineia me enviou foi o de Elle. Após o contato inicial, pergunto sobre a possibilidade de agendarmos uma chamada de vídeo e ela prontamente me responde que o seu celular não está recebendo este tipo de ligação, assim como qualquer outro tipo de chamada, sendo a troca de áudios pelo WhatsApp® a única forma de nos falarmos.

No primeiro momento essa informação me causou receio, com uma leve frustração de como seria possível que ela me contasse com um pouco mais de detalhes informações tão pessoais gravadas em áudio. Pensei ainda na segurança dela em receber os áudios e em qual lugar estaria para responder e ouvir esses áudios. Porém notei que o WhatsApp® dela tinha uma configuração diferente na foto do perfil, que eu nunca tinha visto antes. E só durante a conversa que fui notificada pelo aplicativo que aquela conta tem as mensagens apagadas automaticamente após 24 horas que foram trocadas. Isso me deixou mais tranquila, assim como ter sido uma proposta que partiu dela, confiei que ela estaria em segurança para termos essa conversa dessa maneira.

Então, para que ela tivesse a liberdade de responder quando fosse melhor, gravei um primeiro áudio falando justamente isso. Comuniquei que faria

perguntas com as mesmas temáticas que conversamos no último ano, sobre o Bolsa Família, trabalho e pandemia basicamente e que ela poderia me retornar quando fosse mais confortável de falar sobre esses pontos, ou ainda quando fosse melhor dentro da sua rotina. Enviei esse áudio e no primeiro momento não tive nenhum retorno, me fazendo entender que poderíamos seguir desta forma.

Antes de enviar esses áudios, tínhamos tido uma conversa por mensagem em que eu contei um pouco mais sobre o andamento da pesquisa, relatei sobre o que tinha escrito da nossa conversa, contei também sobre o momento da qualificação, dos apontamentos feitos, assim como da necessidade de uma nova conversa e disponibilizei a leitura do texto, caso ela mesma quisesse ler.

Seguido dessa conversa, dei continuidade aos áudios perguntando como estava a vida dela agora, por onde ela estava, o que ela estava achando do retorno do Bolsa Família e como estavam seus filhos. Pergunto ainda um pouco mais como tinha sido passar pelo período da pandemia, como ficou sua vida nessa época, como estava sua casa que tinha começado a construir e como tinha sido trabalhar na casa da família que deu a ela o apelido de Elle, que ela utiliza nessa pesquisa. Perguntei ainda pelo seus pais, amigas e sobre contato com os pais dos seus filhos, além de solicitar também que ela falasse sua idade e autodeclaração étnico-racial. Finalizei falando para que se sentisse à vontade em responder somente o que a deixasse confortável e caso tivesse algo a mais para relatar que não foi mencionado por mim, que ela ficasse livre para relatar o que fizesse sentido para ela.

Depois de enviar os áudios passei algumas horas aguardando retorno, que por sinal não veio até o final do dia. Finalizei aquele dia na dúvida se ela me retornaria, mas confiante em aguardar o seu tempo, assim como tínhamos combinado. No dia seguinte vejo que tem uma atualização do próprio aplicativo em nossa conversa, que dizia: Elle desativou as mensagens temporárias. Ou seja, essa notificação me fez confiar ainda mais que ela retornaria aos áudios, assim como eu poderia ficar com esses áudios, visto que as mensagens não mais sumiram passadas as 24 horas, como constava na notificação anterior. Inclusive, todos os meus áudios que foram enviados para ela havia sumido por conta dessa configuração que estava posta anteriormente.

E assim, no meio da tarde de um sábado começo a receber áudios de Elle, que serão transcritos a seguir.

Áudio 1: Bom dia, Malu. A minha vida ainda é a mesma, Malu. Eu ainda não consegui terminar o que eu queria terminar, que é reconstruir os meus quartinho, né? Eu só comprei, é... comprei. Tá lá para reconstruir, mas como eu ainda não arrumei trabalho, eu ainda tô esperando na aguarda ainda de um dia poder reconstruir o quartinho, transformar em uma casa para ter uma moradia para meus filhos e para mim, né? Um dia, né?

Áudio 2: Eu estou com 46 anos e eu me considero parda.

Áudio 3: Meus filhos estão bem, né? Graças a Deus. Estão com meus pais ainda, eu tô mais perto deles. Mas ainda é aquela vida. Nós não estamos juntos, estamos separados ainda. Eles tão na casa dos meus pais. Eu tô na casa de outras pessoas e assim vou vivendo a vida. Ainda com o meu sonho na cabeça, né? De reconstruir lá pra poder eu ter uma moradia para eles, né? Mas pelo jeito tô vendo que eu não vou conseguir, né? Por causa que sem trabalho e dependendo só do auxílio, dependendo só dessa bolsa família, aí eles precisam das coisas, tenho que dar, né? Fica um pouquinho complicado, mas eu quero dizer que estou bem, tô com saúde, tô lutando. Tô vivendo a vida, como Deus tá preparando para mim.

Áudio 4: Não tô mais na casa de minha amiga, passei uns dias lá com ela. Uns tempo. Foi bom né? Ela me ajudou bastante e espero que Deus ajude a ela também, bastante, a essas pessoas que me ajudaram, né? Eu tava lá porque eu tava estudando, terminei meus estudos e agora tô esperando vê se aparece um curso pra mim fazer, né? Que nem eu falo: a pessoa quando não entende muitas coisas na vida, as vezes perde as oportunidade que aparece, de fazer um curso, porque eu não sou bem bem assim, de mexer em computador e nem no celular né? Não sube fazer a escrita que era online, então eu perdi de fazer um curso que eu queria.

Áudio 5: O pai dos meus filho agora, é do mais novo eu não sei por onde é que anda, né? Não sei se tá mandando o dinheiro, por causa que tá lá o menino tá na casa de pai mais de mãe, o mais velho também. Aí agora o mais velho fez 18, né? A vó quer que abra uma conta. Eu não sei como é que vai ser. É, mas eu fico triste porque nas hora que eles mais precisaram, eles não ajudaram. Agora que eles fez 18, que ele fez 18 anos é a hora que eles quer entrar em contato com ele. Quer que ele abra uma conta, quer que ele manda endereço e assim vai, né? Eu tô deixando.

Áudio 6: Eu por enquanto ainda tô recebendo o Bolsa Família, né? Até quando eu não sei, né? Mas vou recebendo aqui o Bolsa Família, quando os menino quer alguma coisa, eu dou. Aí fico sem, né? Comprar alguma coisa que eu queria comprar pra mim já incluindo a casa lá pra construir e assim vai. Aí eu fico sem saber o que fazer da vida, né Malu? Porque sem trabalho, só dependo desse bolsa família. Tenho dois filhos, pra um deles dizer: eu quero isso. Se você não dá, a casa cai, né? Porque eles diz logo, o dinheiro é deles. Os povo ensina essas coisas a eles né? Então eu tenho que dar, porque mãe mais pai não é obrigado a dar nada pra eles. A obrigação é dos pais, né? Então eu fico triste, mas também chamo por Deus pra Ele me dar força, coragem pra me sobreviver. E assim eu vou sobrevivendo com esse dinheirinho.

Áudio 7: Gostando, gostando, a gente não... Eu acho que tem muita gente que não gosta não, né? Mas eu fico agradecida por esse dinheiro que eu recebo do governo. É, eu tô recebendo 600. O mês passado eu recebi os 50 dos meninos, né? E como assim, o meu mais velho já fez os 18, eu só vou receber agora do mais novo, né? Aí isso já é uma ajuda. O povo acha que eu gasto o dinheiro com outras coisas, mas eu não gasto, porque eu penso nos meu filho, que nem eu falava: eu penso é neles, não é em mim. Eu penso um dia dos meus pai fechar os olhos e eles não tiver um canto para morar. Eu penso. Eu penso de um dia eles precisar e eu não ter para dar. É isso que eu sinto muito. Eu fico deprimida, eu fico estressada, ansiosa, a minha ansiedade já aumentou. Aí eu fico assim sem direção da vida sabe? Mas sempre Deus na minha vida e sempre com Deus que eu busco reforço.

Áudio 8: É, a minha pandemia não foi bom, bom não. A minha pandemia foi sofrida. Perdi muitas pessoas que eu amava, muitas pessoas que eu gostava e no meio dessa pandemia perdi a minha irmã caçula, que até hoje eu não consegui apagar o sofrimento da gente. Da gente não poder se despedir, da gente não poder se abraçar, da gente não poder dar um enterro digno pra ela. Porque foi doído demais saber que uma irmã se foi através da pandemia.

Áudio 9: O sofrimento dos meus pais por causa dela. O sofrimento do meu irmão. Essa pandemia pra mim não foi muito bom não, porque além da minha irmã perdi uma sobrinha de três meses também, foi doído demais para mim. E a gente, como é que diz, a gente não esquece, né? A gente fica um pouco, um pouco, como é que diz, meu Deus? Um pouco calma, mas nunca vai esquecer

dessa pandemia que passou nas nossas vidas, por esses motivos, né? A gente entrega a Deus, ela sabe que ela tá com Deus, sabe que ela tá num bom lugar, assim vai.

Áudio 10: A pandemia não foi lá essas coisas. Eu tava na casa de minhas amiga. Eu tava na casa de minha prima, na casa de minha irmã e eu só tenho que agradecer a cada uma delas que me deu uma dormida, um prato de comida, porque não é fácil viver essa vida sozinha. Não é fácil passar por essas coisas tando só e saber que os filho tava com os pais. O meu filho mais velho é um menino assim revoltado da vida. O mais novo hoje é um pouco sossegado, só é um pouquinho rebelde, mas é um amor de menino.

Áudio 11: Eu mais nunca tive assim essa, esse contato com o pai do meu mais novo também. Eu tô sem saber se ele tá depositando dinheiro pros menino. Por causa que meu pai deu a conta pra depositar, eu não sei, né? Mas de vez em quando eu procuro meu menino mais novo, seu pai tá botando dinheiro? Me fala aí, às vezes, sabe como é os filho, né? Puxa saco, as vezes os filho não quer que a gente faz nada, né? Fica sofrendo, aí quando quer as coisas: mãe me dá isso, mãe me dá aquilo e eu falo: peça a seu pai, porque ele é pai, ele é seu pai também. Não é só eu que tenho de dar as coisas pra você. E assim eu vou levando a vida, né? Na graça, mas o coração fica machucado, fica ferido porque eu queria ter dinheiro pra dar as coisas a meus filho, para não tá me humilhando a ninguém. Mas é isso que eu tanto peço a Deus, pra me mostrar uma solução, uma luz no meu caminho.

Áudio 12: Na época da minha pandemia eu tava estudando, né? Tava na casa da minha prima, depois passei uns dias na casa da minha irmã, depois fui pra casa da minha amiga e o final eu fiquei com minha amiga até terminar os estudos. Quando eu terminei os estudos aí pronto, começou a luta por um canto pra mim ficar, né? Porque não tenho dinheiro pra alugar uma casa, o que eu ganho é esse dinheirinho do bolsa família, né? Trabalho, eu lutei, lutei e não arrumei um trabalho, né? Então eu fiquei uns dia com a minha amiga, assim mesmo depois que terminei as escola. E depois procurei vim para casa dos meus pais, ficar uns dias com meus filhos.

Áudio 13: Mas não dá certo eu ficar dentro de casa com meus pais. Tive que passar uns dia na casa do meu primo em outra cidade, passei uns dias, depois, passei uns dia lá com ele, voltei para casa da minha amiga uns tempo

que ela precisou viajar. Fiquei cuidando dos cachorrinhos, quando ela chegou tive que procurar um canto para mim ficar.

Áudio 14: Eu trabalhei nessa casa, eu era babá, eu era cozinheira, eu era arrumadeira. Eu gostava, eu gostava de trabalhar lá, foi uma experiência boa pra mim nas casas. Foi meu segundo trabalho, né? Mas era um dinheirinho, que não era um dinheiro pra dizer assim: esse dinheiro aqui vai me aliviar. Na época eu não tinha filho, o dinheiro que eu ganhava era 150 reais, foi quando eu comecei a trabalhar. Eu gostava por causa que eu queria aprender, eu queria aprender muitas coisas, né? Boa na vida. Queria aprender cozinhar, queria aprender a ser uma dona de casa. Mas no fim, no fim, eu saí de lá, eu saí doente, saí com ansiedade, eu labutava com menino pequeno de 5 ano. Foi, pra mim era bom. Eu gostava, né?

Áudio 15: Fui, trabalhei, passei por outras casa que o povo trabalhava. Passei numas casas que o povo só quis que eu trabalhasse, pra receber era complicado demais, enrolava. Teve umas que me enrolou, né? E eu não sou de brigar, também recebi só a metade e ficou por isso. Eu não fui atrás, não briguei, não cacei confusão. Pra mim foi bom, pra mim era bom sair assim para conhecer, conhecer as pessoas, era isso. Eu queria trabalhar pra mim conhecer pessoas, conhecer lugar diferente, quando eu era nova. Hoje eu não tenho mais essa vontade de sair pra os canto, pros lugar. Se hoje eu vou sair, vou trabalhar num canto, pra mim ir conhecer outras cidade, outro lugar, outras pessoa, não tenho mais essa coragem de sair pra o meio do mundo. Então eu queria é que fosse aqui mesmo, na minha cidade, perto dos meus filho, que meus filho arrumasse uns trabalho e viver perto de mim.

Áudio 16: Passa o resto da vida, porque cada dia, cada ano vai passando eu vou ficando mais velha, né? Eu digo mais velha. Mas sempre com uma força pra ajudar meus filho, ver eles ser gente na vida. Eu não quero ver meus filho sofrendo. Mas eu acho que eles não me entende, quando eu reclamo, quando eu falo que eu quero que estude pra eles ser gente, eu acho que eles não me entende.

Áudio 17: Essa pandemia pra mim foi uma pandemia de muita luta, muito sofrimento. Mas no meio desse sofrimento, agora é, em 2023, no início do ano, eu arrumei namorado. Tô com namorado há seis mês, mas namorando, a gente namora. Mas não é porque eu tô com namorado que eu vou deixar de querer

realizar o meu sonho, de reconstruir lá o meu, a minha casinha. Lá tá parado, lá tá caindo, eu só fiz comprar, não ainda não reconstruir. Tô sem dinheiro pra construir, dinheiro pra pagar pedreiros. E sabe, né? Quem não trabalha as coisas fica mais difícil, né? Nenhum bico para fazer.

Áudio 18: Tem gente que acha que eu tô feliz, feliz, porque eu falo assim: esse tanto sofrimento em minha vida, eu não vou deixar que ninguém me vê triste mais nunca na minha vida. Eu boto um sorriso na cara, por mais que meu coração por dentro teja um buraco bem enorme. Mas por fora aquele sorriso que por onde eu passo o povo acha que eu tô feliz, feliz da vida, que eu me dei bem na vida. Mas na verdade é porque eu não vou, nunca mais vou deixar ninguém, ninguém me magoar, ninguém me ferir, ninguém rir de minha cara achando que eu tô triste, caindo, mas posso tá com um buraco por dentro do meu coração. Mas eu, o meu sorriso vai ser sempre estampado na cara.

Áudio 19: Tô aqui no município de Irecê, no povoadinho chamado Angical, é de vez em quando eu vou lá untar as meninas, vejo, converso, porque aqui onde eu tô é mais complicado você ir pra Irecê, pegar carro, tem que pagar passagem, aí então eu demoro de ir lá untar as meninas. Mas sempre eu tenho saudade das minhas conversa com elas, porque se a minha casinha tivesse reconstruída eu tava lá, com meus filhos, né? Se meus filhos não quiser, pelo menos eu tava com uma amiga lá pra não ficar só. Porque eu tenho pavor a ficar sozinha, eu não quero mais ficar sozinha, não me sinto bem.

Áudio 20: Na verdade Malu, eu queria era um trabalho, pra mim terminar de construir lá minha casa, né? Porque eu só comprei, né? Mas pra construir você tem que ter dinheiro, então dinheiro eu não tenho. E já pensei de se inscrever lá pro Lar doce Lar, do Luciano Huck, já tentei entrar no site. Mas eu tenho medo, né? De dar meus dados, fico com medo de se inscrever e ser golpe e eu fico só observando, pensando é, como será a minha vida, né?

Assim que visualizo os áudios recebidos, ainda antes que eu pudesse ouvir, já agradeço a Elle pela disponibilidade em continuar relatando sua história de vida. Comunico que ouvirei todos com calma e atenção e pergunto se ela se sente confortável em dar continuidade a essa conversa ou se já gostaria de encerrar e ela logo responde que podemos continuar nos falando.

Então, depois de ouvir suas respostas, volto a gravar novos áudios. Agradeço novamente pela sua disponibilidade e pela confiança em relatar

momentos de dor que vivenciou nos últimos anos, visto que não é fácil falar sobre esses pontos. Inclusive, eu não sabia sobre o falecimento da irmã dela, falo sobre o quanto sinto muito por isso e do quanto a pandemia foi de fato um momento muito doloroso de viver.

Quase que involuntariamente me veio na cabeça a pesquisa da Denise Pimenta (2019) sobre as mulheres na pandemia de Ebola, já citada anteriormente nesta dissertação, e de como costuma ser as mulheres que mais morrem durante as pandemias por conta do cuidado perigoso em que as mulheres se disponibilizam para cuidar dos seus familiares. Por conta disso, resolvo fazer uma última pergunta e envio um último áudio com um certo nível de tristeza e desconforto, por solicitar em que ela fale novamente sobre algo doloroso. Pergunto então como foi vivenciar esse momento com a sua irmã, sobrinha e outros familiares, como ela se sentia nesse momento, sobre cuidados que ela tinha com ela mesma e como foi passar por isso. Pontuo mais de uma vez, que ela só precisa responder essa mensagem caso seja confortável falar sobre esse assunto e caso contrário tudo bem, visto que deve ter sido um momento muito difícil.

Áudio 21: Foi sim, Malu. Foi muito triste. Perdi a minha irmã, perdi a minha sobrinha, perdi primos, primas também no mesmo tempo. A luta foi demais. Foi muito sofrimento na minha vida, na vida da minha família. Mas, eu sei que aqueles que foram não volta mais, né? A gente só tem lembranças no coração, as coisa boa que vivemos, entre altos e baixos. E assim estamos, né? Vivendo, lutando por aqueles que ainda está aqui em cima dessa terra.

Áudio 22: Foi muito sofrimento, porque quando isso aconteceu, a minha irmã tava pra o lado do Goiás, com os filhos dela e o marido, né? Nós estava por aqui, quando a gente ficou sabendo. Foi um desespero muito grande, porque a gente não, não esperava, né? Por essa na nossa família.

Áudio 23: O pior de tudo foi ela adoecer pra lá e a gente não poder visitar, a gente não poder abraçar, não poder beijar. E ela acabou não resistindo. Aí para poder vir para cá foi um sofrimento. Sorte que meu irmão tava para lá, trabalhando na área da saúde e conseguiu trazer o corpo pra enterrar aqui perto da gente.

Áudio 24: O que a gente não pôde, é, fazer um velório digno. Não pôde fazer umas oração. A gente só foi chegando tarde da noite e colocando dentro

de um buraco, sem poder abrir o caixão, sem poder ver pela última vez. E aquilo foi muito doído. Ver um filho pequeno chorando por falta da mãe.

Áudio 25: Não, a gente não estava morando junto. Eu tava num canto, meus pais em outro, elas em outro, meu irmão em outro. Cada quem tava num lugar diferente.

Áudio 26: Minha sobrinha era filha de um irmão meu. Meu irmão caçula também, que foi quem tomou de conta dela (da irmã que faleceu) quando ela tava doente lá no Goiás.

Áudio 27: Pra mim foi muito difícil. Foi num tempo que eu tava enfrentando os altos e baixos, né? Eu tive muito medo. Tive medo. Não vou mentir, eu tive muito medo, ansiedade matando. Não dormia, não comia direito. Vivia sempre perturbada, sempre com o meu coração acelerado, sem saber, e aí, sem poder ir pra os canto.

Áudio 28: Eu tive medo porque quando eu vim visitar minha mãe, com todos os cuidado que eu tive, ainda fui na casa de uma amiga fazer um favor pra ela. Cheguei lá, ela tava doente. Eu não sabia que ela tava com aquela doença. Voltei para Irecê e quando cheguei lá me avisaram que ela tava doente. Quase morri também, de susto.

Áudio 29: Porque eu disse: pronto, dormi lá em casa com meus pais e meus filho na mesma cama. E pra mim foi muito complicado. Aquilo, quase morri de choque, com medo de eu tá com essa mesma doença, a covid-19.

Esse até então tinha sido o último áudio que Elle me enviou. Ouço todos antes de responder e retorno agradecendo novamente pela confiança em relatar sua história de vida e pontuo a minha admiração pela força que ela tem mesmo com todas as adversidades que enfrentou em sua vida. Agradeço a disponibilidade em estruturar essa pesquisa junto comigo e me coloco à disposição para futuras trocas. Ela visualiza minha mensagem e retorna com uma mensagem em texto escrito: de nada. Entretanto no dia seguinte, Elle me envia um novo áudio que me deixa feliz por achar o conteúdo, por mais que curto, muito significativo e que representa esse momento de escrita.

Áudio 30: Bom dia, Malu! Imagina se eu fosse te contar a minha história de quando era menina? Hum. Até hoje. Dava pra fazer um livro.

Retorno de imediato falando que sim, sua história daria um livro, visto que tudo que está sendo relatado até aqui já é um vasto conteúdo e que sem dúvidas

sua história de vida inteira teria ainda mais conhecimento para nos ensinar. E assim encerramos nossos áudios.

Diferente da minha conversa com Elle que durou alguns dias entre as trocas de áudio, minha conversa com Maria foi mais pontual. Segui as mesmas recomendações de me apresentar e verificar se ela lembrava de mim e da nossa última conversa. Assim como Elle, Maria também foi bastante solícita, perguntei então se podíamos agendar uma conversa virtualmente e ela disse que sim. Agendamos uma ligação por chamada de vídeo e no horário combinado liguei para ela.

Maria desde o nosso primeiro contato me pareceu um pouco mais retraída e tímida, faço essa observação por ela responder as perguntas de maneira mais pontual, sem discorrer muito a respeito as situações relatadas. Desde nosso contato presencial, foi uma conversa em que precisei fazer mais perguntas, para ouvi-la mais e isso se repetiu nessa nova conversa, agora com o fato de ser online e ela estar em um local, sendo aparentemente a casa de algum familiar, onde pessoas passavam a todo tempo. Isso gerou em mim uma preocupação sobre o que seria relatado por ela naquele ambiente, ao mesmo tempo que respeitei ter sido o local escolhido por ela, que pode fazer com que se sinta mais segura.

Dessa maneira iniciamos nossa conversa. Começo relatando sobre em qual ponto está a pesquisa, apresentando o que foi relatado por ela, relembrando pontos que falamos, pontuando sobre o que estava escrito, e assim como falei com Elle, compartilhei também sobre o momento da qualificação. Pontuei ainda sobre a importância da gravação desse relato, do quanto o que eu tinha escrito anteriormente poderia ter sido baseada em uma interpretação individual e pensando na fidedignidade do que seria relatado, se ela se sentiria confortável em ter sua voz gravada dessa vez, ela aceitou e iniciamos a partir desse ponto a gravação.

A transcrição desse momento começa no ponto em que eu mostro a ela de qual forma seria gravada. Mostrando que seria somente a voz pelo gravador de voz do computador, que nós falaríamos pelo celular e não teria risco de ter imagens nessa gravação. Ela concordou e assim seguimos. Segue então a transcrição deste relato.

Malu: Está só a voz. Não é pelo celular também pra não ter imagem. Estou gravando pelo computador aqui.

Maria: Tá bom.

Malu: Fica só a gravação da voz mesmo para poder ter só a voz, tá? E aí, como a gente conversou no ano passado, eu queria que você me contasse como que tem sido o Bolsa Família. Como está experiência com o PBF para você? De quando a gente se falou em julho do ano passado até julho agora. Como que está tudo por aí?

Maria: Tá do mesmo jeito ainda. Está me servindo muito. E a renda que eu estou tendo é ela, né?

Malu: Em algum momento você ficou sem receber?

Maria: Oi? (ela não entendeu)

Malu: Em algum momento, algum mês você ficou sem receber?

Maria: Não. Graças a Deus, não.

Malu: Ótimo.

Maria: Sempre recebi tudo direitinho, o tempo que, desde quando eu comecei que eu nunca faltou nem um mês para me receber.

Malu: E como que tá agora? Tá igualzinho, o mesmo valor serve para as mesmas coisas? Tá pior, melhor?

Maria: Tá o mesmo valor ainda, tá o mesmo valor. Dá, dá, não dá muito não, mas serve muito.

Malu: Hum, ótimo, que bom. Eu lembro que você comentou que saiu do seu trabalho e quando saiu do seu trabalho, que você começou a receber, não foi?

Maria: Foi.

Malu: Como era essa questão do seu trabalho? Eu lembro que você contou que gostava muito do trabalho, né?

Maria: Gostava, mas só que eu comecei ficar, que eu não pude mais trabalhar por causa que comecei a passar em psicólogo, psiquiatra, comecei a dar uma depressão. Aí eu não tive mais condições de trabalhar, né? Fora. Mas eu gostava do trabalho. Mas cada vez mais foi só avançando o meu problema e ainda tô em acompanhamento, né? Psicólogo, psiquiatra...

Malu: E seu acompanhamento é lá pelo CRAM ou é fora de lá?

Maria: Isso, é. E no CAPS.

Malu: Hum, entendi, certo. E aí, como que está hoje para você? Como que você tem se sentido hoje?

Maria: Tem dia que é melhor, mas tem dia que já fica mais ruim.

Malu: Eu lembro que você até falou sobre a medicação que você estava tomando e que algumas te deixavam mais sonolenta.

Maria: É, tem dias que dá mais sono. Tem dia que já não dá, varea uns dias.

Malu: Entendi. E você trabalhava com o que antes?

Maria: Eu trabalhei numa escola. Trabalhava no serviço geral.

Malu: Ah, entendi. E aí, você gostava de lá?

Maria: Era bom.

Malu: Entendi. Aí, quando você começou a apresentar os sintomas, você deu entrada no programa e aí você logo conseguiu?

Maria: Demorou um pouquinho de tempo aí, uns dois anos.

Malu: Ah, demorou bastante, né?

Maria: Demorou, demorou. Aí de quando eu comecei a receber, graças a Deus nunca faltou.

Malu: Ah, que bom! E aí, como ficou sua vida financeiramente com a saída da escola em que você tinha seu salário para essa transição para o Bolsa Família, era suficiente? Hoje está sendo suficiente? Como que é isso?

Maria: Não é totalmente suficiente. Mas dá para ir levando, não por todos, mas, mas tá dando.

Malu: Sim, no início era menos que você comentou, né?

Maria: É, que ficou pesado, né? E um valor para outro e a diferença é grande. Mas tá dando pra ir vivendo.

Malu: Entendi. E agora, tá melhor?

Maria: É, agora tá melhor porque eu tô recebendo ainda o valor que ele, que não é, não é realmente o Bolsa Família, né? Ainda tá sendo do auxílio, que é mais um pouquinho, mas só que muita gente já me falou que já baixou. Mas o meu até agora nunca baixou não.

Malu: Estão falando que tem previsão pra baixar, é isso?

Maria: Tem, muitos vizinhos meu mesmo, já baixou

Malu: E baixou muito?

Maria: A metade.

Malu: Nossa, eu não sabia disso.

Maria: Muita gente já baixou a metade, e agora é 600, né? Por pessoa, oh! Família. Aí diminuiu 300 reais. A minha vizinha tava contando, duas vizinhas minha recebeu assim. Uma prima minha também, porque diminuiu. Ai quem tem criança menor também tá recebendo um valor mais alto, né? De 0 a 5 ano. Vai ter um valor mais alto, mas o meu mesmo só é esses 600.

Malu: E aí, como vai ficar pra você se cortar tudo isso, como que fica?

Maria: É um parto, né? Mas, fazer o quê?

Malu: Dá pra tentar ajustar?

Maria: É, tentar. Vai diminuir, vai ficar ruim, mas se diminuir a gente pode fazer o que? Pode fazer nada, né?

Malu: Mas por enquanto dá? Como que você maneja? No que esse valor te ajuda?

Maria: Eu pago água, pago luz, às vezes o bujão. Mas eu não moro de aluguel, aí o que resta é só pra coisa de casa mesmo.

Malu: Hum, entendi. Inclusive, você tinha falado na nossa última conversa sobre a questão jurídica da sua casa. Tá tudo resolvido? Você continua com acompanhamento (jurídico) dessa parte?

Maria: Graças a Deus já resolvi.

Malu: Ai que bom! Que bom, né? Você estava preocupada com isso.

Maria: Tava, mas Graças a Deus já resolvi.

Malu: Que ótimo!

Maria: Eu tinha, eu tenho... fiquei com a metade, 70% da casa, ele tinha ganhado 30%. Só que ele tem que pagar uma pensão pra o menino. Aí a parte dele ficou pela pensão do menino.

Maria: Foi bom, não foi?

Malu: Foi ótimo!

Maria: Se fosse pra vender, não ia dar pra mim comprar uma casa pra mim morar mais meus filho, né? Aí foi bom.

Malu: Sim, como você falou, foi você que construiu. Não tinha por que você sair da sua casa.

Maria: Pois é, mas como a justiça deu direito a ele, né? Até hoje ele não paga a pensão do menino. Fica só para mim e eles agora, o que se virar.

Malu: Mesmo depois dessa decisão ele não está pagando a pensão?

Maria: Não, porque nós entrou em acordo.

Malu: Ah, entendi. Essa parte dele, ele não paga mais nada de pensão por isso.

Maria: Isso, porque a parte dele, os 30% dele, ficou pela pensão do menino, que eu ainda tenho um menino de menor de 18 anos, que fez agora 18.

Malu: Sim. Ah, entendi. Entendi. Achei que ia ficar retroativo do que ele não pagou de pensão, mas é daqui pra frente já.

Maria: Não, retroativo não, nós entrou em acordo.

Malu: Entendi. Você tem dois filhos, né?

Maria: São três, mas só dois mora comigo.

Malu: O outro já é maior de idade?

Maria: É.

Malu: E como que tem sido sua rotina? Inclusive você falou que seus filhos ficavam pouco em casa porque estudava bastante, como que está agora?

Maria: É, continua a mesma coisa, porque Heitor (nome fictício) ainda tá estudando, João (nome fictício) ainda tá estudando. Aí Heitor tá fazendo a faculdade dele e João também entrou esse ano também já. E tem a questão que eu ainda pago uma porcentagem da faculdade de João, que é 250 reais.

Malu: É bastante coisa.

Maria: É, e eu tenho que tirar desse bolsa família.

Malu: Entendi. Me fala também um pouco mais sobre a pandemia. Você me falou rapidamente em nossa outra conversa como foi a pandemia. Onde você ficou? Você ficou na sua casa? Ficou com seus filhos? Como foi esse período?

Maria: Foi. Foi isso mesmo. Só dentro de casa mesmo.

Malu: Com eles?

Maria: Uhum.

Malu: E aí, como que era nesse período da pandemia? Eu lembro que você falou que tem muito cuidado com a casa. Nesse momento você cuidava ainda mais, como que era para você?

Maria: Era, tinha que ter, né? As regra que tinha, tudo para não pegar doença. Mas graças a Deus lá em casa é tranquilo pra isso. Nisso continua a mesma coisa.

Malu: Mas esse trabalho era todo seu, todo mundo ajudava, como que era?

Maria: Eles eram muito organizados, meus meninos também. Eles não gostam de bagunça também não. O problema que eu tenho lá em casa é deles deixar uma blusa em cima do sofá, outra em cima de uma cadeira, só isso. Mas toalha, essas coisas, em cima de cama eles não bota. A gente não deixa jogado pelo chão, a não ser quando eles chega assim, que eles tira a camisa e bota no sofá ou então numa cadeira. Mas eles é organizado, eles não gostam também de bagunça não.

Malu: Que ótimo! Então assim, apesar de ficar todo mundo junto em casa nesse período, não ficou muito pesado para você?

Maria: Não. Continuou da forma que é.

Malu: Como está hoje esses cuidados? Você falou que gostava de limpar a casa, que você fazia essas atividades, que passava seu tempo, como que está hoje?

Maria: Ainda é o mesmo jeito.

Malu: Você continua passando muito tempo sozinha também?

Maria: Moço, durante o dia é assim, as vezes eu vou pra casa do meu pai, fico aqui na casa de pai. Quando eu tô em casa, João fica num quarto, e eu fico no outro e é assim.

Malu: Você gostaria que alguma coisa fosse diferente?

Maria: É, era bom que fosse diferente, né? Ou assim, uma coisa que ocupasse mais minha mente.

Malu: Sim. E você tem amigas que você encontra para conversar um pouco com elas também?

Maria: Não, não tenho colega não.

Malu: Você não gosta, como que é?

Maria: Pra fazer amizades que eu tinha é na minha rua mesmo. Mas só que não vale a pena, não. Gente ruim é melhor ficar sozinha mesmo.

Malu: Mas por que, já fizeram mal pra você?

Maria: Muito, muito.

Malu: O que aconteceu?

Maria: Tipo de gente invejoso.

Malu: Entendi.

Maria: Então é melhor ficar logo só, né?

Malu: Não é?

Maria: As pessoas assim em quem você não confia, que tá na sua frente é uma coisa e quando tá por trás é outra.

Malu: E isso acaba trazendo mais decepção.

Maria: Prejudica mais a gente.

Malu: Melhor se abrir com quem a gente confia mesmo.

Maria: Eu converso assim as vezes com meu menino mais velho, que casou, aí ele vem mais a mulher dele, nós conversa, nós brinca. Mas não é todo dia. Podia, né? Mas tem uns dias que vem.

Malu: E você vai na casa dele também?

Maria: Eles mora longe, mora longe da minha casa.

Malu: Mas é em Irecê ainda?

Maria: É, ainda é. Eu vou assim, uma vez. Mas é muito difícil.

Malu: Eles que vem mais então.

Maria: É, eles que vem mais. Logo eu não tenho transporte pra tá indo e voltando, né? E ele ainda tem uma moto, aí vem.

Malu: E os outros dois estão com você?

Maria: Tá. Morando comigo.

Malu: E aí eles tem as responsabilidades deles com a faculdade e você vai cuidando da casa, e cada um vai tendo suas responsabilidades?

Maria: Isso.

Malu: E você falou que passa um tempo na casa do seu pai também, é bom? Você gosta de passar esse tempo aí?

Maria: Fico. Eu gosto.

Malu: É o tempo que os meninos estão na faculdade também, né?

Maria: Não. João estudava de dia, mas agora ele não estuda mais. Agora só estuda a noite, aí de noite eles, os dois vai para faculdade e eu fico em casa.

Malu: E durante o dia eles ficam aí com você na casa do seu pai?

Maria: Fica. Enquanto eu tô em casa, até meio dia, que nós almoça na casa de pai as vezes. Aí a gente fica na casa de pai e depois de tarde eu vou pra casa, eles também vai pra casa.

Malu: E você ainda está indo lá no CRAM toda semana? Como que tá a ida lá?

Maria: Eu tô indo de mês em mês lá.

Malu: E está tranquilo de ir de mês em mês, você queria ir mais vezes?

Maria: Até que já tem uns dois ou três meses que vai fazer que eu não fui lá. Mandeí até mensagem no dia que a menina mandou a mensagem pra perguntar se você podia conversar comigo. Aí eu perguntei a ela e ela não me respondeu ainda. Confesso que dá vez que era pra mim ir eu tava doente, aí eu não pude ir, aí duas vezes que era pra mim ter ido e eu tava doente. Aí ela não marcou ainda.

Malu: Mas você gostava? Como que é pra você?

Maria: Gosto.

Malu: E no CAPS também é legal, como é lá no CAPS?

Maria: É, é legal também.

Malu: Lá a frequência é maior?

Maria: É, lá eu vou de dois em dois.

Malu: Dois em dois meses?

Maria: Dois meses em dois meses, é, ele já passa a medicação de 30 e 60 dias.

Malu: Mas não tem atividade durante a semana?

Maria: Não. Eu não tenho não. Lá tem um pessoal que fica, quer dizer já mora lá.

Malu: Tem uns que moram lá?

Maria: Almoça, toma café. Só vai pra casa dormir.

Malu: Eu achei que eles iam pra alguma atividade.

Maria: Bem que eles faz alguma atividade lá, né? Que eles toma café, almoça.

Malu: Não sabia, não. Bom também! Eu queria saber mais como que estava você, sobre essa questão do Bolsa Família mesmo. Então, assim, em relação ao Bolsa Família, hoje o seu sentimento às vezes é de preocupação se vai ter esse corte.

Maria: Isso.

Malu: Mas mantendo esse valor tá tranquilo pra você?

Maria: Tá. Se fosse mais era sempre melhor, né? Mas como não pode

Malu: Sim, sim.

Maria: Porque o que tá, tem que receber com o coração, né não?

Malu: É isso, o mínimo é manter e se pudesse aumentar.

Maria: É, o mínimo é esse, mas se pudesse aumentar, poderia aumentar, mas também Deus abençoa que não abaixe, né?

Malu: Tomara! Nossa, e as suas vizinhas comentaram desse corte. Foram duas vizinhas?

Maria: Foi. E uma prima minha também.

Malu: Sim, explicaram ou falaram pra elas o porquê, o motivo?

Maria: Não. Tem motivo não. Porque disseram que ia ser 600 reais, né? Pra ser por todos, que não ia ser o valor do Bolsa Família, que o Bolsa Família era variado. Era uma pessoa que recebia um valor, outro recebia outro, outros já recebia mais, outro já recebia menos, era assim. Mas que ia ser o 600 reais pra todo mundo, aí já tá começando a baixar e deixa muita gente preocupado, né?

Malu: Acho que a informação tá um pouco confusa ainda. Parece, né? Porque tem que explicar, se abaixar o valor, tem que falar porque abaixou.

Maria: Isso. Aí é a preocupação de todo mundo, se vai chegar no próximo mês.

Malu: E você tem outras amigas que continuam recebendo o mesmo valor que você, que está igual?

Maria: Tem, tem. Muita gente.

Malu: Entendi.

Maria: Faz uns três meses que chegou uma vizinha pra me perguntar se o meu tinha baixado. Eu disse que não e ela disse: oh mulher, pois o meu abaixou a metade. Todas três que me falou, todas as vezes caiu à metade.

Malu: E aí elas foram ver com a assistente social?

Maria: Teve uma que me falou que assistiu na televisão que os que tá abaixando só vai receber até dois anos, depois de dois anos vai ser cortado também.

Malu: Cortado todo?

Maria: Todo. O valor todo. Ela disse que ouviu na televisão, aí diz que a menina mandou ela ir na secretaria, mas só que elas não... eu também não vi mais elas pra perguntar se elas foram lá também.

Malu: Porque é bom elas irem. É um direito que elas têm e elas tem que ir lá para poder saber, para não ter esse corte. E já teve esse corte da metade.

Maria: Isso.

Malu: Então tá, então tá tudo bem por aí, tudo tranquilo, né?

Maria: Tá, Graças a Deus.

Malu: Ótimo. Que bom! Queria saber um pouco mais sobre isso do Bolsa Família, para saber como que tem sido para você. E se eu tiver outra dúvida, posso entrar em contato novamente?

Maria: Pode sim.

Malu: Tem duas informações que eu não peguei no ano passado. Se você se sentir à vontade, queria saber sua idade.

Maria: Tranquilo, eu tenho 43 anos.

Malu: Certo. E outra coisa, como você se autodeclara: branca, amarela, parda?

Maria: Branca.

Malu: São informações que eu não peguei no último ano. Então é isso. A pesquisa segue no mesmo padrão, o que está escrito são as informações que te relatei no início.

Maria: Essa semana mesmo eu tava até mexendo nuns papéis lá em casa e achei aquele papelzinho que você me deu.

Malu: É, lá tem o tema, onde eu estou fazendo a pesquisa também, que é muito dessa experiência com o Bolsa Família, com essa transição de pandemia também, né? Você falou que na pandemia ficou tudo tranquilo para você e para sua família, porque geralmente muita gente perdeu familiar também. Foi muito difícil. Às vezes teve gente que trabalhou ainda mais em casa, preocupado com essas questões de limpeza.

Maria: É, mas graças a Deus na minha família não morreu ninguém não. Graças a Deus.

Malu: Sim, que bom! E aí ficou tudo bem em relação à organização também durante a pandemia, né? Bem parecido como é hoje.

Maria: É, continuou a mesma coisa.

Malu: Nada ficou muito pesado para você ou você teve que fazer mais coisa de casa?

Maria: Não. O de sempre.

Malu: Que bom! Então tá ótimo. Qualquer coisa a gente volta a se falar, pode ser?

Maria: Pode ser.

Malu: Obrigada pelas informações, mas qualquer coisa você me avisa também, viu? Beijo.

Maria: Tá. Tchau, tchau. Beijo.

E assim encerrei a conversa com Maria pensando no quanto as atualizações do Bolsa Família não têm sido amplamente divulgadas e do quanto isso tem gerado muitas dúvidas para muitas pessoas.

4.1 ANALISANDO O PERCURSO TRAÇADO

Para análise das entrevistas, cabe pontuar mais uma vez, antes de dar seguimento ao processo de análise, que a primeira conversa com as interlocutoras não pôde ser gravada, por elas não se sentirem à vontade para isso. Portanto, utilizou-se em parte do método Narrativas de História de Vida e Projeto de Futuro constituído por Cecília Pescatore Alves (2017), apoiando-se nos estudos de Ciampa (1987) a respeito da tríade identidade-metamorfose-emancipação, assim como em parte nas Epistemologias Feministas.

O comportamento de narrar possibilita a articulação entre passado e futuro, fazendo com que o regaste dessas memórias possa ter novos sentidos para histórias de vida e projetos de futuros, no presente. Através das narrativas é possível notar a coexistência de temporalidades distintas e como essa articulação resulta no movimento entre aspectos que definem e transformam as narradoras (CECÍLIA ALVES, 2017). Para Ciampa (1987), identidade é metamorfose, que se constitui em movimento, podendo resultar em processos de emancipação. As narrativas possibilitam que metamorfoses aconteçam, visto que à medida que descrevo quem fui, já não sou mais quem eu era. O autor escreve ainda que a morte é uma experiência da vida e que na morte-e-vida possibilita o processo de emancipação, uma vez que a morte só pode existir porque antes existiu a vida.

Logo me lembro de Elle. A sua experiência de quase morte que ocorre no passado atua também no presente quando essa memória a impossibilita de dormir quando se depara com notícias sobre feminicídios. Porém isso não barra o seu projeto de futuro, mesmo tendo vivenciado essa experiência traumática. O seu processo de metamorfose-e-emancipação continua acontecendo.

Entretanto, a identidade não deve ser vista apenas como uma questão científica. Para além disso é importante que seja contemplada como uma questão política (CIAMPA, 1987), visto que, muitas vezes, questões políticas invalidam a identidade de mulheres como Elle e Maria, quando direitos são negados, como exemplo o direito à segurança, resultando em processos de exclusão social. Este processo de exclusão interfere na subjetividade da pessoa excluída que busca reconhecimento e dignidade enquanto sujeito de direito, na medida em que a constituição da identidade de cada pessoa é um processo que

passa também pelas estruturas hierarquizadas e excludentes da nossa sociedade (BADER SAWAIA, 2001).

Dessa forma, considera-se de extrema importância que o Estado esteja implicado em assegurar os direitos das mulheres, que em muitos momentos não foram vistas, resultando na desconsideração de suas identidades. Com isso, reforça a necessidade da existência do Programa Bolsa Família ao possibilitar não apenas a renda destinada para as famílias, mas também acesso à saúde e educação. Nessa perspectiva, quando o Estado passa a garantir direitos básicos, a população se torna mais consciente dos mesmos e passa a exigir sua real efetivação (MARIA RITA KEHL, 2010).

No processo de reivindicações e conquistas, pode-se observar movimentos emancipatórios, visto que a violência cotidiana na vida das mulheres desconsidera suas identidades, decorrendo da dominação e exploração capitalista, manifestada em conflitos referente à divisão social do trabalho e à distribuição da riqueza (ALMEIDA, 2017). A busca pelo reconhecimento não desencadeia de maneira automática em emancipação, mas possibilita fragmentos dela. Tornam-se, assim, necessárias as lutas sociais e o reconhecimento de direitos para enfrentamento e superação das condições intersubjetivas dadas neste contexto de violência (ALMEIDA, 2017). Nesta conjuntura, o PBF, através da transferência de renda, possibilitou às mulheres acesso a direitos básicos, permitindo sua conscientização política e seu processo de emancipação.

Percebo através das pontuações das interlocutoras, que o Programa é um dos pontos que possibilita que o processo de emancipação aconteça. Entretanto, além disso, o Programa proporciona uma relação entre elas e essa relação desencadeia também em suas conscientizações políticas. Observa-se esse ponto quando relatam sobre as conversas que têm com outras mulheres, sejam elas outras beneficiárias, assim como as mulheres que compõe a equipe do CRAM.

Dessa maneira, a mudança que elas apresentam a partir dessas relações possibilita a constituição de fragmentos emancipatórios, que podem desencadear em metamorfose. Por conta disso, não cabe pontuar que todas as mudanças desencadeiem em emancipação, mas devem ser vistas como um processo de metamorfose emancipatório, que corresponde ao movimento que

vai acontecendo na vida dessas mulheres, principalmente através das narrativas de suas histórias.

Como quando Elle pontua: não tô mais na casa de minha amiga, passei uns dias lá com ela. Uns tempo. Foi bom né? Ela me ajudou bastante e espero que Deus ajude a ela também, bastante, a essas pessoas que me ajudaram, né? Eu tava lá porque eu tava estudando, terminei meus estudos e agora tô esperando vê se aparece um curso pra mim fazer, né?

Podemos perceber esse processo acontecendo também em um trecho específico da entrevista de Maria. Ela relata neste trecho sobre a ajuda jurídica que vem recebendo do CRAM, devido ao fato do ex-marido querer apropriar-se do seu imóvel. Maria discorre sobre o sentimento de pena do ex-marido, mas que esse sentimento mudou depois de “pensar melhor”. A estrutura da mudança do pensamento de Maria provavelmente se deu na medida em que ela ia relatando sua história de vida para o serviço, e como a cada encontro em que ela se ouvia, ia entendendo o esforço que fez para construir sua casa sem ajuda desse homem. Logo, ele não merecia ter aquele espaço que era dela. Confirmando a importância da narrativa para que essas mulheres reconheçam suas identidades, sendo possível desta forma vivenciar o processo de metamorfose emancipatória, Maria ainda comenta que se sente triste, sozinha e isolada por não ter outros contatos por estar fora do mercado de trabalho, já que este ambiente proporcionava essa troca de experiência. Nota-se a partir deste relato o quanto o ato de narrar suas experiências faz com que mulheres se percebam no mundo de uma forma diferente, podendo se reconhecer a partir de novas identidades à medida que são atribuídas novos significados nas vivências de suas relações. Como aponta Carla Garcia “para as mulheres, as palavras tinham força mágica, palavras de encantar, benzer, curar” (1998, p. 65).

Quando falamos de experiência estamos nos referindo ao conceito discutido pelo autor Walter Benjamin (2012), que descreve que experiência é um fato que possui uma durabilidade no tempo. Isto permite que no momento do relato do que foi vivenciado seja possível descrever detalhes para narração presente, mesmo que tenha vivido aquele fato há muito tempo. Dito isso, dentro da narração de experiências é possível notar o que o autor denomina de redenção, sendo o comportamento de descrever o passado no presente,

despertando dessa forma o que estava adormecido, sendo esse despertar o que possibilita a transformação daquilo que estava posto.

Notamos o quanto as narrativas das entrevistas são compostas de experiências, cheias de redenção e do quanto é simbólico quando Elle nos diz “não é verdade isso que o povo fala que as mulheres ficaram preguiçosas depois disso, eu queria ter um trabalho, mas se você tiver um trabalho, você pode perder o dinheiro. Quem fala isso, não sabe o que a pessoa veve.” Elle descreve com essa frase o quanto as experiências femininas têm a ensinar e o quanto as mulheres têm a nos dizer. O fato de pôr muitas vezes suas vozes terem sido silenciadas na produção de conhecimento reforça a importância da utilização de Epistemologias Feministas para compor esta produção.

Pensando nessa importância, Carla Garcia (2018) quando pontua a necessidade de nomear as tarefas desempenhadas principalmente por mulheres de tarefas civilizadoras, relata também que para além de descrever e nomear, torna-se necessário valorizar essas tarefas no campo linguístico. Dessa maneira seria possível dar existência a esta realidade vivida pelas mulheres, visto que “no imaginário coletivo tais atividades continuam sendo percebidas como menos importante” (CARLA GARCIA, 2018, p. 29).

Além do que:

Depois de séculos de desvalorização, elas ainda se encontram inscritas da seguinte maneira: para os homens reforça seu modelo de masculinidade e para as mulheres a desvalorização das tarefas pode provocar problemas de identidade e de autoestima (CARLA GARCIA, 2018, p. 29).

Desta mesma maneira conseguimos observar na fala das duas interlocutoras. No caso de Maria, que relata gostar do seu trabalho, mas ter iniciado um quadro depressivo: gostava, mas só que eu comecei ficar, que eu não pude mais trabalhar por causa que comecei a passar em psicólogo, psiquiatra, comecei a dar uma depressão. Aí eu não tive mais condições de trabalhar, né? Fora. Mas eu gostava do trabalho. Mas cada vez mais foi só avançando o meu problema e ainda tô em acompanhamento, né? Psicólogo, psiquiatra.

Assim também como no caso de Elle: eu trabalhei nessa casa, eu era babá, eu era cozinheira, eu era arrumadeira. Eu gostava, eu gostava de trabalhar lá, foi uma experiência boa pra mim nas casas. Foi meu segundo trabalho, né?

Mas era um dinheirinho, que não era um dinheiro pra dizer assim: esse dinheiro aqui vai me aliviar. Na época eu não tinha filho, o dinheiro que eu ganhava era 150 reais, foi quando eu comecei a trabalhar. Eu gostava por causa que eu queria aprender, eu queria aprender muitas coisas, né? Boa na vida. Queria aprender cozinhar, queria aprender a ser uma dona de casa. Mas no fim, no fim, eu saí de lá, eu saí doente, saí com ansiedade, eu labutava com menino pequeno de 5 ano. Foi, pra mim era bom. Eu gostava, né?

Essas duas mulheres pontuam como se sentiam bem dentro do mercado de trabalho. Entretanto as duas tiveram experiências com tarefas civilizadoras (fora de suas casas, cabe pontuar), que provocaram processos de adoecimento em ambas, possivelmente por vivenciarem momentos de desvalorização em muitos âmbitos dentro desses ambientes.

Nesse sentido, corroborando para o pensamento do cuidado perigoso, Carla Garcia (2018) pontua ainda que são as mulheres as que mais trabalham e mais se arriscam, mesmo quando o seu entorno representa perigo. Pois estando conscientes disso ou não, todas elas tem dimensão do quanto a manutenção da saúde de pessoas próximos, incluindo as suas, dependem quase que exclusivamente delas. “E não se trata apenas do trabalho não remunerado e não reconhecido, mas de sua disponibilidade ante a crise, a rotina e o inesperado” (CARLA GARCIA, 2018, p. 33).

Como podemos notar na fala de Elle, quando ela oferece seus cuidados a uma amiga, mesmo passando por momentos difíceis e sentindo medo: eu tive medo porque quando eu vim visitar minha mãe, com todos os cuidado que eu tive, ainda fui na casa de uma amiga fazer um favor pra ela. Cheguei lá, ela tava doente. Eu não sabia que tava com aquela doença. Voltei para Irecê e quando cheguei lá me avisaram que ela tava doente. Quase morri também, de susto.

Notamos como o perigo não é levado em consideração, mesmo quando ela estava sentindo medo, devido a um processo de isolamento social. Ela não cogita essas questões quando é solicitada pela amiga, apenas se disponibiliza e quando se depara como a iminência da situação de perigoso, sua preocupação ainda antecede por outras pessoas, como sua mãe, pai e seus filhos.

Vimos como a desvalorização da vida – corporal, material – e suas necessidades está diretamente relacionada com a desvalorização da natureza e das mulheres: as mulheres têm menos valor porque estão

mais ligadas à corporeidade e ao cuidado da vida até o final; mas também é certo que a vida e suas necessidades estão desvalorizadas porque pertencem ao âmbito das mulheres, estão baseadas nas capacidades humanas que são realizadas fundamentalmente por elas (CARLA GARCIA, 2018, p.44).

E assim observa-se com as duas interlocutoras o processo de desvalor atrelado ao cuidado da vida e como elas foram atravessadas por esse processo, causando sofrimento significativo em suas vidas. Como pontuado por Elle anteriormente “no fim, no fim, eu saí de lá, eu saí doente, saí com ansiedade, eu labutava com menino pequeno de 5 ano”. Sentimento reforçado também na fala de Maria “comecei a dar uma depressão. Aí eu não tive mais condições de trabalhar, né? Fora. Mas eu gostava do trabalho. Mas cada vez mais foi só avançando o meu problema e ainda tô em acompanhamento, né? Psicólogo, psiquiatra”.

Compreendemos com as interlocutoras o quanto as mulheres assumem o lugar de cuidado, doando-se a estas atividades proporcionando o melhor que conseguem nesta função. Sem dimensionar a sobrecarga do cuidado, ou o perigo como pontuando anteriormente. Elas vão cuidando e dando conta de tudo e quando se deparam, acabam enfrentando um processo de adoecimento, pela desvalorização simbiótica entre a função que desempenham e quem elas são, já que oferecer o melhor que podem faz parte da constituição do ser histórico e social delas.

Logo, notamos o quanto o desvalor social é algo endereçado e como esses processos atravessam as nossas existências. Portanto, é de extrema importância que nossas pesquisas apontem para o valor das nossas vidas demonstrando o quanto as atividades, por mais que desvalorizadas constantemente, são civilizadoras e necessárias para manutenção da vida humana.

Neste contexto, reafirma-se a importância da Epistemologia Feminista e a necessidade de pesquisas serem construídas a partir deste lugar, como apontado na introdução deste trabalho sobre a relevância de analisar nossas pesquisas a partir desta perspectiva. Conforme já pontuava Sandra Harding (2019), de que não é possível esperar uma teoria perfeita, que corresponda de um lugar de “ciência normal” em que padrões sejam mantidos e reproduzidos, sendo metodologicamente aceitáveis.

Nossas categorias analíticas são instáveis, de acordo com as incoerências do mundo em que vivemos. Não seria possível seguir padrões estáticos, tratando-se da vida de mulheres em que vivenciam inúmeros processos cotidianos, sendo atravessadas por eles. Logo quando relatam suas histórias de vida, falam a partir deste lugar.

A maneira pela qual estas mulheres narraram suas experiências se assemelham à confecção daquelas antigas colchas de retalhos que nossas avós tão bem sabiam montar. Elas utilizam aquilo que normalmente seria jogado fora, “desperdiçado” e eliminam o extra, os restos: um pedaço abandonado de um vestido caseiro, da camisa de um homem ou das cortinas para a janela da cozinha. E disso que é abandonado surge um objeto novo e útil. De um fragmento de memória, de um sentimento não confidenciado, de lembranças esparsas constroem sua própria história. Como estas antigas colchas, estas narrativas montam a história da cidade a partir não só de uma história do viver, mas também de um modo feminino de ver a vida (CARLA GARCIA, 1998, p.114).

E desse modo de ver a vida é que precisamos construir nossas pesquisas. Demonstrando junto com as nossas interlocutoras que são nos furos de linguagem que construímos conhecimento. Além disso, utilizarmos desse ponto de vista é um ato revolucionário, como aponta Sandra Harding (2019), uma vez que nos foi negada a posição de sermos reconhecidas como seres pensantes por uma atribuição de irracionalidade às mulheres como sendo incapazes de desenvolver um pensamento científico.

Dessa forma, não podendo ser sujeitas da história, e sim apenas objeto em relação a vida dos homens, não levando em consideração que as vivências e experiências femininas são distintas as masculinas - e entre eles apenas os que pertencem a determina raça e classe. Inclusive no que se trata sobre saúde, seja física ou mental, as pesquisas tomam como verdade recortes pautados na vida dos homens. Logo, a proposta dessa escrita é fazer o caminho inverso e seguir os ensinamentos de Donna Wilshire (1997), quando propõe que deixemos nosso corpo assumir estes estudos, pois dessa maneira construiremos uma nova aprendizagem.

Com isso, são com os retalhos apresentados aqui, que foi tecido esta dissertação. Com retalhos da história das mulheres de Irecê, no sertão da Bahia, beneficiárias do Programa Bolsa Família e suas experiências e fragmentos de suas vidas na pandemia de covid-19. Como bem pontua Elle: Imagina se eu

fosse te contar a minha história de quando era menina? Hum. Até hoje. Dava pra fazer um livro.

E dava mesmo!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

APESAR DE VOCÊ – (HOJE) HÁ DE SER OUTRO DIA

Foram diversos os contextos em que essa pesquisa esteve presente. O desejo do desenvolvimento deste estudo se deu no contexto de perceber no cotidiano do sertão baiano a importância dos programas de transferência de renda, principalmente na vida das mulheres. Entretanto estávamos enfrentando um contexto de pandemia e isolamento social, no qual as pesquisas apontavam como as mulheres vinham sofrendo em muitos âmbitos de sua vida. Logo, vivendo este contexto, não daria para ignorar o impacto social na vida delas sobre esse momento. Além disso, foi ainda nesse período que o programa de maior impacto de transferência de renda foi suspenso, trazendo mais angústia e preocupação para estas mulheres.

Concluo agora percebendo quanto caminho ainda temos a trilhar, reconhecendo a potência do Bolsa Família na vida das mulheres, mas notando também a necessidade de ampliar o foco no desenvolvimento de políticas públicas que sejam voltadas exclusivamente para elas, pois me questiono como ficarão Maria e Elle após os seus filhos completarem 18 anos. Como pontuado por elas, tendo filhos recém completados 18 anos, essa renda é modificada, renda essa significativa para a manutenção de suas casas e rotinas.

Pontuo essa angústia sem reduzir o impacto observado ao longo desta dissertação sobre o Programa Bolsa Família, mas levantando novos questionamentos sobre o amparo que as mulheres deveriam ter das políticas públicas. Como observado durante a pandemia, nenhum programa foi pensado especificamente para as mulheres, mesmo sendo elas as mais atingidas, desde o desemprego, a violência doméstica, infecção e morte pelo vírus. Com quem estas mulheres poderiam contar?

O quanto ainda precisamos nos empenhar em busca dos nossos direitos para que assim possamos sobreviver sem medo, sem precisar estar atenta e forte a todo momento? Quanto caminho ainda precisa ser percorrido para que venha até nós o reconhecimento da importância de nossas vidas? Quando vão considerar que a existência da humanidade se dá a partir das tarefas

civilizadoras realizadas pelas mulheres e quando isso então será verdadeiramente reconhecido?

Até lá, enquanto não nos chega esse momento, cabe a nós no desenvolvimento de nossas pesquisas descrevermos sobre nossas vidas, sobre nossas experiências. Pontuando, assim, junto com nossas interlocutoras, narrativas que falem de nossas perspectivas, que pensem a partir disso e não tomem como base pesquisas desenvolvidas pretensiosamente neutras, que continuem a beneficiar os homens. Precisamos agora de um espaço nosso, para atuarmos a partir do cuidado que gostaríamos de exercer, mas sem nos expor, sem expor nossa saúde, seja física ou mental, mas que estejamos asseguradas de poder ser quem somos, sem pensar em alternativas para sobreviver a isso. Queremos viver com tudo o que nos compõe.

Para além do suporte ofertado pelo Estado, precisamos nos questionar também, sobre qual psicologia que estamos construindo hoje. Como enquanto profissionais e pesquisadoras, podemos facilitar a nossa existência, entendendo que as angústias vivenciadas por nós mulheres, são advindas de processos de cuidado e desvalorização.

Se nos empenharmos em demonstrar como estes tópicos por si só são adoecedores, podemos desenvolver pesquisas sobre como mudar esta realidade e não como melhorar nossas técnicas ou recomendar a procura por um médico psiquiatra para solucionar uma dor que é social. Neste quesito sim, precisamos estar atentas e fortes para modificar estas realidades e não o contrário, para que seja possível a sobrevivência das mulheres.

Muito se caminhou até então, mas muito ainda se tem para caminhar. Enquanto esse momento ainda não chega, concluo aqui sobre avanços e reflexões observadas ao longo desta pesquisa.

Apesar do retrocesso vivenciado ao longo do governo Bolsonaro, o Bolsa Família retornou com a volta do governo Lula. Priorizando as mulheres-mães, deu-se seguimento a este fundamento criteriosamente, assim como era anteriormente. Com isso, observamos o quanto o retorno do Programa, trouxe dúvidas as beneficiárias e do quanto as informações referentes ao PFB precisam ser amplamente divulgadas, para que as dúvidas sejam sanadas, entendendo as motivações para possíveis reduções, assim como o aumento de 50 reais por filho.

A importância do PBF e o impacto dessa renda na vida das mulheres do sertão baiano fica nítido na fala das interlocutoras. Além do suporte para alimentação da família, com essa renda também foi possível proporcionar a compra de quartos para Elle, apesar de não ter dado ainda para concluir a reforma, assim como o pagamento de parte da mensalidade da faculdade de um dos filhos de Maria, podendo ser a possibilidade de um futuro diferente. Observo esses pontos como sendo significativos na vida dessas mulheres, que puderam vivenciar estas experiências a partir do Programa.

Em relação a estas experiências no período da pandemia de covid-19, notamos o quanto foi um marco em nossa história, deixando registros significativos sobre a vida das mulheres em contexto de pandemias. Com isso, é possível observar o quanto existe um padrão de comportamento que se repete entre as mulheres nestes contextos e o cuidado perigoso se faz sempre presente.

Nesse sentido, é imprescindível que sejam desenvolvidas práticas que forneçam suporte as mulheres nestes contextos. Muita coisa foi pensada nos últimos anos, mas ainda é preciso de uma estrutura sólida para pensar, por exemplo, estratégias de como trazer de volta as mulheres para o mercado de trabalho formal, que precisaram deixar esses trabalhos para cuidar de suas famílias. Assim como pensar em alternativas possíveis para que a mulher consiga sair de casa em caso de violência doméstica, isso desde o contexto de pandemia ao contexto atual em que não vivemos o isolamento social. Quais lugares possíveis e seguros que podem ficar essas mulheres e qual amparo pode e deve ser fornecido nestes lugares?

Por fim, no que se refere à mulher do sertão baiano, nota-se sua força, além da sua coragem e determinação em continuar em busca de melhorias para suas vidas. Pontuo isso a partir de cada mulher sertaneja que conheço, desde as minhas interlocutoras em que apresentam em suas falas uma resiliência de seguir em frente, mesmo com todas as dificuldades que enfrentam, assim como mulheres de minha convivência, como minha avó, uma das mulheres mais inteligentes que conheço e que ensina constantemente a todos à sua volta sobre como devemos seguir nossas vidas, mesmo com todos os entraves que surgem no caminho. Estendo isso também à minha mãe, irmã, tias, primas e amigas que

exercem de suas fortalezas, e vê-las atuar no mundo me encoraja em dar continuidade a projetos que pensem em facilitadores para existência feminina.

REFERÊNCIAS

ABREU, Y.: MUITA INFORMAÇÃO. **Núcleo Especial de Atendimento à Mulher é inaugurado em Irecê**. 2021. Não paginado. Disponível em: <<https://muitainformacao.com.br/post/35733-nucleo-especial-de-atendimento-a-mulher-e-inaugurado-em-irece>> Acesso em: 21 abr. 2023.

AGRA, S. de S. De la autoconciencia a la red: una aproximación al feminismo italiano. In: GUERRA, L.; SCIORTINO, M. (orgs.). **Volver a los setenta: el feminismo italiano de la diferencia sexual**. 1ª ed. La Plata: EDULP, 2013. P. 49-73.

ALMEIDA, J. A. M. Identidade e emancipação. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v.29, p. 1-7, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29170998>>. Acesso em: 01 dez. 2022.

ALVES, C. P. et al. (orgs.). **Metamorfoses do mundo contemporâneo**. São Paulo: EDUC: PIPEq, 2021.

ALVES, C. P. Narrativas de história de vida e projeto de futuro no estudo do processo de identidade. *Textos e Debates*, Boa Vista, v. 1, n. 31, p. 33-41, 2017. Disponível em: <<https://revista.ufrr.br/textosedebates/article/view/4255/pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2022.

ANDRADE, E. FINANÇAS, DIREITOS E RENDA (FDR). Fim do Bolsa Família! Veja como encerramento impacta todo Brasil. **Portal informativo**. 2021. Disponível: <<https://fdr.com.br/2021/11/04/fim-do-bolsa-familia-veja-como-encerramento-impacta-todo-brasil/>>. Acesso em: 06. abr. 2022.

ASCOM/CAR: RICARDO BANANA. **Estado entrega mais 300 títulos de terra no território de Irecê**. 2021. Não paginado. Disponível em: <<https://ricardobanana.com.br/estado-entrega-mais-300-titulos-de-terra-no-territorio-de-irece/>>. Acesso em: 21 abr. 2023.

ASCOM/SDR: PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Governo da Bahia inicia entrega de 462 títulos de terra para mulheres rurais**. 2023. Não paginado. Disponível em: <<https://www.bahia.ba.gov.br/2023/03/noticias/agricultura-familiar/governo-da-bahia-inicia-entrega-de-462-titulos-de-terra-para-mulheres-rurais-2/>>. Acesso em: 21 abr. 2023.

ASSUNÇÃO, V. K.; LEITÃO, M do R. de F. A.; INÁCIO, P. H. D. Comer mais e melhor: Os impactos do programa Bolsa Família na alimentação de famílias de pescadores artesanais de Pernambuco. **Amazônia Revista de Antropologia**, Belém do Pará, v. 4, n. 2, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/961/1415>>. Acesso em: 11 mar. 2021.

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2013. Disponível em:
[<http://www.atlasbrasil.org.br/>](http://www.atlasbrasil.org.br/). Acesso em: 05 set. 2020.

BARÓ, I. M. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia**, v. 2, n. 1, p 7-27, 1996.

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. Ensaaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BIROLI, F. **Gênero e Desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRAGATO, F. F. Discursos desumanizantes e violação seletiva de direitos humanos sob a lógica da colonialidade. **Quaestio Iuris**, v. 09, n. 04, Rio de Janeiro, p. 1806-1823, 2016.

BRITO, D. A pandemia da Covid-19 amplia as desigualdades de gênero já existentes no mercado de trabalho brasileiro? **Observatório Mercado de Trabalho do Nordeste e Covid-19**. GeTrab: Grupo de Pesquisas em Economia do Trabalho da UFBA, p. 01-06, out. 2020. Disponível em:
[<https://www.researchgate.net/publication/345008184_A_pandemia_da_Covid-19_amplia_as_desigualdades_de_genero_ja_existentes_no_mercado_de_trabalho_brasileiro>](https://www.researchgate.net/publication/345008184_A_pandemia_da_Covid-19_amplia_as_desigualdades_de_genero_ja_existentes_no_mercado_de_trabalho_brasileiro) . Acesso em: 08 abr. 2022. DOI:10.13140/RG.2.2.18383.10408.

BRITO, J. G. de; COSTA, E. R. Titularidade Feminina no Programa Bolsa Família: questões de gênero e segurança alimentar. **Revista Tropos: Comunicação, Sociedade e Cultura (ISSN: 2358-212X)**, Acre, v. 1, n. 3, 2015. Disponível em:
[<https://periodicos.ufac.br/index.php/tropos/article/view/185>](https://periodicos.ufac.br/index.php/tropos/article/view/185) . Acesso em: 11 de mar. 2021.

CAMPELLO, T. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C (org). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em:
[<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_10anos.pdf>](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_10anos.pdf) . Acesso em: 30 ago. 2020.

CAPAI, E. **Severinas**. Disponível em:
[<https://www.youtube.com/watch?v=vt62puheABw&t=187s>](https://www.youtube.com/watch?v=vt62puheABw&t=187s) . Acesso em: 16 jan. 2023.

CAVALCANTE, J. R.; SANTOS, A. C. C. DOS; BREMM, J. M.; LOBO, A. DE P.; MACÁRIO, E. M.; OLIVEIRA, W. K. DE; FRANÇA, G. V. A. DE. COVID-19 no Brasil: evolução da epidemia até a semana epidemiológica 20 de 2020. **Epidemiol. Serv. Saude**, Brasília, v. 29, n.4, p. 1-13, 2020.

CIAMPA, A. DA C. A estória do Severino e a história da Severina. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COBO, R. (ed.). **La Imaginación Feminista: debates y transformaciones disciplinares**. Madrid: Catarata, 2019.

DANTAS, L. E. Oxente meu rei: uma análise dos preconceitos reproduzidos pela propaganda turística do governo da Bahia, **PANGAEA**, v.4, p. 110-125, 2013. Disponível em: <<https://www.revistapangea.org/index.php/revista/article/view/53/46>>. Acesso em: 03 set. 2023.

DANTAS, S. S.; CIAMPA, A. DA C. Projeto de vida e identidade política: um caminho para a emancipação. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 5, n. 2, p. 138-152, jul./dez. 2014.

DAUDER, D. G. Feminismo y psicología: conocimiento y política em contexto. In: COBO, R. **La Imaginación Feminista: debates y transformaciones disciplinares**. Madrid: Los Libros de La Catarata, 2019. P. 115-164.

DAUDER, S. G. Fertilizaciones Cruzadas entre la Psicología Social de la Ciencia y los Estudios Feministas de la Ciencia. **Athenea Digital**, v. núm 4, p. 109-150, otoño 2003.

DELAVI, M.; MORTELARO, P. K.; NASCIMENTO, V. L. V. Do. Violência Contra a mulher e o discurso midiático no jornal Folha de S. Paulo. In: SPINK, M. J.; CORDEIRO, M. P.; BRIGAGÃO, M. MALINVERNI, C. **Covid-19: versões da pandemia nas mídias**. São Paulo. 2021. E-book: Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/606/540/2048-1>. Acesso em: 29 mai. 2021.

DINIZ, D. **Zika: do sertão nordestino à ameaça global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

FALCI, M. K. Mulheres do sertão nordestino. In: PRIORE, M. D. (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 8ªed. 2006. P. 241-277.

FERREIRA, P. C. **Mulher Nordestina em São Paulo: identidade-metamorfose-emancipação**. Curitiba: Appris, 2022.

FRANÇA, A. FINANÇAS, DIREITOS E RENDA (FDR). Alerta do Governo Federal: famílias unipessoais podem perder o Bolsa Família. **Portal informativo**. 2023. Disponível: <<https://fdr.com.br/2023/03/31/alerta-do-governo-federal-familias-unipessoais-podem-perder-o-bolsa-familia/>> Acesso em: 02 abr. 2023.

FURNO, J.; FOGO, D.; CARDOMINGO, L. T. E M. R.; PAES, T. **Boletim Especial Gênero: as mulheres na pandemia**. IREE – Centro de Estudos de Economia, 2021. Relatório técnico.

GARCIA, C. C. **As Outras Vozes: memórias femininas em São Caetano do Sul**. São Paulo: Hucitec, 1998.

GARCIA, C. C. **Breve História do Feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.

GARCIA, C. C. **Mulheres, Tempos e Trabalho**. São Paulo: Annablume, 2018.

GOMES, F. M. T. O Debate em Torno das Mulheres na Política Pública de Assistência Social. **Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social**, Florianópolis-SC, p. 1-7, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180867/Eixo_3_289.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 12 jun. 2021.

HARAWAY, D. SABERES LOCALIZADOS: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, v. 5, p. 07-41, 1995.

HARDING, S. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: HOLLANDA, H. B. de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. P. 95-118.

HARDING, S. Is There a Feminist Method? **Feminism and Methodology**. Bloomington/Indianapolis: Indiana University Press, p. 09-34, 1987.

ICHIHARA, M. Y.; RAMOS, D. de O.; NERY, J. S.; PESCARINI, J.; MACHADO, D.; ALVES, F. J.; BARRETO, M. L. Programa de Transferência de Renda Condicionada e seus efeitos na saúde: impactos do Programa Bolsa Família. In: SILVA, T. F. (org). **Bolsa Família 15 anos**. Brasília: Enap, 2018. P. 315-337.

JODELET, D. Os processos psicossociais da exclusão. In: SAWAIA, B. B. **As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2ª ed. 2001. P. 53-66.

KEHL, M. R. Dois pesos... **Estado de S. Paulo**, São Paulo, 2 out. 2010. Cultura.

LANE, S. T. M. A psicologia social e uma nova concepção de homem para a psicologia. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (orgs.). **Psicologia social - o homem em movimento**. 8ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. P. 10-19.

LAURETIS, de T. **Diferencias: etapas de un camino a través del feminismo**. Madrid: horas y HORAS, 2000.

LIRA, K. F. S. de. Relações de gênero, poder e violência contra as mulheres: um estudo sobre o Sertão brasileiro. **La ventana**, v. 6, n. 50, p. 331-362, 2019.

MACÊDO, S. Ser Mulher Trabalhadora e Mãe no Contexto da Pandemia Covid-19: tecendo sentidos. **Revista Nufen: Phenom. Interd.**, Belém, v. 12, n.2, p. 187-204, mai./ago. 2020.

MACHADO, C. As incógnitas do Auxílio Brasil. **Jornal do Comércio Online**, Porto Alegre, 10 nov. 2021.

MATHIEU, N-C. **A Anatomia Política**. Tradução: Bahianas – traduções feministas. Salvador: EdUFBA: Neim, 2021.

Ministério da Saúde (MS). Covid- 19: casos e óbitos, 2023. Disponível em: <https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html>. Acesso em: 21 mar. 2023.

Ministério da Saúde (MS). Programa Auxílio Brasil na Saúde, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/programa-auxilio-brasil-na-saude>>. Acesso em: 16 mar. 2023.

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Cartilha do Programa Bolsa Família**. 2023, P 3-11. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/novo-bolsa-familia-garante-valor-minimo-de-r-600-por-residencia-renda-minima-por-pessoa-e-adicional-para-criancas-adolescentes-e-gestantes/Cartilha_Bolsa_Familia.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2023.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Acréscimo de R\$ 150 do Bolsa Família chega a mais de 8,9 milhões de crianças em março, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2023/03/acrescimo-de-r-150-do-bolsa-familia-chega-a-mais-de-8-9-milhoes-de-criancas-em-marco>>. Acesso em 18 mar. 2023.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Bolsa Família. CECAD 2.0, 2020. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/>>. Acesso em: 15 out. 2020.

MORENO, S. Agência Brasil. **Cidade mais negra fora da África, Salvador completa 467 anos**. 2016. Não paginado. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-03/os-467-anos-de-salvador-cidade-mais-negra-fora-da-africa#:~:text=E%2C%20de%20acordo%20com%20um,negra%20fora%20do%20continente%20africano>>. Acesso em: 03 set. 2023.

NASCIMENTO, I. J. B. DO; PINTO, L. R.; FERNANDES, V. A.; ROMERO, I. M.; OLIVEIRA, J. A. DE Q.; MARCOLINO, M. S.; LEITE, M. F. Clinical Characteristics and Outcomes Among Brazilian Patients with Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2 Infection: an observational retrospective study. **Original Article. São Paulo Med J**. v. 138, n.6, p.490-497, nov./dez. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1516-3180.2020.00365.R1.08092020>> Acesso em: 28 mar. 2023.

NOGUEIRA, M. L. P. S. **Mulheres baianas nas artes da escrita: tessituras de experiências, memórias e outras histórias (1926-1960)**. 2015, 300f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo,

2015. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-18082016-121955/pt-br.php>>. Acesso em: 12 mar. 2023.

NUNES, L. S. **Somos uma só**. Irecê, 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1fVLMxTjDFG7yToOOLi6MNQt_wjpOvgdv/view?fbclid=PAAaboGqg0fhOlzPKq8tPP0OZ1R8xJHCYVYUwSwBdxKJoZFUuVciCT-QxKiwl>. Acesso em: 24 abr. 2023.

Organização Pan-Americana da Saúde. **Desfechos de saúde e COVID-19 nas Américas: diferenças de sexo. Janeiro de 2020 a janeiro de 2021**.

Washington (DC): OPAS, 2021. Relatório técnico.

Organização Pan-Americana da Saúde. Histórico da pandemia de COVID-19.

Folha informativa sobre COVID-19. OPAS, 2020. Disponível em:

<<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>>. Acesso em: 02 mar. 2023.

Organização Pan-Americana da Saúde. **Gendered Health Analysis COVID-19 in the Americas**. Washington (DC): OPAS, 2021. Relatório técnico.

PAIVA, C. C. DA SILVA. **Mulheres nordestinas, sujeitos ou objetos?**

Análise da representação feminina em quatro filmes brasileiros da década de oitenta. 2014, 317f. Tese (Doutorado em Multimeios) – Programa de Pós-Graduação em Multimeios do Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014. Disponível em:

<<https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2014.936386>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

Paulo: Brasiliense, 1987.

PIMENTA, D. **O cuidado perigoso: tramas de afeto e risco na Serra Leoa (A epidemia do ebola contada pelas mulheres, vivas e mortas)**. 2019, 351 f.

Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Setor de Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-17062019-142750/publico/2019_DenisePimenta_VCorr.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2022.

PIMENTA, D. Pandemia é coisa de mulher: breve ensaio sobre o enfrentamento de uma doença a partir das vozes e silenciamentos femininos dentro das casas, hospitais e na produção acadêmica. **TESSITURAS – Revista de Antropologia e Arqueologia**, Pelotas – RS, v.8, s1, p. 9-19, jan./jun. 2020.

PIRES, F. F.; SANTOS, P. O. S. DOS; SILVA, J. K. R. DA. ELAS DECIDEM? Analisando o Papel Familiar da Mulher a partir do Programa Bolsa Família.

CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, n. 17, p. 108-119, 2011.

Portal do Butantan. **Vacinação contra Covid-19 no Brasil completa 1 ano com grande impacto da CoronaVac na redução de hospitalizações e mortes**, 2022. Não paginado. Disponível em:

<<https://butantan.gov.br/noticias/vacinacao-contracovid-19-no-brasil-completa->

[1-ano-com-grande-impacto-da-coronavac-na-reducao-de-hospitalizacoes-e-mortes](#)>. Acesso em: 18 abr. 2023.

RAGO, M. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: PEDRO e GROSSI (orgs.) **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, p. 01-17, 1998.

REGO, W.; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: Unesp, 2013.

Rio de Janeiro, 2008. Disponível em:< https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/12355/12355_1.PDF>. Acesso em: 26 fev. 2023.

SÁ, D. M. DE. **Especial Covid-19: os historiadores e a pandemia**. Fundação Oswaldo Cruz, 2020. Disponível em: <<https://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1853-especial-covid-19-os-historiadores-e-a-pandemia.html>>. Acesso em: 21 mar. 2023.

SANTANA, F.: CORREIO. **Depois da maior seca da história, mulheres reinventam Sertão durante a pandemia**. 2020. Não paginado. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/depois-da-maior-seca-da-historia-mulheres-reinventam-sertao-durante-a-pandemia/>>. Acesso em: 20 abr. 2023.

SAWAIA, B.B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. B. **As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2ª ed. 2001. P. 97-118.

SAWAIA, B.B. Transformação social: um objeto pertinente à psicologia social? **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v.26, n. spe. 2, p. 4-17, abr./set. 2014.

SCALZER, K.; NARDI, M. B. Mulheres e Covid-19: reflexões sobre a luta por direitos. **Revista Ifes Ciência**, ISSN 2359-4799, v. 6, edição especial n.1, p. 73-82, 2020.

SILVA, M. O. S. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, São Luís, Maranhão, 12(6): p.1429-1439, 2007.

SILVA, R. J. Da.; GUEDES, M. Do C. A evolução do conceito de grupo em Silvia Lane. **Psic. Rev. São Paulo**, v. 24, n.2, p. 181-197, 2015.

SIQUEIRA, A. DE O. Programa Bolsa Família: autonomia ou legitimação da pobreza? 2008. 107 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em:< https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/12355/12355_1.PDF>. Acesso em: 26 fev. 2023.

SOARES, F. V.; SOARES, S.; MEDEIROS, M.; OSÓRIO, R. G. **Programas de Transferências de Renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade**. Ipea, 2006. Disponível em: <<https://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A156.pdf>>. Acesso em 14 mar. 2023.

TELLES, N. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, M. D. (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 8ªed. 2006. P. 401-442.

TESTA, M. G.; FRONZA, P.; PETRINI, M.; PRATES, J. C. Análise da contribuição do Programa Bolsa Família para o enfrentamento da pobreza e a autonomia dos sujeitos beneficiários. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 6, p. 1519-1541, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122013000600009>. Acesso em: 19 mar. 2021.

WILSHIRE, D. Os usos do mito, da imagem e do corpo da mulher na re-imaginação do conhecimento. In: JAGGAR, A. M.; BORDO, S. R. Tradução: FREITAS, B. L. de. **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. P. 101-125.